



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**TERRITORIALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO ALTO RIO
NEGRO: da Geografia mítica a Geografia indígena**

TEREZINHA ALEMAM AMAZONENSE

MANAUS

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TEREZINHA ALEMAM AMAZONENSE

**TERRITORIALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO ALTO RIO
NEGRO: da Geografia mítica a Geografia indígena**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestra em Geografia, área de concentração Amazônia, território e ambiente.

Orientadora Prof^a Dra. Ivani Ferreira Faria

Manaus
2013

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

A489t Amazonense, Terezinha Alemam
Territorialização do patrimônio no alto rio Negro: da geografia mítica a geografia indígena / Terezinha Alemam Amazonense. - 2013.
144 f. : il. color. ; 31 cm.
Dissertação (mestrado em Geografia) — Universidade Federal do Amazonas.
Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Ivani Ferreira Faria.

1. Geografia humana 2. Territorialidade humana 3. Geografia cultural
4. Índios Baníwa 5. Índios Tukano 6. Índios - Negro, rio (AM) 7. Identidade social 8. Índios da América do Sul – Posse da terra – São Gabriel da Cachoeira (AM) I. Faria, Ivani Ferreira, orientador II. Universidade Federal do Amazonas
III. Título

TEREZINHA ALEMAM AMAZONENSE

**TERRITORIALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO ALTO RIO
NEGRO: da Geografia mítica a Geografia indígena**

Dissertação submetida à Banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia/Mestrado em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos necessários para a obtenção de título de Mestre em Geografia.

Aprovado em 02 de Setembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a) Dr(a) Ivani Ferreira Faria, Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof(a) Dr(a) Helena Pinto Lima, Membro
MA/Universidade Federal do Amazonas

Prof(a) Dr(a) Marilina C. Oliveira Bessa Serra Pinto, Membro
Universidade Federal do Amazonas

*Aos povos indígenas do Rio Negro, na esperança,
que a luta reaviva a memória na construção de uma nação
fundada nos conhecimentos dos nossos antepassados.*

AGRADECIMENTOS

À Deus que fortaleceu e guiou meus passos durante essa árdua caminhada.

Aos meus pais Nivaldo Amazonense e Carmem Alemam, ambos Baré que me trilharam no caminho do saber e me ensinaram o respeito, humildade e solidariedade para com as pessoas.

Aos meus filhos Iago e Lara pelo carinho, respeito e compreensão durante minha ausência.

Ao meu esposo, companheiro e amigo, Eliezer Marinho, pelo apoio, compreensão e incentivo nesta jornada. Que Deus nos proteja sempre.

Às minhas irmãs, em especial, Carmem pelo carinho e atenção dedicado aos meus filhos durante minha ausência.

Aos familiares que me acolheram durante meus primeiros anos de estudo em Manaus, as tias Ivanilde Amazonense e Irlanda Paixão, aos meus cunhados Sgt. Aderbal Marinho e Manoel Jesus Holanda.

Aos meus colegas de estudo, em especial a Rosilene Magalhães, pela partilha das nossas diferenças, alegrias, dedicação, sonhos e esperanças.

Aos povos indígenas do Alto Rio Negro, companheiros de luta e esperança na construção do bem viver.

As professoras Celina Menezes - Baré e Leonísia Gama - Baré que contribuíram na etapa de mapeamento do trabalho.

A minha orientadora, Ivani Ferreira Faria, pela paciência, incentivo e confiança.

A Secretaria de Educação e Qualidade do Ensino do Estado do Amazonas (SEDUC) pela licença concedida para realização deste trabalho.

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela concessão da bolsa durante 22 meses.

RESUMO

O presente trabalho apresenta a percepção dos povos indígenas do Alto Rio Negro sobre cultura, patrimônio e território, identificando e descrevendo os mesmos de modo a buscar nas leis e políticas culturais, nacionais e internacionais, subsídios que forneçam instrumentos necessários para revitalização e fortalecimento destes patrimônios territorializados que são vistos como indissociáveis entre homem/natureza, destacando a Geografia indígena. Os estudos buscaram diagnosticar os impactos socioambientais decorrentes das formas de uso destes patrimônios. Para isto, pelo procedimento metodológico fez-se a revisão bibliográfica sobre trabalhos produzidos por pesquisadores sobre o Alto Rio Negro; foram realizadas sessenta entrevistas com idosos, adultos e jovens indígenas falantes das três línguas co-oficializadas no município de São Gabriel da Cachoeira em 2002: Baniwa, Nhengatú e Tukano; a observação direta enfocou os impactos socioambientais sobre o patrimônio. Os resultados indicam que: a cultura, o patrimônio e o território na concepção indígena estão intimamente conectados e determinam os modos de vida, os valores dispostos por todo o território; o registro do patrimônio por si só não fortalece a identidade, esta deve ser difundida e praticada através da educação ambiental/patrimonial nas escolas e comunidades. As conclusões que faz é que as leis existentes encontram-se sempre em fase de implantação e experiências, mas não correspondem à realidade. Por isso tem-se como proposição ouvir e ver o futuro preconizado por estes povos que legitimam a posse do território referenciados em suas memórias herdadas de seus antepassados e deixem de ser objetos de estudo e tornem-se sujeitos do próprio conhecimento.

PALAVRAS CHAVE: Patrimônio, Território, Cultura, Povos Indígenas, Geografia Indígena.

ABSTRACT

This paper presents the realization of indigenous peoples of the Upper Rio Negro on culture , heritage and territory , identifying and describing them in order to get the laws and policies of cultural, national and international grants that provide the necessary tools for revitalization and strengthening of these assets territorialized that are seen as inseparable from man / nature, highlighting the indigenous Geography. The studies sought to diagnose the environmental impacts arising from the use of these types of assets. For this, the methodological procedure became a literature review on works produced by researchers on the Upper Rio Negro ; sixty interviews were conducted with elderly adults and young indigenous speakers of the three languages co - made official in the municipality of São Gabriel da Cachoeira in 2002: Baniwa Nhengatu and Tukanoans; direct observation focused on the social and environmental impacts on equity. The results indicate that: the culture , heritage and indigenous territory in the design are closely connected and determine ways of life, values arranged throughout the territory; registration of equity alone does not strengthen the identity, it must be widespread and practiced through environmental education / equity in schools and communities. The conclusions it does is that existing laws are always under implementation and experiences , but do not correspond to reality. Therefore it is thought proposition hear and see the future envisaged by these legitimizing possession of the territory referred in his memoirs inherited from their ancestors and no longer objects of study and become subjects of knowledge itself .

KEYWORDS: Heritage, Territory, Culture, Indigenous Peoples, Indigenous Geography.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - TERRAS INDÍGENAS DO ALTO E MÉDIO RIO NEGRO.	12
FIGURA 2 - REGIÃO DO ALTO E MÉDIO RIO NEGRO: ETNIAS	21
FIGURA 3 - MALOCA FOIRN: ÁREA EXTERNA.....	27
FIGURA 4 - MALOCA FOIRN: ÁREA INTERNA.....	28
FIGURA 5 - CACHOEIRA DE IAUARETÊ.	48
FIGURA 6 - MAPA PATRIMÔNIOS TERRITORIALIZADOS NO ENTORNO DA CIDADE DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM.	76
FIGURA 7 - SERRA DE CURICURIARÍ. SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA.	77
FIGURA 8 - SERRA DO CABARÍ (MORRO NA FRENTE). SERRA WANARÍ (ATRÁS) SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA.	78
FIGURA 9 - SERRA WANARI. SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA.	81
FIGURA 10 - ADANA E AS CACHOEIRAS DO CURUCUÍ (À ESQUERDA) E BUBURI (À DIREITA). SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA.....	83
FIGURA 11 - BUIA ACANGA. SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA.....	84
FIGURA 12 - BUIA KUARA	85
FIGURA 13 - MUÇUM KUARA.	86
FIGURA 14 - ILHA DO MARAÚNA.	87
FIGURA 15 - PEDRA DA IARA.....	88
FIGURA 16 - MORRO DA FORTALEZA. FOTO BRIGADA AÉREA SGC, 2006.MORRO DA FORTALEZA.. ...	89
FIGURA 17 - 1.BURACO DE ÁGUA BRANCA. 2. QUARTO DE ANTA. 3. PÉ DE ANJO.....	90

FIGURA 18 - TOPO DO MORRO BOA ESPERANÇA.	91
FIGURA 19 - MORRO DA BOA ESPERANÇA.	92
FIGURA 20 - LAGO AZUL.	93
FIGURA 21 - WAIMÍ (ENTREGA DO FUMO).	94
FIGURA 22 - WIRA-MANHA.	95
FIGURA 23 - WANARI.	96
FIGURA 24 - COBRA GRANDE.	97
FIGURA 25 - ARRAIA.	97
FIGURA 26 - POTIRA CAPUÃO.	99
FIGURA 27 - TUNUÍ CACHOEIRA.	100
FIGURA 28 - SERRA DE CUCUÍ, RIO NEGRO.	102
FIGURA 29 - CIMARNE. FOTO: BRIGADA AÉREA SGC, 2006	109
FIGURA 30 - MAPA MACROZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA.	117
FIGURA 31 - IMPACTOS SOBRE O MORRO DA FORTALEZA: CAIXA D'AGUA.	122
FIGURA 32 - OBSERVATÓRIO LUNAR.	123
FIGURA 33 - JARDIM.	123

LISTA DE SIGLAS

CNFCP - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

DPI - Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan

FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro

GTPI - Grupo de trabalho do Patrimônio Imaterial

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPOLE – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística

ISA – Instituto Socioambiental

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação do Amazonas

TIs – Terras Indígenas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – CULTURA E PATRIMÔNIO: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA.....	19
1.1- Os povos indígenas do Alto Rio Negro	19
1.2 - Cultura como afirmação dos povos indígenas do Rio Negro	28
1.3 – Patrimônio e território: a diversidade socioambiental do Alto Rio Negro	40
CAPÍTULO II – A GEOGRAFIA INDÍGENA E A MATERIALIZAÇÃO DA CULTURA NO TERRITÓRIO	51
2.1- Cultura e patrimônio na perspectiva indígena	51
2.2 – A territorialização do patrimônio: a Geografia indígena	73
CAPÍTULO III – POLÍTICAS PÚBLICAS E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO DO ALTO RIO NEGRO	104
3.1 - Políticas públicas culturais e salvaguarda do Patrimônio	104
3. 2 – Impactos socioambientais sobre os patrimônios.....	119
3.3- Alternativas para a valorização e conservação:	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138

INTRODUÇÃO

Este estudo foi desenvolvido na Região do Alto Rio Negro no município de São Gabriel da Cachoeira que possui 92% de sua área constituída por terras indígenas (TIs). O recente reconhecimento pelo Ministério da Justiça da Terra Indígena Cué-Cué/Marabitanas, por meio da portaria nº 1.703, de 19 de Abril de 2013, tornou o município como a maior extensão de Áreas protegidas da União (ISA, 2013). A região é conhecida como “cabeça do cachorro”, limitada ao norte pela Venezuela e Colômbia; a leste pelo município de Santa Isabel do Rio Negro e ao sul pelo município de Japurá; e a oeste pela Colômbia. (Figura 01)

A população indígena atual é maioria na região, constituindo pelo menos 76,6% (IBGE, 2010) que se autoidentificam como indígenas e estão distribuídos ao longo do Rio Negro e seus afluentes.

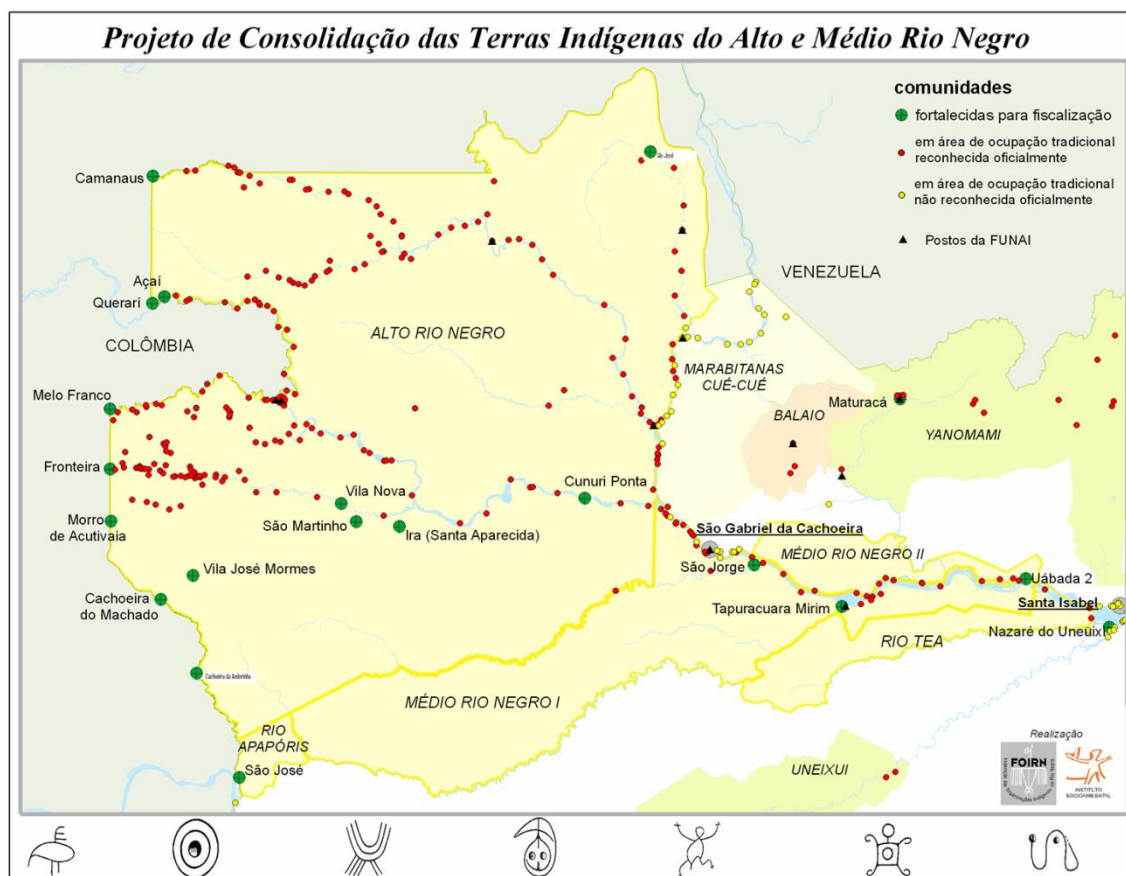


Figura 1 - Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro. Base digital cedida pela PMSGC, 2006.

A região mencionada é habitada há pelo menos três mil anos (CABALZAR; RICARDO, 2006) e atualmente existem vinte e três povos indígenas que vêm modificando intensamente suas formas de vida pelo contato com a cultura colonizadora e oriunda dos vários lugares do Brasil.

A partir da preocupação da perda constante das referências culturais posto que ainda não se visualizam ações concretas que garantam a efetiva preservação e valorização expressiva da identidade cultural dos povos indígenas porque cada vez mais estas são apresentadas de forma folclórica e teatral para estrangeiro ver. Pretendemos demonstrar que a cultura indígena existe com suas peculiaridades e está viva e se manifesta através da língua, dos costumes, dos benzimentos (nos referimos aos rituais de cura tradicional feita pelos pajés), das ervas e chás curadores, embora modificados.

Para tanto, foi preciso destacar como estes povos identificam sua cultura, seu patrimônio e como estes aspectos norteiam seus modos de vida, como tantos ainda são negligenciados pelo Estado que entende como riqueza aquilo que se baseia no aspecto econômico e não em valores morais e éticos de simplicidade e harmonia constante com a natureza, que oferece o suficiente para a sobrevivência e que vem sendo ameaçada pelo avanço dos conhecimentos não indígenas, que muitas vezes, impõem um modelo ideológico que não condizem com nossa realidade e que devem ser filtrados para que não ofusque a nossa própria cultura.

Os povos indígenas do Alto Rio Negro baseiam-se em histórias milenares passadas de geração a geração que organizam os modos de vida, de ver o mundo e suas ações. São atribuídos valores simbólicos para diversas formações físico-geográficas que são relatados em histórias de origem e de lidar com a floresta e que fazem com que tenham um valor de pertencimento a esse território que não pode ser apropriado por um único povo, mas seja de todos: tudo é coletivo.

Nessa percepção notam-se nos últimos anos várias medidas de valorização e preservação da cultura destes povos de modo a garantir não só a sobrevivência, mas a sua autoafirmação como indígena, pois existem leis para tais e que precisam ser efetivadas, porém ainda ocorre de maneira muito

tímida, porque existe um pensamento colonizador na região de que o que vem de fora é melhor, e é justamente isso que propomos desconstruir.

Tem-se produzido uma infinidade de registros da cultura indígena que se encontram arquivados e por isso perdem sua essência e força no meio destes povos, principalmente pela força maciça de religiosos tanto católicos como evangélicos que impuseram sua religião sobre estas, porque o acesso aos conhecimentos produzidos é restrito e tais saberes não são divulgados entre os povos indígenas. Os mais jovens e os demais adultos das comunidades indígenas não têm acesso a eles. São registrados, mas não são repassados e/ou conseqüentemente não são praticados pelos herdeiros destes saberes.

Nessa perspectiva o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que é uma instituição governamental federal, responsável por ações de preservação e proteção do patrimônio cultural brasileiro, vem trabalhando na região do Alto Rio Negro em parceria com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e o Instituto Socioambiental (ISA) entre 2004 e 2011. Tem como ação desenvolver projetos de envolvimento de povos indígenas na nova política do patrimônio cultural intangível. (ANDRELLO, 2012).

Essa experiência resultou no reconhecimento da Cachoeira de Iauaretê como patrimônio Imaterial, o que gerou intensas discussões junto aos povos, porque vários projetos implantados em parceria com o ISA nesta região parecem distantes de beneficiar os povos deste território. São projetos piloto que absorvem mão de obra oriunda de outros estados brasileiros e que não deixaram ainda nenhum benefício palpável à região. Pelo contrário, outros povos reivindicam também parte de sua história inscrita nestes lugares. O fato de a cachoeira da onça passar a constituir patrimônio de determinadas etnias parece uma forma de apropriação desse lugar por apenas alguns povos, fato este que precisa ser revisto, pois estes povos são diversificados e apresentam uma história comum a todos com algumas modificações que devem ser respeitadas.

Procuramos encontrar formas de afirmação para as manifestações da nossa identidade cultural como povos diferenciados, que ainda são vistas, infelizmente, pelas culturas ocidentais como povos que não têm mais direito

sobre seu território, porque já sofreram transformações intensas. É nessa linha de pensamento que queremos uma mudança, não só junto com os povos do Rio Negro, mas a visão ainda preconceituosa dos não indígenas que ainda não conseguiram visualizar a riqueza que é a cultura indígena.

Temos como objetivo principal do nosso estudo compreender a territorialização do patrimônio indígena do Alto Rio Negro onde entes sobrenaturais determinam regras de comportamento e distribuem-se por todo o Território e constituem nossos recursos naturais.

Este trabalho está organizado em três capítulos:

No primeiro capítulo procuramos entender o conceito de patrimônio, cultura e território produzidos por intelectuais, pesquisadores e entender os caminhos que os levaram a elaborar seus conceitos que de certa forma contemplam as formas de vida dos povos do Alto Rio Negro.

No segundo capítulo buscamos compreender o conceito de cultura, patrimônio e território na perspectiva indígena do Alto Rio Negro, assim como identificar os patrimônios territorializados no entorno da cidade de São Gabriel da Cachoeira e outros lugares da vasta região que consideramos interessantes relatos da origem e história dos povos entrevistados, fazendo a descrição dos mesmos, bem como seu registro fotográfico e cartográfico. Apresentamos também algumas dificuldades encontradas para a valorização cultural e preservação do patrimônio.

No terceiro capítulo discorremos sobre as políticas culturais norteadoras da cultura e do patrimônio no Brasil e no mundo. Como estão dispostas e como poderiam contribuir para valorização cultural no Alto Rio Negro. Identificam-se nestas políticas públicas culturais elementos que ofereçam suporte para preservar e repassar os aspectos da cultura aos herdeiros e assim dar continuidade ao projeto de autodeterminação e a busca do viver bem. Diagnosticam-se os impactos socioambientais decorrentes das formas de uso destes patrimônios e nos propusemos a traçar estratégias e alternativas para a preservação do patrimônio mítico que corresponde a uma verdadeira geografia indígena, onde o material e imaterial, o tangível e intangível discursado pelos conceitos do Estado estão sendo revistos.

Para este trabalho utilizamos os procedimentos da pesquisa participante, observação participante e tipicamente convivente uma vez que pertenço ao povo Baré e espero contribuir com a minha experiência de vida. Assim como levantamentos bibliográficos sobre o que foi produzido na academia sobre os povos do Alto Rio Negro e sua diversidade cultural.

Inicialmente fizeram-se levantamentos de fontes secundárias com a pesquisa bibliográfica e documental dos aportes teóricos sobre cultura, patrimônio e território e do tema em trabalhos acadêmicos já realizados por diversos pesquisadores indígenas e não indígenas sobre o Alto Rio Negro e a legislação referente ao tema em estudo.

Foram feitos levantamentos de dados de fontes primárias com entrevistas com os moradores e lideranças indígenas da região do Alto Rio Negro sobre o tripé cultura, patrimônio e território, especificamente na cidade de São Gabriel da Cachoeira, visto que a cidade é majoritariamente formada por povos indígenas desta região, constituindo pelo menos 90% do total. (CABALZAR; RICARDO, 2006). Com a sistematização e análises qualitativas dos dados a partir da Ciência Geográfica.

Elegemos para levantamentos de dados os povos falantes das três línguas indígenas co-oficializadas em 2002 no município de São Gabriel da Cachoeira. Os falantes da língua Nhengatú, Tukano e Baniwa. Foram feitas entrevistas assistemáticas com 60 moradores da cidade entre jovens de dezessete a vinte cinco anos, adultos e idosos sobre sua vivência e os valores culturais que ainda praticam e quais os significados que tem para si e quais seriam as alternativas apontadas para sua preservação e valorização.

O roteiro de entrevistas foi dirigido primeiro a idosos e adultos no total de dez entrevistas de cada língua falada buscando primeiro seus conhecimentos sobre as histórias relatadas que se materializam ao longo território com o auxílio de um mini-gravador MP3 RECORING Panasonic, por vezes apenas anotando no papel o que nos interessava e depois dirigidos aos jovens estudantes indígenas do ensino médio da Escola Estadual Indígena Irmã Inês Penha e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas Campus São Gabriel da Cachoeira para buscar o conhecimento e envolvimento destes em relação aos patrimônios indígenas e o que consideram

como patrimônio. Em alguns momentos conversando e anotando em outros entregando o roteiro de entrevistas para que se sentissem mais confortáveis em respondê-los, tendo como suporte os seguintes questionamentos:

- O que seja cultura, patrimônio e território na concepção dos povos do Alto Rio Negro?
- Quais os patrimônios conhecidos e evidenciados na região do alto Rio Negro?
- Quem e como são transmitidas estas informações sobre o patrimônio aos povos desta região?
- Que significado tem para si estas informações sobre o patrimônio?
- Que mecanismos devem nortear a preservação desses patrimônios?
- Diferenciar os mecanismos de registro e tombamento dos patrimônios identificados.

Acreditamos que a utilização da Pesquisa Participante (PP) foi essencial para afirmar as nossas práticas culturais e sentirmo-nos parte dela.

Para Demo (2008) “A comunidade precisa tomar o seu destino em suas mãos, não esperar a libertação do opressor, e fazer-se protagonista crucial de seu projeto de desenvolvimento”.

Grande pretensão da Pesquisa Participante é contribuir para que as comunidades se tornem sujeito capaz de sua própria história, individual e coletiva, para saberem pensar sua condição e intervenção alternativa (DEMO, 2008).

No decorrer da pesquisa pode-se afirmar com mais convicção sobre o que os povos indígenas pensam, sentem, percebem. Um olhar bem diferente de alguém que passa apenas em visita temporária, diferente de falar daquilo que vivemos.

Vimos à necessidade de conhecer as políticas públicas, para aprender a gerir os conhecimentos adquiridos ao longo dos séculos para melhor contribuir com o bem viver dos povos indígenas que vivem no município de São Gabriel da Cachoeira, denominado como “o município mais indígena do Brasil”.

Convivemos no dia a dia com a chegada de pessoas oriundas dos mais diversos lugares do país e do mundo que interferem de certo modo na forma de ser, de pensar e de agir, e ainda a presença do Estado (militares, instituições federais e estaduais, municipais, secretarias) é cada vez mais intensa e dita formas e normas de viver fora da nossa realidade e que muitas vezes despercebemos. Ainda não nos libertamos do sistema opressor que discrimina, exclui, maltrata a cultura indígena.

Portanto, é preciso pensar espaço e o território, formulando uma geografia inspirada nas realidades do presente, para que os povos indígenas se tornem reconstrutores hoje da própria história e continuem em seu território de origem, desfrutando das riquezas disponíveis no seu entorno, deixando de ser apenas objeto de estudo e tornando-se sujeitos do próprio conhecimento.

CAPÍTULO I – CULTURA E PATRIMÔNIO: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

Cultura e patrimônio são palavras consideradas das mais complexas e passaram por mudanças significativas com o decorrer da História. São conceitos que ainda são utilizados de forma preconceituosa quando se referem aos indígenas por serem vistos como povos atrasados e um enclave para expansão e desenvolvimento na modernidade.

Cultura é “todo o complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábito adquirido pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR apud LARAIA, 2002, p. 25). Este conceito foi reformulado por estudiosos como Sahlins (2003), Geertz (2008) que expressam contextos de sociedades que possuem uma identidade única que de certa forma lhe conferem um ordenamento social.

Com as reformulações sobre a definição dos termos sobre cultura e patrimônio pode-se vislumbrar o quanto povos indígenas contribuíram para perceber a diferença.

Assim como o conceito de patrimônio também foi reformulado, mas são usadas de acordo com os contextos as quais se referem.

1.1- Os povos indígenas do Alto Rio Negro

O Alto Rio Negro é uma região praticamente intacta no que se refere aos recursos naturais como florestas, rios, serras, igarapés e possuem uma história cultural marcada na nossa memória passada de geração a geração e que compreendem nosso patrimônio cultural.

É banhada pela sub-bacia do Rio Negro, que nasce na Colômbia e deságua na margem esquerda do Rio Amazonas, próximo a Manaus, no Brasil. O Rio Negro tem cerca de 1.901 Km de extensão. Seu curso comunica-se com o do Orinoco pelo canal do Casiquiari na Colômbia.

É navegável durante todo o ano no período chuvoso (abril a setembro), mas no tempo da seca, de outubro a março, a navegação se torna difícil. Os meses de maior dificuldade de navegação são janeiro, fevereiro e março.

As principais atividades comerciais do Alto Rio Negro têm a cidade de São Gabriel da Cachoeira como centro administrativo e econômico desta região. Atualmente pode-se constatar uma mudança notória do regime de chuva e da vazante, pois no ano de 2012 não houve vazante, tanto que se registrou uma nova marca da maior enchente do Rio Negro em maio deste ano (16 de maio de 2012).

O rio Uaupés é, depois do rio Branco, o maior tributário do rio Negro, tem cerca de 1.375 Km de extensão, também é conhecido como Caiarí pelos indígenas desta região. Em seu curso o Uaupés recebe as águas de outros grandes rios como o Tiquié, o Papurí, Querarí.

Apresenta áreas de terra firme, coberta de floresta tropical com zonas de igapó, com pequenas elevações montanhosas em sua maior parte do percurso entranhado de histórias de origem e de costumes destes povos. Da foz do Rio Querarí até o distrito de Iauaretê na foz do Rio Papuri a navegação somente é possível para pequenas embarcações (canoas, voadeiras) devido às cachoeiras e corredeiras. A única interrupção está na cachoeira de Ipanoré. Canoas e voadeiras atravessam, mas existe grande risco de naufrágio, mesmo quando guiadas por bons práticos (motoristas de deslizadeiras), conhecedores da travessia. Essa cachoeira é o cenário principal da história de origem das várias etnias do Uaupés, considerado pelos mesmos como o Centro do mundo.

Como o Uaupés, outra bacia hidrográfica importante que compõe a região do Alto Rio Negro é a do Rio Içana ou Inñali (MELGUEIRO, 2009) como é denominado pelos Baniwa e Kuripako, com cerca de 696 Km de extensão. Os maiores afluentes do Içana são os rios Aiari, Cuiari, Piraiuara e Cubate.

A região é habitada por vinte e três povos indígenas (figura 2), pertencentes a cinco famílias lingüísticas: Aruak, Tukano, Japurá-Uaupés (conhecidos como Makú¹), Yanomami e Tupi.

¹FARIA, 2007 diz que a denominação dada pejorativamente, tem origem Aruak e, segundo Grunberg, é designada aos índios caçadores e coletores que vivem no fundo da mata

A família linguística **Tukano Oriental** compreendem: Tukano, Desano, Wanano, Bará, Kubeo, Karapanã, Makúna, Siriano, Pira-tapuya, Miriti-tapuya, Arapaso, Tuyuka, Taiwano, Yurití, Barasana e Tatúyo (estes três últimos moram em Território Colombiano). A família **Aruak** é composta pelos povos Baniwa, Kuripako, Baré, Werekena e Tariano e a **Japurá-Uaupés** são representados pelos povos Hupda, Yuhupde, Dow, Nadob, Kakwa e Nukak (Estes dois últimos moram em território Colombiano). Entre os **Yanomami**: compreende-se apenas o povo Yanomami. O povo Baré apesar de ser classificado como povo de língua Aruak não fala mais sua língua de origem, fala o Nhengatú que é uma língua de origem **Tupí** que foi introduzida pelos missionários no século XVIII. (CABALZAR; RICARDO, 2006).

Entre as línguas mais faladas e conhecidas no Alto Rio Negro o Tukano, o Baniwa e o Nhengatú foram co-oficializadas pela lei municipal Nº 145 de 11 de Dezembro 2002 e regulamentada pela Lei nº 210 do dia 31 de outubro de 2006. Foi a primeira vez no Brasil que línguas indígenas foram consideradas co-oficiais juntamente com o português. Embora tenha sido uma grande conquista na prática ela não está sendo aplicada. Há um descaso por parte das autoridades e dos próprios indígenas que não fazem valer seus direitos, pois se assiste nas repartições públicas e no comércio a falta de contratação de pelo menos um funcionário dominando uma destas línguas para auxiliar no atendimento ao cliente falante destas e ainda a contratação de profissionais para trabalhar em áreas estritamente indígenas que não dominam de nenhuma forma essa comunicação por meio da língua.

Os povos de língua Tukano oriental habitam toda a bacia do Rio Uaupés e o trecho do rio Negro entre a foz daquele rio e as imediações da cidade de Santa Isabel, incluindo a cidade de São Gabriel da Cachoeira. Diz-se Tukano Oriental, para diferenciá-los dos Tukano Ocidentais, que são povos que habitam a região do rio Napo, nas fronteiras entre Colômbia, Equador e Peru (CABALZAR; RICARDO, 2006).

Todos os lugares ocupados por eles são demarcados configurando-se em territórios com um significado de pertencimento e de propriedade destas terras que pertenceram a seus antepassados e que nela vivem hoje e para

onde podem retornar a qualquer momento, pois constitui seu patrimônio, lugar de existência e perpetuação da vida.

Os Tuyuca têm sua origem na cachoeira denominada por eles de Suniã Poeá localizada no alto rio Uaupés acima da cidade de Mitú, no Departamento Del Vaupés na Colômbia também chamada de cachoeira de Juruparí, lá segundo eles, é a sua Pamulíwi (casa da Emergência). Os Desano emergiram em Buhpó Wi (casa do trovão) localizado no igarapé Abiu, afluente do rio Papurí no Uaupés. Os Barasano emergiram nas nascentes do rio Tiquié; os Tukano e Maku na cachoeira de Ipanoré no médio Uaupés. Já os Tariano são considerados filhos do trovão tem sua origem nos raios do trovão (DUTRA, 2008, p.43)

De acordo com Cabalzar e Ricardo (2006), os povos de língua Aruak ocupam a bacia do Rio Içana, o Rio Xié e o Rio Negro, desde o canal do Cassiquiare até o Padauíri. Encontram-se, também, no médio Uaupés representados aí pelos Tariano, que ocupam tradicionalmente o trecho do rio Uaupés entre as cachoeiras de Ipanoré e Periquito².

O povo Baniwa e Kuripako, tem sua origem denominada por eles de Medzeniákonai – aqueles que surgiram da água e como principal lugar de sua origem está nas nascentes do rio Aiari no lugar conhecido como Wapuí-Cachoeira (MELGUEIRO, 2009).

A área formada pelo Rio Xié e Alto curso do Negro, acima da foz do Uaupés, é ocupada principalmente pelos Baré e Werekena, sendo muito falada a língua Nheengatú ou Língua Geral. Porém ainda há falantes do Werekena que vivem também do lado Venezuelano e Colombiano. A população indígena do Xié trabalha na extração da fibra da piaçaba e são excelentes produtores de farinha de mandioca³.

As principais comunidades do Rio Negro são Cucuí, Nova Vida e Cué-Cué, embora existam outras comunidades maiores, estas são as comunidades tradicionais reconhecidas oficialmente, tendo em seu percurso vários lugares

² Nesta comunidade fala-se a língua Tariana.

³ Informação da autora que pertence a etnia Baré

sagrados contados por seu povo sendo um deles a Ilha das Flores, um dos trechos encachoeirados deste rio.

Os Baré foram os primeiros povos do Rio Negro a sofrerem com chegada dos colonizadores, pois habitavam e habitam a calha principal deste rio. São povos até pouco tempo considerados “aculturados” e que ultimamente entram no cenário preocupados também com seu resgate cultural, pois tem a cidade de São Gabriel da Cachoeira como lugar das histórias sagradas que regem nossos modos de vida e de lidar com a natureza e com as pessoas em seu entorno.

O curso do Rio Negro entre a foz do Uaupés até a cidade de Santa Isabel é a área que atualmente concentra o maior contingente populacional de todo o noroeste amazônico. As cidades de Santa Isabel e, sobretudo, São Gabriel da Cachoeira atuam como polo de atração de populações que antes viviam mais no interior, nas margens dos afluentes do Rio Negro.

O fluxo populacional das comunidades do interior do município em direção à cidade de São Gabriel da Cachoeira se caracteriza pela busca da formação escolar, trabalho remunerado, serviço militar e proximidade do comércio com preços mais acessíveis que os praticados pelos regatões e barcos de comerciantes que se deslocam pelos rios (MEIRA, 2002) e recentemente pela oferta de bolsas dos programas sociais federais, que também se tornou muito mais um problema do que uma ajuda, já que muitas famílias acabam acomodando-se e tornando-se reféns desse auxílio e não mais produzindo seu próprio alimento.

Os povos de língua Japurá-Uaupés, vivem tradicionalmente nas áreas mais interiores, próximos aos pequenos cursos d'água, ocupam o território mais extenso do Rio Negro. Têm grande mobilidade. Conhecem como ninguém a floresta e seus caminhos e são excelentes caçadores. São encontrados também nas proximidades da sede do município, do outro lado do Rio Negro (na margem direita); nos rios Uneixí, Téa e Marié e, nos rios Traíra e Apapóris, perto da Vila Bittencout (CABALZAR; RICARDO, 2006).

Estes povos indígenas se diferenciam entre si, ainda que apenas em certos aspectos. Embora no contexto de diversidade cultural, encontramos

várias características comuns entre eles, principalmente no que diz respeito aos mitos, às atividades de subsistência, arquitetura tradicional e cultura material. (CABALZAR; RICARDO, 2006)

Utilizam-se dos mesmos equipamentos e técnicas para atividades de subsistência (agricultura, coleta, pesca e caça). Na cozinha usam *tipiti* que tem formato cilíndrico como que um cesto, tem uma abertura na sua porção superior por onde é colocada a massa da mandioca depois de ralada. Possui também duas alças, uma em cada extremidade sua, sendo a de cima para prender num ponto fixo e a de baixo para introduzir a alavanca e provocar a distensão do *tipiti*, comprimindo a massa que se encontra em seu interior e retirando o *tucupi* (sumo da mandioca). Feito de arumã de terra firme ou de jacitara. (DURGAN, 2006)

O *cumatá* grande peneira feita de fibras diversas, serve para coar a massa da mandioca para extração do *tucupi*; *peneira* é feita de arumã de terra firme e cipó (titica ou ambé), serve para peneirar a massa da mandioca.

Balaio é um cesto raso de formato circular utilizado para servir alimentos, feito com arumã e por vezes apresenta rico grafismo de cores variadas em seu corpo; *Urutus* tipo de cesto feito de arumã em vários tamanhos; *ralo* é um ralador grande feito a partir de prancha da madeira como araraua, possui formato retangular, côncavo, incrustado por estilhas de quartzito encontrado apenas nas terras da bacia do rio Içana. *Abanos* são feitos a partir do “olho” (folhas novas) do tucumã, serve para ajudar na propagação do calor na fogueira, assim como para se refrescar do calor. *Jirau* é uma prateleira feita do tronco de palmeiras da região como a paxiúba, feita para guardar os utensílios no interior das casas e na área externa é feito para secar o beiju ao sol.

A alimentação dos indígenas ribeirinhos provém basicamente dos derivados da mandioca “brava”. Eles desenvolveram técnicas avançadas de processamento desta raiz, conseguindo aproveitá-la ao máximo. Dela provém: *goma*, *tucupi*, *farinha amarela*, *farinha de tapioca*, *beiju* que é uma espécie de bolacha gigante preparada da massa de mandioca, considerado o pão dos indígenas. *Curadá*: espécie de bolacha que usa a massa mais a goma misturados é um pão médio e macio; *mingau*: a massa é cozida e acrescentada

sal a gosto; pode ser preparada com a farinha amarela, a maçoça, o beiju, a farinha de tapioca, a goma etc. A *maçoça*: preparada da massa da mandioca mole (puba), tem um sabor levemente ácido ingerido como água ou suco. *Tucupí*: resultante da retirada do caldo tirado da mandioca ralada que depois de separada da goma passa a ser fervida, ingrediente indispensável para preparar o cozido de peixe, tem um sabor adocicado ou levemente ácido. Consiste num trabalho exaustivo aplicado às mulheres, que são responsáveis também pela colheita da mandioca, por fazer o replantio e limpar o terreno e por buscar as frutas nas capoeiras de roças antigas para complemento alimentar, pois as mesmas continuam produzindo depois de abandonadas.

Os homens contribuem com outra parte da alimentação: com o peixe ou a carne de caça; para isto é preciso o domínio dos hábitos e técnicas de pescaria, utilizando-se da canoa como principal meio de transporte. Quando consegue abater um animal maior, destinam parte do alimento para uma refeição comunitária, onde todos contribuem com o que tem. Entre o prato principal encontramos a *Kinhãpira*, cozido de peixe com sal, tucupi e bastante pimenta, por vezes acompanhada de saúva, do beiju e do vinho.

O vinho produzido pelos povos indígenas é um sumo pastoso feito a partir da maceração das frutas, geralmente após deixá-las de molho em água morna para que amoleçam, acrescentando pouca quantidade de água, degustados, geralmente, com farinha de mandioca ou tapioca. Pode ser feito do açai (*Euterpes oleracea*), do patauá (*Jessenia bataua*) ou da bacaba (*Oenocarpus bacaba*) e outros.

Podemos destacar especialidades artesanais atribuídas a alguns povos, como: O povo Tukano é conhecido por seus bancos de madeira (*Kunu'no'*), os Desana e os Baniwa por seus balaios, os Baniwa também pelos ralos de mandioca, os Kubeo pelas suas máscaras funerárias, os Wanano por seus tipitis, os maku pelas flautas de pã, o curare e os aturás de cipó. Os Tuyuka e os Bará se destacam como os melhores construtores de canoas e excelência musical. (CABALZAR; RICARDO, 2006)

Nos últimos anos tem havido uma produção intensa de balaios, cestos e outros artefatos de arumã (casca de uma planta da região), bolsas, redes, tapetes feitas de tucum (Fibra de uma palmeira da região) para venda. Na sede

de São Gabriel da Cachoeira encontramos a loja de artesanato indígena mantida pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro- FOIRN com o nome de Wariró que incentivam a produção de maneira sustentável e de outros produtos artesanais com matéria-prima local como: panelas de barro, colares, brincos, amarradores, prendedores para cabelo, etc.

Outro fator importante que os identificam é a antiga tradição de construção de malocas. Que foi abandonada aos poucos por imposição dos missionários que a consideraram como lugar impróprio, mas que tem sido reconstruída em lugares estratégicos e constituem lugar essencial para decisões e celebrações. Em 05 de novembro de 2012 foi reinaugurada a Maloca da FOIRN com o ritual de benzimento e denominada de Casa do Conhecimento dos povos Indígenas do Rio Negro. (Figura 03 e 04)



Figura 3 - Maloca FOIRN: Área externa. Foto Eliezer Marinho, 2012.



Figura 4 - Maloca FOIRN: Área Interna. Foto Eliezer Marinho, 2012.

Estes povos diversificados vêm-se desafiados a constituírem uma afirmação de sua cultura, sobretudo a autonomia sobre seu território sem perder os vínculos com seus costumes, tradições e histórias. Todos estes elementos estão sendo devastados pelos modos de vida da cultura ocidental, talvez por não terem ainda registrado de forma escrita todo seu conhecimento, tradições e costumes que sobreviveram até hoje.

1.2 - Cultura como afirmação dos povos indígenas do Rio Negro

Ainda hoje nas sociedades modernas é difícil expressar o que se entende por cultura. Apesar das mudanças históricas de seu significado os seus conceitos são naturalmente aceitáveis por quem os aplica, dependendo das ocasiões em que são usadas.

Canedo (2009) afirma que definir o que é cultura não é uma tarefa simples. A cultura evoca interesses multidisciplinares, sendo analisada em áreas como sociologia, antropologia, história, comunicação, administração, economia, Geografia entre outras. Em cada uma dessas áreas, é trabalhada a partir de distintos enfoques e usos. Tal realidade concerne ao próprio caráter transversal da cultura, que perpassa diferentes campos da vida cotidiana.

Junqueira (2002) nos alerta que atualmente o termo cultura possui muitos significados. O trabalho com a terra, ato de cultivar, pode ser chamado de cultura. Cultura serve também para designar instrução, desenvolvimento intelectual. Em antropologia, convencionou-se que os padrões de comportamento, as instituições, os valores materiais e espirituais de um povo são a sua cultura. Assim, toda sociedade possui uma cultura, elaborada e modificada no decorrer de sua história.

Nesse contexto o nosso estudo infere a concepção moderna de cultura como objeto de estudo da antropologia e que Marshall Sahlins (1997) salienta:

[] a "cultura" não pode ser abandonada, sob pena de deixarmos de compreender o fenômeno único que ela nomeia e distingue: a organização da experiência e da ação humanas por meios simbólicos. As pessoas, relações e coisas que povoam a existência humana manifestam-se essencialmente como valores e significados que não podem ser determinados a partir de propriedades biológicas ou físicas.

Entendemos que as sociedades são movidas por símbolos que tornam suas vidas mais completas e fazem parte de normas preestabelecidas que ressignificam-se cotidianamente. A espécie humana está sempre modificando as configurações de sua diversidade sociocultural diferente de sociedade de abelhas que vivenciam sempre o mesmo ciclo. Cada sociedade possui um sistema cultural, no qual vários sistemas simbólicos são incorporados e compartilhados.

Para Faria (2007) a cultura, assim como o espaço, o território, não é estática. Tudo se modifica e se transforma numa relação dialética. São frutos das continuidades e descontinuidades de processos históricos pelos quais

passam as sociedades e que portando estão sujeitas a transformações e reordenações.

Marshall Sahlins (2003) evidencia que a cultura é um processo dinâmico que cria e recria significados de acordo com as necessidades dos grupos sociais, principalmente povos indígenas que vem resistindo com força aos assédios da sociedade moderna mantendo quase que intactas seus costumes e tradições. As manifestações de resistência evidenciam que inúmeras sociedades tentam incorporar o seu mundo a esse sistema como prova de recompor tudo aquilo que lhes foi tirado com o contato com as sociedades dominantes de então.

O país em que vivemos é multi e pluricultural. Podemos notar que, por mais que tenhamos visto grande esforço em fazer o Estado reconhecer a cultura popular como de interesse nacional, há ainda questões que se colocam em universos simbólicos expressivos – principalmente os oriundos das culturas populares – que estão à margem das políticas de proteção como é o caso das nações indígenas.

Neste caso concordamos com Sahlins (2003) quando argumenta uma razão de outra espécie:

[] a simbólica ou significativa, toma como qualidade distintiva do homem não o fato de que ele deve viver num mundo material, circunstancia que ele compartilha com todos os organismos, mas o fato de fazê-lo de acordo com um esquema significativo criado por si próprio, qualidade pela qual a humanidade é única. Por conseguinte toma-se por qualidade decisiva da cultura – enquanto definidora para todo modo de vida das propriedades que o caracterizam – não o fato de essa cultura poder conformar-se as pressões materiais, mas o fato de fazê-lo de acordo com um sistema simbólico definido, que nunca é o único possível. Por isso é a cultura, que constitui utilidade. (7-8)

O discurso do romper com o etnocentrismo cultural torna-se uma maneira de gerar emprego e renda para o que os indígenas consideram como branco ou não indígenas. Pois o que se nota é que há uma preocupação intensa do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN em registrar os conhecimentos e tradições indígenas mesmo sem que eles solicitem ou queiram conhecer o que é patrimônio e o que deve ser protegido. Na maior

parte estão sendo guardados em livros, cds, videos que não estão sendo repassados as futuras gerações indígenas e são vistas como apropriação indevida destes conhecimentos. Há a necessidade de se buscar eficazmente alternativas de sensibilização, valorização, acesso e motivação as gerações indígenas futuras a esses dispositivos de afirmação cultural.

Geertz (2008) alerta para a questão das interpretações culturais. Devemos estar interessados em procurar os vários significados de um determinado grupo/povo que vão dar suporte para entender a essência do seu modo de vida. Muitos pesquisadores acabam tendo apenas uma visão superficial das culturas que estudam porque não as vivem. Assim Geertz (2008) declara:

O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (p.04)

Geertz enfatiza que:

[...] os símbolos sagrados funcionam para sintetizar o *ethos* de um povo — o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos — e sua visão de mundo — o quadro que fazem do que são as coisas na atualidade, suas ideias mais abrangentes sobre ordem. Na crença e na prática religiosa, o *ethos* de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve, enquanto essa visão de mundo torna-se emocionalmente convincente por ser apresentada como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida. (2008, p.66,67)

Não podemos mais esperar que pessoas oriundas dos mais diversos lugares digam o que precisamos e como devemos proceder, pois Geertz nos diz que são interpretações de segunda e terceira mão, não é a mesma que o faz por quem a vivencia. Ele vê a cultura como:

sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível — isto é, descritos com densidade. (Geertz.2008, p.10)

Conforme Santos (2006, p. 7) a cultura constitui:

uma preocupação em entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e quais seriam as suas perspectivas para o futuro. O desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos, entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber sua realidade e expressá-las.

Os povos do Alto Rio Negro ao longo dos séculos mantêm seus modos de vida, memórias e estruturas familiares intensas, apesar dos contatos de dominação e retaliação constantes de nossa cultura pela sociedade ocidental. Muitas vezes esta cultura é vista como estática, associando a vida indígena com a floresta e ainda de maneira um tanto preconceituosa, impedidos de olhar a riqueza do modo de vida indígena em sua relação dinâmica com a natureza que muitas vezes ofuscam o interesse real que os fazem se interessar por estes povos.

Os costumes, as histórias e as tradições foram e são transmitidos de geração a geração por via oral e por mais que digam que são sociedades estagnadas, desde tempos imemoriais conseguimos perpassar a história com intensidade, de ainda mantermos nossas tradições vivas. Estão registradas em nossas memórias e costumes de ainda nos comportarmos como autênticos, mas a cada dia somos ameaçados de rompermos totalmente com isso porque vemos a entrada de valores oriundos de culturas “ditas” desenvolvidas, que disseminam, interrompem e fragilizam a ligação com os nossos ideais de vida, que é conseguir sobreviver nessa terra hoje demarcada, pois a cada dia nós indígenas somos obrigados a deixar nossas comunidades e buscar outro tipo de vida fora dela. A terra que oferecia tudo o que precisávamos não consegue mais dá este suporte devido ao contato e aos intensos programas do Estado de

inserir-nos a sociedade nacional impondo valores que são cada vez mais contestados por estudiosos e pesquisadores indígenas e não indígenas.

Percebe-se que uma grande quantidade de povos indígenas desta região principalmente os que moram na cidade não se consideram como tal, como é o caso dos Baré, que conforme estudos feitos por antropólogos (FIGUEIREDO, 2009; BERNAL, 2009) identificaram que estes possuem um sistema diferenciado em relação aos outros povos do Alto Rio Negro, considerados integrados à sociedade nacional como preconizava as políticas públicas desde o Sistema de Proteção ao índio (SPI). Estes ganharam novas características e perfil por associarem seus costumes e tradições à cultura ocidental e o que se evidencia é que são povos que tiveram contatos nada amigáveis com outras sociedades ocidentais, mas conseguiram resistir adaptando-se em seu próprio território e distinguir-se de outras vindas exógenas.

Muitos que moram na sede do município e no Distrito de Cucuí não aceitam serem denominados de indígenas porque na realidade o termo indígena foi uma das maiores violências simbólicas praticadas pelos colonizadores (PORTO-GONÇALVES, 2009) e que hoje se tenta abrandar nas mais diversas formas e que não são toleradas ainda por muitos. Insere-se aqui um novo discurso que deve ser usado por nós e demais povos originários como forma de lutarmos contra toda forma de opressão e devastação do nosso território.

Os Baré são hoje resultado da miscigenação de indígenas e não indígenas de outras regiões do Brasil e do mundo e conseguiram destaque no mundo dos “brancos”⁴ ao incorporarem a língua e costumes destes que se inseriram e diversificaram a cultura Baré que apesar de incorporarem o jeito de pensar dos não indígenas estão muito ligados a sua territorialidade.

Os Baré com os traços indígenas adaptaram-se para conviver com os costumes do mundo ocidental. Não vivemos totalmente da mesma forma que nossos antepassados, mas compartilhamos das mesmas tradições e costumes

⁴ As sociedades indígenas denominam branco os colonizadores ocidentais e pessoas oriundas de fora da sociedade indígena, o outro que não é indígena, mesmo a pessoa sendo negra.

como: benzimentos, alimentação, festas, utensílios, etc. Carregamos uma gama de símbolos muito fortes, isso não quer dizer que não somos indígenas, como alguns povos desta região acabam nos considerando. Apenas associamos novos costumes ao nosso modo de ser.

Digo isso porque vivi esse drama de não ser indígena e ao mesmo tempo depois assumir-me como tal. Fui obrigada a seguir os ensinamentos do colégio salesiano: não se podia falar a língua materna e por isso não aprendi. Mas pela convivência aprendi a entender algumas partes. Tanto que me comunico com os parentes falando a língua portuguesa e eles na língua Nhengatú. E agora que me assumo como indígena percebo que outros povos do Alto Rio Negro nos discriminam por causa disso, por considerarem a cultura deles mais preservada que a nossa. Além das ações e benefícios aos povos indígenas da qual somos excluídos por não falar a língua de origem. Somos cobrados tanto pela sociedade ocidental como pelos povos indígenas, vivemos um dilema.

Junqueira (2002, p. 14) diz que “O conjunto de símbolos sociais de uma sociedade chama-se cultura”. E esses símbolos elaborados tendem a lidar com mudanças sempre, seja dentro do seu universo ou em contato com outras culturas.”

Entendemos que cada realidade cultural possui sua lógica interna e que é preciso conhecer para que façam sentido os seus costumes, práticas, concepções e as transformações pelas quais elas passam. É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos.

As diferenças de costumes, modos de vestir, das casas, de comportamento só fazem sentido para cada grupo humano que as vivem e são derivados de sua história, e se relacionam com as condições materiais de sua existência. Santos (2006, p.8) afirma que entendido dessa maneira, “... o estudo da cultura contribui no combate a preconceitos, oferecendo uma plataforma firme para o respeito e a dignidade nas relações humanas.”

Vemos muitas discriminações que sofremos por sermos indígenas. Considerando-nos incapazes, até eu mesma pensava assim e somente agora

vejo que não somos apenas nós que temos problemas sociais, a sociedade ocidental também os tem e que precisam ser resolvidos. O que nos revolta é o preconceito de nos olharem como incapazes. O que aconteceu é que fomos forçados a nos inserir no universo dos brancos abandonando muitos costumes, crenças e a nossa língua para viver como eles vivem. Porém, parece-nos que essa tentativa de nos integrar fortaleceu muito mais a diferença quando ameaçada a nossa identidade. (SANTOS, 2010)

Conforme Cuche (1999,p.10):

A cultura faz com que haja um processo de adaptação do homem ao meio em que vive, não mais agindo pelo instinto de sobrevivência, mas adaptando através da cultura. Ao longo da sua história seus instintos vão sendo substituídos pela cultura que é mais fácil de aprender, mais flexível.

Cuche (1999) afirma ainda que através da cultura o homem torna-se capaz de adaptar-se ao meio e assim adaptar o próprio meio as suas necessidades. A noção de cultura se revela então o instrumento adequado para acabar com as explicações naturalizantes dos comportamentos humanos. Nada é simplesmente natural no homem. Mesmo as funções humanas que correspondem às necessidades fisiológicas, como a fome, o sono, o desejo sexual etc., são confirmados pela cultura e as sociedades dão respostas diferentes a cada uma destas necessidades.

Para Faria (2007) o que difere um lugar do outro é a forma de ocupação e os sujeitos sociais engajados nesse processo que produzem o espaço de acordo com seus costumes, valores, tradições, ou seja, a cultura. Ao contrário de que muitos afirmaram a ideia de que o mundo está se transformando numa aldeia com uma cultura global única ainda não foi totalmente aceita por todos. Isso é evidente na região do Alto Rio Negro onde o multiculturalismo é extremamente visível, onde povos diferentes convivem uns com os outros numa mesma terra demarcada com suas diferenças e lutas constantes contra o domínio dos novos colonizadores (instituições públicas, militares, ONGs, empresários, comerciantes, turistas).

De acordo com Junqueira (1991) os fatores que podem causar a diversidade das culturas são de muitas ordens e podem, também, se combinar

de forma variada. Isolamento geográfico, características particulares do meio, dinâmica da relação com culturas vizinhas, entre outros, possibilitam a compreensão de aspectos isolados, mas não são suficientes para sustentar uma explicação global.

Desta forma entendemos aqui por cultura os sistemas de significados, os valores, as crenças, práticas e os costumes; ética, estética, conhecimentos e técnicas, modos de viver e visões de mundo que orientam e dão sentido às existências individuais em coletividades humanas (GALLOIS, 2006, p.14)

Vivemos em um mundo conturbado, onde cada vez mais as dificuldades econômicas têm aumentado e junto com esta as desigualdades entre as nações. É preciso estreitar os laços de amizade e solidariedade entre as nações para que se possa respeitar a diversidade cultural (IPHAN, 1985). Para tal é preciso traçar percursos sólidos na busca do reconhecimento das diferenças, onde as nações indígenas possam apropriar-se de tecnologias e avanços que melhorem o seu estar no mundo que os rodeiam.

Santos (2010) destaca que as sociedades indígenas podem surgir como modelos de sociedades com novas alternativas de desenvolvimento desprovido do modelo vigente, onde organizam-se buscando alternativas libertadoras, o que vem se discutindo muito em seminários e congressos que tem os indígenas como propositores desses novos modelos.

O respeito e cuidados em relação aos valores socioculturais, e o grau de envolvimento com a sociedade envolvente devem ser observados e ressaltados para qualquer planejamento do uso dos recursos disponíveis de modo a não permitir a descaracterização da cultura e a desterritorialização dos povos indígenas.

Somos apontados como indígenas, mas não nos identificamos assim porque somos parte de outra nação que não é a brasileira que aqui vivia e que sofreram mudanças com a chegada de outros povos. Vemos-nos como Baré. Fomos forçados a nos identificar como tal porque somos povos dessa região nascidos e criados aqui com vivências e simbologias próprias bem como os Tukano (em sua língua se chama *Ye'pâ-Masã* ou *Daséa*), Tuyuka (em sua língua *Ūtapinopona*), Wanano (em sua língua *Kotiria*), Desano (em sua língua

Umukori-Mahsã), Tariano (*Taliáseri*), Piratapuia (em sua língua Waikara) Baniwa (em sua língua se autodeterminam *Walimanai* ou *Wakuenai*) e outros e que recebemos essa denominação pelo colonizador como maneira de nos diferenciarem como povos originários (PORTO-GONÇALVES, 2009). E ao mesmo tempo tornou-se uma forma de usarmos o termo indígena como um processo de construção político-identitário que nos dá suporte para disseminação de um novo discurso: dos povos originários e então a autodenominação dos povos do Alto Rio Negro que lutam para desconstruir o pensamento ocidental.

Desenvolveu-se nessa região um sistema cultural bastante dinâmico e com infinitudes de conhecimentos transmitidos de geração em geração que norteiam nossas vidas e que os cariuá (brancos) tentam se apropriar justificando que não estamos sabendo guardar estes conhecimentos e apontam formas ou meios para apropriar-se indevidamente destes.

Quem chega à cidade de São Gabriel da Cachoeira, vai notar que nela está o exemplo de uma cidade que cresceu com características próprias de território indígena. Onde magias, costumes, tradições lhes são próprias. O que faz com que se torne um lugar de complexa convivência porque o Estado se faz cada vez mais presente com o exército, instituições governamentais e municipais gerenciadas por não indígenas (já que não são dessa região) e que muitas vezes não conhecem a realidade deste município. Pensam que conhecem.

Usamos aqui o termo povo como movimento de afirmação dos povos originários da América que adotaram a denominação *Abya Ayala* para designar seu continente e diferenciarem-se da designação eurocêntrica imposta a nós desde a chegada dos europeus e que paradoxalmente o termo indígena se apresenta como uma forma de unidade política de nos unirmos e lutarmos contra as formas de dominação opressivas da atualidade. (PORTO-GONÇALVEZ, 2009)

Paradoxalmente, a expressão *povos indígenas*, na mesma medida em que ignora a *differentia specifica* desses povos, contribuiu para unificá-los não só do ponto de vista dos conquistadores/invasores, as também como designação que, a princípio, vai servir para constituir a unidade política desses povos por si mesmos, quando começam a

perceber a história comum de humilhação, opressão e exploração de sua população e a dilapidação e devastação de seus recursos naturais.(PORTO-GONÇALVES, 2009. p.26,27)

Então o que se precisa é que os povos do Alto Rio Negro pensem como Baré, *Ye'pâ-Masã*, *Utapinopona*, Kotiria, *Walimani* e apropriemo-nos dos espaços, territórios e lugares, e começar a gerenciá-lo com o respeito que se tem pelos costumes e tradições muitas vezes vistas como atrasadas, mas carregam em si resquícios de uma sociedade rica em sociobiodiversidade e criam-se artifícios cada vez mais sutis para apropriar-se dessa riqueza. Alguém precisa falar sobre isso e esperamos sermos nós a mediadora dessa questão.

Não queremos ser tão radicais a ponto de generalizar o interesse crescente a este território. Existem instituições e pessoas sérias e de boa índole comprometidas com os povos do Alto Rio Negro, assim como existem também indígenas contrários com pensamentos ocidentalizados, integrados e porque não dizer sem compromisso com nosso povo.

Nossa cultura considerada “atrasada” carrega consigo uma cesta de conhecimentos valiosos para o desenvolvimento de futuras descobertas. Tanto no seu modo de agir com a natureza como matéria-prima para a medicina, biotecnologias, bem como nossos costumes estão sendo redefinidos como sociedades que decidiram viver sem a presença do Estado e que as tornam cada vez marginalizadas, porque, apesar das políticas públicas de valorização da cultura, na prática ela está se desintegrando porque muitos registros são feitos, mas a vivencia, o nosso orgulho em ser indígena esmaece por imposição cada vez mais forte do sistema econômico vigente.

Sentimos-nos cada dia atraídos pela cultura dos “brancos” e a vemos como aquela que nos poderiam oferecer condições melhores para nossa sobrevivência, como pensam muitos. O que nos propomos é que deveríamos pensar diferente, de apropriar-nos desses conhecimentos fortalecendo a nossa cultura e proporcionando a partir dela o viver bem.

O Bem-Viver é uma expressão que ganha visibilidade na América Latina entre os povos indígenas em especial os povos andinos e que lança uma construção nova de alternativa ao desenvolvimento fundamentado nas formas

de vida dos povos indígenas e com base em uma discussão sobre cultura e novos eixos de reflexão como: outra ética para reconhecer e atribuir valores; a descolonização dos saberes; abandona-se a racionalidade manipuladora e instrumentalizadora; uma vocação orientada ao encontro, diálogo e interações entre os diferentes saberes; concepções alternativas da Natureza; Comunidades ampliadas e Um lugar para as vivências e os afetos (GUDYNAS, 2011)

Neste sentido, os povos indígenas do Alto Rio Negro compartilham destes ideais que propõe o paradigma do Bem-Viver, postulado na ideia de cada sociedade construir suas próprias práticas de desenvolvimento procurando um ordenamento capaz de suprir todas as nossas necessidades de sobrevivência. A região do Alto Rio Negro é uma região imensa, onde se desenvolveu verdadeiras civilizações e que agora é preciso desconstruir o modelo de vida ocidental e reconstruir a nossa sobrevivência baseado na relação homem natureza, há muito praticada por nossos ancestrais.

Na Declaração do México a cultura é considerada como:

o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. Concorda também que a cultura dá a capacidade ao homem de refletir sobre si mesmo. É ela que faz de nós seres especificamente humanos, racionais, críticos e eticamente comprometidos. Através dela discernimos os valores e efetuamos opções. Através dela o homem se expressa, toma consciência de si mesmo, se reconhece como um projeto inacabado, põe em questão as suas próprias realizações, procura incansavelmente novas significações e cria obras que o transcendem (IPHAN, 1985)

Percebemos que a cultura na região está muito ligada ainda aos símbolos e ensinamentos que cada povo herdou de seus antepassados. De certa forma reformulada, mas que carrega consigo ainda uma carga de valores imprescindíveis para o modo de ser e agir das gerações futuras.

Nesse sentido vemos a possibilidade de reconstruir esses valores, buscando refletir sobre o que queremos para nossas vidas, utilizando-se dos instrumentos que a modernidade oferece para construirmos um futuro de

opções que tragam benefícios aos povos que vivem aqui e as suas futuras gerações como maneira de nos orgulharmos do que somos e do que preservamos e do que vamos construir para nós e para as futuras gerações que serão herdeiras dessa conquista.

1.3 – Patrimônio e território: a diversidade socioambiental do Alto Rio Negro

O patrimônio refere-se a vários elementos consagrados e que têm grande valor para pessoas, comunidades ou nações que podem ter valor para todo o conjunto da humanidade. A ideia remete à riqueza construída e transmitida, herança ou legado que influencia o modo de ser e a identidade dos indivíduos e grupos sociais.

Mas a noção exata do que seja patrimônio é relativa, pois depende de quem fala e de que ponto de vista fala. As definições podem partir de diferentes perspectivas, que podem ou não se sobrepor, como a perspectiva afetiva, a econômica, a ambiental, a cultural, religiosa.

De certa maneira, porém, comenta Viana (2002) que a orientação de legislação e políticas públicas foi um tanto etnocêntrica, privilegiando a preservação de apenas uma parte do patrimônio cultural – em especial as obras de influência europeia reconhecidas pela cultura oficial.

O patrimônio é compreendido não somente como sistema de produção de valores, mas também como um instrumento de produção e transmissão de conhecimentos ligados à cultura de determinado povo ou sociedade. Esses valores estão intimamente ligados ao significado que o patrimônio apresenta como uma representação coletiva. Por isso a preservação desses bens só se estabelece quando há a identificação de um valor coletivo neles, que promove seu reconhecimento e sua importância diante do outro. O significado de patrimônio passou por períodos de adaptações ligadas às mudanças incididas na sociedade até chegar a sua concepção moderna. (IPHAN,2006)

Em meados do século XVIII, inicialmente, a palavra patrimônio era utilizada especialmente para referir-se àqueles bens herdados de família para

depois ultrapassar a esfera da vida privada e ser introduzida também na esfera pública. Depois de estendida para o domínio estatal, passou a designar os bens que dizem respeito à história e memória de uma nação. (IPHAN,2009)

Bem menos de um século o patrimônio envolvia os monumentos nacionais, considerados por critérios estéticos ou históricos, que mencionavam a importância que uma obra ou um objeto adquiria diante do desenvolvimento da arte ou da história.

É uma palavra praticamente nova, que se originou do latim *pater*, significa 'pai' ligada a ampliação do termo patrimônio, que somente nas últimas décadas do século XX incluiu as manifestações culturais intangíveis ao seu raio de abrangência, antes restrito aos bens materiais. Bem como as questões sobre o reconhecimento científico de que os processos de patrimonialização envolvem conflitos próprios da sociedade, e que as políticas públicas voltadas para sua salvaguarda devem ser bem explícitas. (IPHAN,2009)

A inclusão desse elemento ao patrimônio cultural resulta em grande parte do avanço técnico-científico e aos confrontos sociais que se sucederam por séculos.

Somando-se a este o nascimento da antropologia e as discussões que se sucederam em torno do conceito de cultura constituem parte importante dessa trajetória, pois ofereceram alguns dos principais subsídios teóricos utilizados para conferir representatividade histórica e social às expressões de grupos minoritários.

Nesse sentido, podemos considerar que a aceitação da dimensão imaterial do patrimônio cultural pode ser percebida como parte de um histórico que conjuga tanto a luta de minorias étnicas, neste caso fala-se dos povos indígenas, quanto do compromisso de intelectuais e profissionais de diversas áreas pela valorização da diversidade cultural.

Para Azevedo (2003 apud FARIA 2007), o patrimônio pode ser classificado em três grandes categorias: patrimônio natural que arrola os bens da natureza: patrimônio cultural, que se refere ao conhecimento, técnicas e o saber fazer, assim como a sua produção, onde está inscrito o patrimônio

construído e documentado e, finalmente, o patrimônio que se compõe a memória social.

Em seu artigo *Por que valorizar patrimônios culturais indígenas?* Dominique Tilkin Gallois (2008) reflete e discute sobre a questão da preservação e valorização do patrimônio cultural indígena, bem como quem seriam os responsáveis para tal atividade e os riscos decorrentes dos métodos utilizados. Nele a pesquisadora faz um questionamento: Para quem documentar as tradições culturais? Também propõe uma discussão mais aprofundada sobre o tema por não encontrar consensos entre os estudiosos da questão sobre de que maneira manter viva a cultura destes povos, pois sua divulgação também implicariam riscos de certa forma. Que intenções estão por trás desta valorização, precisa-se mensurar seus pormenores.

Em *O patrimônio como categoria de pensamento*, José Reginaldo Santos Gonçalves (2003) elabora algumas reflexões sobre as limitações e as possibilidades que a noção de “patrimônio” oferece para o entendimento da vida social e cultural. A noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade. A literatura etnográfica está repleta de exemplos de culturas, nas quais os bens materiais não são classificados como separados dos seus proprietários. Esses bens por sua vez, nem sempre possuem atributos estritamente utilitários. Em muitos casos, servem a propósitos práticos, mas possuem, ao mesmo tempo, significados mágico-religiosos e sociais.

O patrimônio imaterial e intangível está ligado a aspectos da vida social e cultural. Nessa categoria estão os lugares, as festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas, etc. a ênfase se dá mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida; diferente da concepção tradicional, não se propõe o tombamento dos bens listados nesse patrimônio. A proposta é no sentido de “registrar” essas práticas e representações e de fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações. (IPHAN, 2006).

Na recomendação de Paris de 15 de Novembro de 1989, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece a importância da salvaguarda da cultura tradicional e popular, incluindo então as culturas indígenas considerando assim as diversas culturas como patrimônio universal da humanidade. (IPHAN, 1989).

De certo modo, essa noção vem expressar a moderna concepção antropológica de cultura. Segundo ela, a ênfase está nas relações sociais ou mesmo nas relações simbólicas. A categoria “intangibilidade” talvez esteja relacionada a esse caráter desmaterializado que assumiu a referida moderna noção antropológica de “cultura”.

Gonçalves (2003) nos diz que os seres humanos usam seus símbolos, sobretudo para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. O patrimônio faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre o passado e o presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições existentes. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio de certo modo, constrói e forma as pessoas.

Nos patrimônios encontramos resquícios da sociedade que herdamos. Neles estão impregnados de algum modo os valores, as crenças e o agir daquele povo. Neles estão às leis e as formas de convivência e o respeito ao outro e a natureza que o sustenta.

No decorrer da História as sociedades têm a possibilidade de construir suas identidades. Através do patrimônio, um grupo elabora sua história e, por conseguinte, sua identidade. Esse sentimento de pertencimento a um grupo ocorre através da cultura.

A Constituição Brasileira de 1988 define Patrimônio Cultural Brasileiro:

os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas culturais; conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Segundo o Ministério da Cultura a salvaguarda desses bens está, portanto, orientada para a valorização do ser humano, para a garantia e para a melhoria das condições sociais, culturais e ambientais que permitem sua

permanência. Aspectos e gestos essenciais da nossa vida cotidiana que, junto com muitos outros, são agora objeto das políticas de preservação cultural.

É inconcebível que povos do Rio Negro sejam ainda vistos como povos despreparados para gerir sua região. Existem muitas pessoas capacitadas na região que precisam ser reconhecidas pelo Estado como capazes, bem como por elas próprias, pois o que incutem nas nossas mentes é que somos pessoas que não sabemos valorizar o que temos. De certo modo valorizamos, o que se percebe é a pouca divulgação e reconhecimento da importância da cultura deste lugar para que seja conhecida e vista o seu poder e sua importância para nós mesmos e para outros povos.

Não deixa de ser uma forma de tentar padronizar todas as culturas, tornando-as homogêneo. Com o fenômeno da globalização alcançando os mais diferentes lugares do planeta, culturas diferentes aparecem no cenário mundial reivindicando a sua liberdade de ser ela mesma, autêntica e única, que muitas vezes são impostas por força do poder avassalador do modelo de desenvolvimento econômico vigente.

Na região do Alto Rio Negro um de seus maiores patrimônios é a Geografia Mítica, onde há a fusão do patrimônio natural com o cultural permitido pela presença dos povos indígenas. A maior parte das formações físico-geográficas tomam vida e significado por meio das histórias de origem. Uma mesma formação pode ter vários significados dependendo da história de cada povo cujo patrimônio natural e cultural torna-se indissociável (FARIA, 2007).

Para os povos indígenas, o patrimônio é um só “tudo que nós temos. As árvores, pedras, nossas casas, as serras, nossa língua, nossos cantos, danças, os animais, os rios, a comida, os nossos conhecimentos sobre ervas e plantas, artesanatos. Tudo que precisamos para viver que têm muito valor para nós. É a nossa riqueza” (DUARTE, 2005 apud FARIA, 2007)

E assim segundo Faria (2007) todas as formações, rios, cachoeiras, meandros, pedras, árvores e mesmo os lugares que estão ao longo das calhas dos rios têm significado de acordo com as histórias de origem de cada povo do Rio Negro.

De certo modo os indígenas não estão mais totalmente isolados, estão articulados aos sistemas sociais, econômicos e políticos, em âmbito regional ou nacional. Uma articulação que se realiza por meio de relações profundamente desiguais, por vezes no limite da exclusão. Isso faz com que os povos indígenas se sintam forçados a negociar constantemente seus interesses diferenciados com as mais diversas instâncias de poder, locais, nacionais e internacionais e muitas vezes sujeitando-se a esquecer dos valores que sustentam suas vidas, não porque querem, mas para sentirem-se em igualdade com demais povos. (GALLOIS, 2008)

Nesse contexto, aprendemos a gerir tanto nossas especificidades culturais quanto seu posicionamento face às exigências do desenvolvimento. O que percebemos é que muitos dos intelectuais indígenas acabam incorporando a ideologia do sistema dominante para não perderem o cargo que lhes foi confiado, deixando de lado a luta social pelas causas indígenas e garantias territoriais, deixando de lado o ser indígena para ser patrão, funcionário público.

Para isso vemos a necessidade de haver um estudo profundo dos aspectos da cultura desta região, a territorialidade e identidade destes povos, para que se possa legitimamente estabelecer sua salvaguarda e ações para que sejam efetivadas brevemente. Chega de projetos ou planos que ficam engavetados ou elaborados de forma vertical e exógeno. É necessário discutir de forma participante a valorização e preservação do patrimônio entre nós primeiramente, apontando estratégias para o estado.

As políticas culturais estabelecidas nas esferas municipal, estadual e federal não contemplam a realidade local porque são planejadas nos gabinetes do Congresso Nacional ou na Câmara dos Deputados, deixando de agir no foco da questão que deve ser resolvida.

O patrimônio material protegido pelo IPHAN, com base em legislações específicas é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas,

acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticas, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração a geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (GALLOIS, 2008)

Em 04 de agosto de 2000 o governo federal institui através do Decreto nº 3551 o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial que tem o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) como órgão responsável.

Sem dúvida constituiu um passo importantíssimo para que os povos indígenas do Rio Negro ganhem visibilidade e sejam otimizadas as suas lutas de preservação e valorização da cultura.

Os bens de natureza imaterial são registrados em um dos quatro livros existentes até o momento:

- Dos saberes: conhecimentos e modos de fazer, enraizados no cotidiano das comunidades;
- Das celebrações: rituais e festas que marcam a vivencia coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras praticas da vida social;
- Das formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- Dos lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem praticas culturais coletivas.

Em 2004 foi direcionado ao IPHAN o pedido de criação do Livro de registro das línguas com a assessoria do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL). Em março de 2006, num seminário sobre políticas linguísticas formou-se um grupo interinstitucional para

dar continuidade ao trabalho, sendo o inventário o documento necessário para a criação do livro.

Em 2006 o IPHAN registrou o Processo da Cachoeira de Iauaretê considerado lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papurí (AM). O reconhecimento dos lugares sagrados dos povos que vivem nestes rios Uaupés e Papurí, na localidade de Iauaretê, um dos distritos do município, destaca a inesgotável capacidade desses povos indígenas criarem e recriarem suas tradições na perspectiva de um projeto histórico de resistência cultural.

Porém, notamos que esse registro foi um processo imposto pelas instituições do governo, foram projetados pelo IPHAN e ISA. Consideramos um marco importante no processo de resgate cultural do nosso povo. Porém durante o processo de registro deste importante patrimônio houve relatos de reivindicação dos direitos de vários povos que habitam o Rio Negro, pois estes povos de certa forma comungam da mesma história de origem e não pode haver privilégio para alguns, o que acabou sendo registrada como pertencente a povos que ocupam seus arredores. Muitos outros acabaram sendo excluídos apesar de identificarem-se com o território.

Nesses lugares sagrados como as pedras, lajes, os igarapés situados na Cachoeira de Iauaretê e seu entorno, estão escritas às histórias de criação da humanidade e de ocupação do território em que eles vivem desde tempos imemoriais. Esses lugares indicam, igualmente, os códigos de manejo social organizadores da vida, tais como as formas de convivência e os mecanismos de transmissão dos saberes, identificadores das várias etnias que compartilham territórios e padrões culturais. (IPHAN, 2007)

E por haver esses importantes lugares sagrados, a Cachoeira de Iauaretê foi proclamada “Patrimônio Cultural do Brasil” pelo IPHAN em agosto de 2006, sendo o primeiro bem cultural inscrito no Livro de Registro dos Lugares. (Figura 4)

Nestes escritos está apenas uma parte das histórias de origem dos povos do Alto Rio Negro, estes possuem várias versões. Mas os povos Baniwa por exemplo, não possuem nem um terço de suas tradições escritas e que precisa-se saber se estes querem ou não o registro do seu patrimônio, porque

muitos conhecimentos estão registrados na memória dos mais velhos, que possuem esse poder da mente, de guardar em suas memórias como gravadores naturais, fatos e relatos históricos de mais de 500 anos de contato.

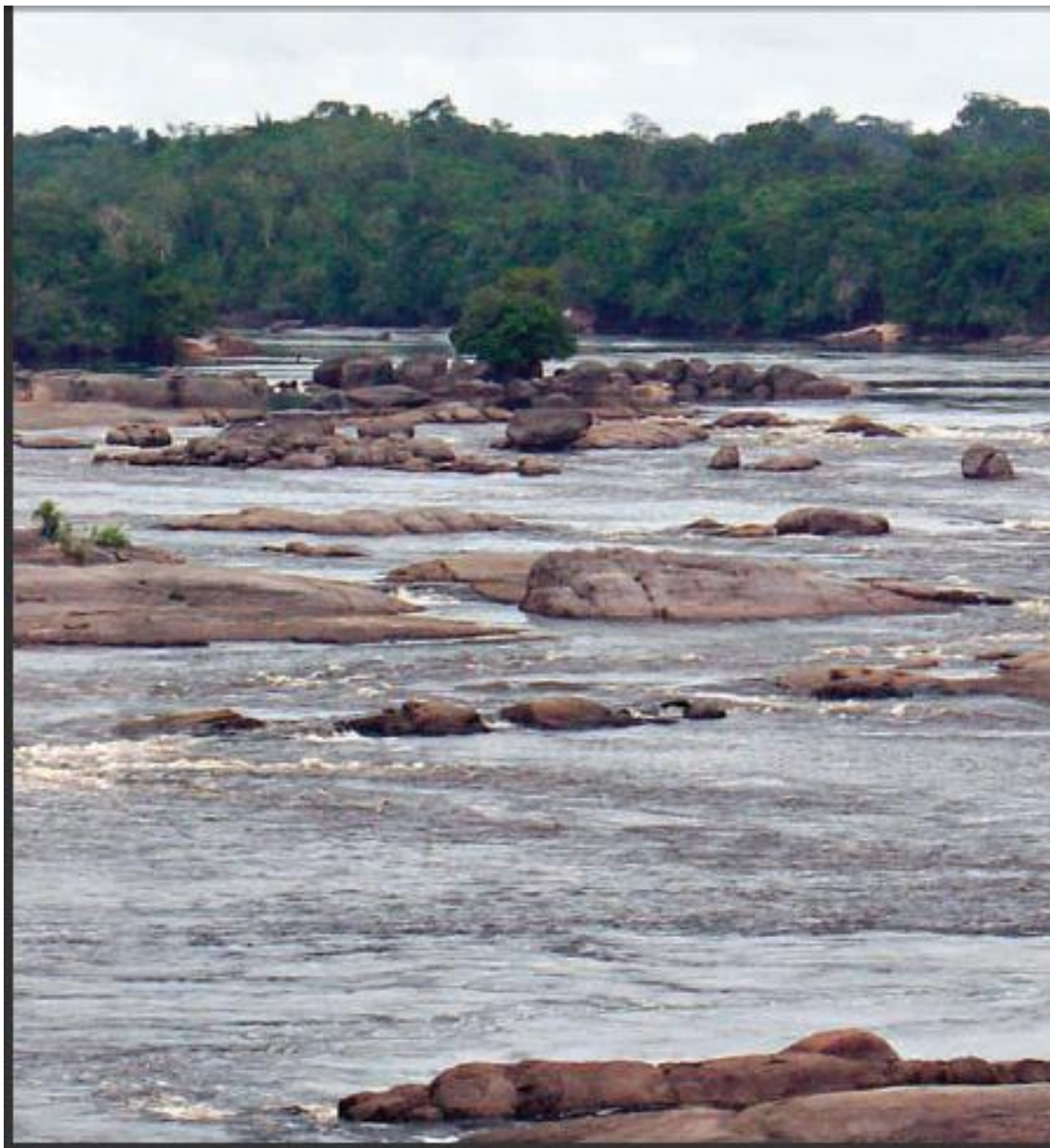


Figura 5 - Cachoeira de Iauaretê. SGC/AM. IPHAN,2006

Nas sociedades indígenas os mitos são vistos como histórias verdadeiras que regulam os modos de ver, perceber o mundo. De onde provem toda a sabedoria do Pajé, a espiritualidade da mata, dos rios e igarapés; a força dos benzimentos e cerimônias religiosas e tantos outros e que são transmitidos de forma oral desde muitas gerações. Quando se trata das

sociedades ocidentais a literatura define como história e quando se trata de povos indígenas são mitos. (FARIA, 2013)

Segundo Eliade (2010), o mito conta uma história considerada sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do “princípio”. Ele narra graças à astúcia dos entes sobrenaturais uma realidade que existe hoje.

Para Levi-Strauss (1993), o mito vem contar histórias que explicam o comportamento e crenças das sociedades, que se ressignificam a cada geração, mas que mantêm a essência de reger suas vidas, determinar comportamentos e identificar seus territórios.

A associação dialética entre cultura e território resulta na territorialidade. Esta territorialidade cria uma identidade específica para cada lugar. (FARIA, 2007)

Conforme o homem apropria-se do espaço, “vivem ao mesmo tempo o processo territorial” (FARIA, 2007, p.55) criando assim subjetividade através de suas ações. Neste espaço há relações de poder por haver interação entre os diversos sujeitos que modificam suas relações com a natureza.

Qualquer projeto no espaço expresso por representação revela a imagem de um território, de um local de relações e por causa destas relações, a noção do território se inscreve em um campo de poder. A construção de uma realidade é um instrumento de poder que atua no território produzido (RAFFESTIN, 1993).

Para os povos indígenas, é na relação que mantêm com os seus territórios tradicionais, que elaboraram toda uma cosmologia, que compreende:

[...] os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantêm com seu território específico, a história de sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002).

Em estudos feitos por Faria (2003) sobre a luta pela demarcação das terras indígenas na região do Alto Rio Negro e a busca de sua autonomia, a

autora chega ao que ela denominou de geografia mítica destes povos revelados pelas múltiplas territorialidades que esses povos constroem e ressignificam. A geografia mítica é a expressão e representação do patrimônio indígena materializado no território onde os aspectos culturais e materiais fundem-se.

Para estes povos, segundo Faria (2003,p. 4) terra é um mosaico de recursos materiais, morais, espirituais; seu território, além de conter dimensões sociopolíticas, também contém uma dimensão cosmológica, [...].

Assim:

espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural.[...] trabalha com a idéia de território como um híbrido, seja entre o mundo material e ideal, seja entre natureza e sociedade, em suas múltiplas esferas - econômica, política e cultural (HASRBAERT, 2004, p.74-77).

A importância do território está no seu significado, pois as nações indígenas do Alto Rio Negro constroem sua identidade por meio da relação histórica que mantêm com o território, considerando-o como sítio de criação do mundo. Trata-se de uma identidade criada em relação a uma geografia determinada.

Haesbaert (2007) acredita que “Nas sociedades tradicionais o Território está ligado à apropriação simbólica – dimensão sagrada”. Os povos indígenas do Alto Rio Negro consideram o território como partes imprescindíveis para a sobrevivência onde estão referenciados nossos modos de vida, costumes, histórias e tradições, valores e outros.

É nesse contexto que o território indígena é demarcado por recursos naturais que estão relatados nas histórias de origem e de acordo com os valores herdados dos nossos ancestrais.

CAPÍTULO II – A GEOGRAFIA INDÍGENA E A MATERIALIZAÇÃO DA CULTURA NO TERRITÓRIO

Neste capítulo abordaremos os conceitos de cultura, patrimônio e território na concepção dos povos do Alto Rio Negro comparando-a a concepção da academia, procurando demonstrar nossa visão de mundo e como são identificadas ao longo do território.

Embora tenhamos encontrado muitos adultos indígenas que nos transmitiram alguns conhecimentos, encontramos também aqueles que de certa forma se esquivaram da nossa curiosidade em conversar sobre a cultura indígena.

Muitos indígenas se mostram desconfiados em repassar seus conhecimentos, pois justificam que muitos trabalhos foram feitos usufruindo de informações e que são depois vendidos aos próprios em forma de livros (como o livro sobre educação escolar indígena) Cd's, gravações e muitos trabalhos acadêmicos não se sabe do seu destino.

Vemos na realidade que muitos destes conhecimentos ainda estão sendo coletados para serem levados para fora do país, e muitos produzidos por estrangeiros e agora os povos indígenas encontram-se mais cuidadosos em falar a qualquer pessoa de sua vida, do seu cotidiano, do que acredita até mesmo eu que faço parte deste povo somos vistos como aproveitadores dos conhecimentos de forma unilateral, individual, apenas buscando a própria autopromoção.

A identificação da geografia mítica ocorreu inicialmente através da observação direta e pelo conhecimento pré-existente não apenas nosso, mas de todos que habitam e vivem nesta região.

2.1- Cultura e patrimônio na perspectiva indígena

O modo de ser que norteiam a vida dos povos do Alto Rio Negro se conectam as histórias que foram por longos séculos negligenciados e

considerados mitos ou lendas, mas que constituem relatos essenciais para compreensão da cultura, onde encontramos entes sobrenaturais distribuídos ao longo do território que são respeitados e muitas vezes até temidos.

Esses relatos considerados sagrados tem uma razão de existirem e regem os nossos costumes e tradições a gerações. Muitas vezes temida na prática, porque representam o passado e as previsões para o futuro para todos que obedecem ou não aos rituais, e até mesmo para as pessoas oriundas de outros lugares.

Quando falamos em cultura para os povos do Rio Negro ela se confunde com o conceito de patrimônio por distribuírem-se por todo o território. O termo cultura liga-se ao viver bem intensamente no seu modo de ser ligada a costumes e tradições configurados no território.

A cultura gerencia nossos modos de vida. O território tem uma história sagrada ou não que estabelece critérios de comportamento em determinado lugar e momento da vida e estes conhecimentos quer queira ou não explicam os acontecimentos dentro da cultura, dentro da fase da vida das pessoas como a infância, adolescência, juventude, a vida adulta e a velhice, que estão atrelados ao modo de ser e agir do nosso povo, não é apenas histórias de origem destes povos, mas representam códigos de condutas.

Na vivencia indígena do Alto Rio Negro os símbolos estão distribuídos por todo o território, estão nas rochas, cachoeiras, rios, igarapés, ruídos da mata ou fenômenos naturais como sol, vento, chuva, etc., estabelecem normas que gerenciam os modos de vida, adaptando-se as mudanças contínuas do nosso universo.

A diversidade cultural acontece através dos contatos, das trocas de conhecimentos que podem ou não se complementar. Como é o caso da conquista da co-oficialização de três línguas na região não deixa de ser uma vitória, onde estas três: Baniwa, Nhengatú e Tukano oriental contribuem não apenas para o fortalecimento da cultura, mas para disseminação de outras línguas indígenas e de migração ao restante do Brasil. No entanto, na prática esta lei é pouco reconhecida, pois no município de São Gabriel da Cachoeira assistimos casos de desrespeito à lei, pois a partir dela tornou-se obrigatória à

contratação nas repartições públicas de pelo menos uma pessoa que fale uma destas três línguas co-oficializadas que possam atender ao indígena que não domine o português e, no entanto não encontramos servidores principalmente nas agências bancárias, nas repartições públicas como prefeitura e câmara municipal da cidade sede.

As trocas de valores são muito grandes quando nos referimos aos modos de ser e agir. Estão gravados em nossas memórias e são repassadas de geração em geração como as danças, crenças, benzimentos e nossas histórias de origem; e que apesar do contato assimétrico, resistem aos invasores.

Aí se estabelece a diferença cultural, quando se consegue ver outra cultura, onde nossas ações não são vistas como naturais, mas são culturais. Onde se aprende e se assimila os costumes dos nossos pais, dos nossos avós durante longos anos. Em entrevista com o senhor Luiz Laureano, Baniwa, 65 anos (2012), o mesmo acredita que nossas práticas culturais constituem uma verdadeira escola da vida e pode ser comparada a escola dos “brancos”. Onde a criança passa por uma preparação específica em cada fase da vida e constituem uma escola se comparada à escola formal, ela pode ser dividida em fundamental até a pós-graduação quando se chega à vida adulta.

A cultura para as nações indígenas constituem a maneira de viver bem, com dignidade e o suprimento das necessidades básicas. O nosso sistema cultural constitui a nossa própria escola onde os valores, crenças e rituais são repassados e que o regime da escola convencional dos não indígenas veio romper com esse sistema.

As nações indígenas têm ainda a naturalidade de desapego a bens materiais, é baseada muito mais no bem viver fundadas em valores, crenças e ritos que regem nossas vidas e atitudes frente aos desafios vividos e buscam transferir estes costumes a qualquer território que venham a viver.

Higino Tenório, Tuyuka, 58 anos (2012) entende cultura como:

...saber viver bem [...] Meios para qualidade de vida: saber fazer comida, pescar, cuidar da natureza, os rituais. A cultura que se torna patrimônio, aquilo que você tem coisa de valor, rituais, cantos,

conhecimento da constelação tudo isso remete ao conhecimento. Cultura uma caixa com essas atividades.

Somos levados a repensar esses valores frequentemente por estarmos sujeitos à influência de pessoas com culturas oriundas dos mais diversos lugares do mundo que chegam a toda terra demarcada como da mídia, a TV, rádio, internet e a própria educação formal que interferem diretamente nos modos de agir e pensar. Mas não se pode desprezar a essência de nossa vivência, que é a cultura. É essa diferença que nos torna únicos no planeta.

Esse diferencial da cultura indígena do Alto Rio Negro, onde os povos carregam consigo um sistema de símbolos e valores que regem toda a vida determinadas por conhecimentos repassados por via oral a milhares de gerações, e mesmo sem percebermos estes rituais estão impregnados na forma de conduzir a vida e ainda das futuras gerações.

Acredita-se que a cultura é a própria vida, a escola da vida, que prepara o indígena para formação de seu caráter e valores. Uma escola dinâmica e eficaz, que foi interrompida bruscamente e incorporou forçadamente os valores do colonizador e se manifesta até hoje como tal.

Percebe-se que apesar das influências externas, apesar de muitos dos jovens indígenas não usarem mais o mesmo vestuário como pensam muitos que o indígena deve ainda andar semi-nú ou isolado nas florestas, eles carregam consigo uma gama de carga cultural endógena muito grande apesar de muitas vezes negarem ou simplesmente não serem totalmente completos na sua formação como membro de seu povo (nos referimos aqui aos rituais de preparação para a vida que estão sendo de ser praticados do modo tradicional como o Kariamã).

Porém, sabe-se que em determinados lugares não se pode tocar, ou ver algo até uma idade apropriada porque são proibidos. Poucas vezes sabemos o porquê, mas sabemos que de qualquer modo aquilo deve ser vivido e respeitado porque interferirá de modo positivo no nosso futuro se for respeitado e se for ao contrário nos trará algum mal. De certo modo estão estritamente

ligados as Histórias que regem nossas atitudes frente a alguma situação da vida.

Dutra (2008, p.31) afirma que para os “povos indígenas não importa o que alguns estudiosos não indígenas pensam sobre as histórias que eles narram, pois o mais importante é que [...] constituem a vida deles, fazem parte de seu cotidiano”.

A cultura está evidenciada nas relações com o outro, nas crenças, nos benzimentos, tradições que expressam os modos de ver e perceber o mundo que nos rodeia de modo particular ao do modelo ocidental. Estes conhecimentos veem-se aos poucos inseridos na comunidade científica, muitas vezes de modo não éticos e é preciso buscar meios de reconhecimento destes como legado dos povos indígenas, feito por nós e nos reconhecendo como autores e protagonistas destas histórias e reivindicá-las.

Segundo os pajés Tuyuka, as histórias de origem não estão ligados simplesmente à criação dos grupos humanos, vai muito além. Eles vêm mostrar quais os fundamentos que eles se baseiam para vivenciar os conhecimentos de seus ancestrais, e que tipos de tradições espirituais transmitem aos seus descendentes. (DUTRA, 2008, p. 31)

Gilberto Vital, Baniwa, 48 anos (2012), falante de Nhengatú afirma que:

Cultura está relacionado a valores, cultura está relacionada a vivencia das comunidades, a cultura envolve todas estas dimensões do ser humano ligado a valores, línguas, benzimentos, tipos de costumes de um povo.

Acreditamos que com a vivência e experiência conseguiremos manter nossa cultura viva. Existem momentos de angústia constante por não conseguirmos ainda demonstrar as outras sociedades nossa satisfação do ser diferente, mas é imprescindível que formemos cidadãos indígenas capazes de transformar essa realidade de maneira positiva, de modo a proporcionar condições de vida digna aos que pertence a região.

Encontramos novas formas de nos adaptarmos não somente ligadas a vivência de nossos antepassados, mas de como sermos valorizados e sentirmo-nos capazes no próprio território, inserindo-nos, capacitando-nos a um novo perfil de trabalho, semeando benefícios para a região, valorizando a identidade indígena no território.

Nas palavras de Domingos Camico, Baniwa, 41 anos (2012), também falante de nhengatú:

Cultura abrange o conhecimento, ação dos povos indígenas de determinada região. Costumes, tradições. A nossa cultura vem se transformando, mesclando, não só com a colonização mas com outros povos étnicos. A cultura dos Baniwa, regras pré-estabelecidas de convivência, rituais, questões que preservamos, não é estática, um dinamismo maior, ressignificada, codificada para nossos princípios, nossos valores. Para mim é isso, um processo de relação de conhecimento, de produção regulamentada por normas, concepção de valores de cada povo.

Desta forma a cultura expressa à concepção moderna da academia construída por Geertz (2008) e Sahlins (2003) onde a cultura é contextualizada dentro dos valores apreendidos por cada povo que formam o caráter moral, espiritual e psicológico do indivíduo que o vive. Neste sentido, observa-se que estes acadêmicos elaboraram os conceitos de cultura com base na observação de sociedades como a nossa em outros lugares e territórios. Não somos nós que copiamos conceitos, mas somos sujeitos de conceitos criados.

André Fernando, Baniwa, 41 anos (2012) expressa por cultura:

Wemacá, modo de viver, de várias formas. Conhecer muita coisa. Sentido de se proteger de doença, se curar da cabeça, fortificar o espírito. Cultura é tudo, modo de vida de cada povo. Todos falam de educação, saúde, geração de renda, raramente as pessoas falam da cultura. Tudo é cultura.

Não há como separarmos nossa vida dos valores que foram repassados por nossos antepassados e estão expressos na forma de agir e lidar com a natureza no nosso entorno. Todos os lugares representam territórios de valor na qual criamos e evidenciamos nossa identidade.

Ao navegar ao longo do rio Negro encontramos relatos deslumbrantes de nosso povo relacionados com os espíritos da floresta expressos ao longo do território. Percebe-se o temor que se tem do que a ciência classifica como seres sem vida como rochas, rios, cachoeiras, serras, floresta, etc. Para nós tudo é vida.

Muitas histórias estão territorializadas nesta região e dependem de como os povos indígenas a ressignificam. Muitas vezes não percebemos a riqueza imensa que se detém e se perdem aos poucos por não mais serem vividas e respeitadas da mesma forma que foram por nossos antepassados.

Assim nos relata Orlando Melgueiro, Baré, 51 anos (2013):

Eu entendo cultura como resultado de uma convivência, onde os costumes têm como base os valores morais. Paralelo a isso valores éticos também e por serem costumes existe toda uma regra voltada a questão da linguagem, o modo de vida que implica o tempo. Tempo que implica calendário. E pra nós desde os tempos remotos [...] voltado à questão de valores antes do nascimento, durante o nascimento, crescimento, juventude [...] Um conjunto de todas as armações que estão ligadas a espiritualidade.

Na nossa cultura estão presentes as normas de convivência que foram criadas e de certa forma ressignificadas cotidianamente e repassados aos filhos e netos que não deixam de lhe dar alterações ao longo dos anos, mas estão carregadas de significados que só fazem sentido para quem as vive.

Mesmo que alguns valores e costumes se mostrem atrasados, de certa forma esses valores não são estáticos. Estão sempre em construção e não se pode desprezar sua transição, pois as mudanças são necessárias para ajustar nossos pensamentos ao mundo a qual estamos vivendo, as influencias sejam elas boas ou ruins devem se adequar ao momento desejado.

Dizia Sr.Higino Tuyuka, 58 anos (2011) em uma das aulas sobre o Projeto Político Pedagógico das escolas indígenas, durante nossas observações no estágio docência no Distrito de Cucuí com a turma de Nhengatú, dizia que nossos filhos e netos não são projetados para sentarem horas e horas na frente de computadores e livros, como fazem os “brancos”.

Isso não faz parte da nossa cultura. Não faz sentido para nossa vida. A cultura é muito mais a vivência, o respeito aos mais velhos, o respeito ao lugar que vivemos. De modo que estão preparando-se no seu dia-a-dia para a formação do cidadão ativo, claro que precisamos dos conhecimentos produzidos pelos “brancos”, mas não de maneira um tanto cruel, de sacrificar boa parte da vida ao estudo exógeno e colonialista, mas ao estudo prazeroso, de aprender na prática, na vivencia, aquilo que está nos livros. Pois muitos conhecimentos indígenas não estão escritos, estão na memória, na prática.

Nota-se que na modernidade o modo de ensinar das escolas formais não surte mais o mesmo efeito estão em crise. Sempre foi uma cadeira de lavagem cerebral, pois não condizem com a realidade. Estudam-se assuntos que não se relacionam a formação de valores do povo que o estuda, mas a uma realidade da sociedade dominadora que impõem normas como se fossem ideais para todos os povos. Na realidade apresenta uma forma cruel e monótona de aprendizagem.

Queremos dizer com isso que, bem diferente das sociedades não indígenas o povo do Rio Negro vive esta fase de transição de buscar respeito aos nossos valores por nós mesmos e demais sociedades. Pois acreditamos que neles estão os principais instrumentos de um desenvolvimento que respeite a diversidade cultural e vida digna almejada por muitas sociedades fundamentada em novos valores como o Viver-Bem e outra alternativa de pensamento e cosmovisão diferente da ocidental eurocêntrica.

É certo que não vivemos mais completamente isolados, mas que através do intenso contato que ocorrem nas mais diversas esferas, possamos fortalecer o convívio com as demais sociedades assumindo nossa forma de pensar, nosso apego e valores propostos em nosso próprio território. O que notamos é que muitos se deixam levar pelo interesse econômico que é cada dia mais intenso nesta região. Da mesma forma que se fez e se faz críticas aos missionários que pregam valores de igualdade, fraternidade e justiça e não a seguem muitas autoridades indígenas hoje também só sabem falar e discursar porque ao observarmos seus valores, modo de ser na prática não condiz com aquilo que discursam. Após alcançarem o poder, tornam-se dominados por ele

e só buscam acumular bens e a ter práticas dominadoras e discriminatórias como os “brancos”.

Por outro lado, não podemos nos imunizar dos contatos constantes. Mas deve-se buscar meio que interaja com o sistema que se vive de forma a trazer alternativa a favor dos povos indígenas e fortalecer a cultura aceitando-nos como somos. Não podemos mais lamentar o que aconteceu. Precisam-se tomar atitudes concretas de forma a construir rotas que associem à vida indígena com mais justiça social. Dentro desta perspectiva é que se defende a possibilidade de construir para as nações indígenas um desenvolvimento endógeno, pois é um processo de articulação da cultura ao sistema vigente. Não se pode mais fugir disso. Mas podem utilizar dos artifícios destes e reverter o quadro a seu favor.

Espera-se que os povos indígenas tomem consciência de suas forças políticas e possam por em prática o desejo de construir uma sociedade em que haja essa justiça e igualdade social.

Se isso é vivência, é o cotidiano das nações indígenas, nada impede que ressignifiquem seus valores. Poderão propor sua própria visão de mundo que é cultura.

Nas palavras de Henrique Vaz, Desana, 56 anos (2013):

Cultura é tudo aquilo que nós desenvolvemos na nossa sociedade, dentro do nosso povo, dentro do nosso entendimento é tudo aquilo que você aprende, realiza, desenvolve, elabora,[...] você pode divulgar, ele é coisa que vai levando as pessoas a transmissão do conhecimento e do comportamento de um povo, do modo de viver, ser de um povo.

Quando nos deparamos com os conhecimentos da cultura ocidental lentamente há uma desconstrução de comportamentos e crenças que por mais fundo que possamos conhecer mudam aos poucos o significado. Mas quando nos encontramos na situação limite de forças é a ela que recorreremos, como os benzimentos, chás, rituais que trazem os resultados que esperamos. Há muitos

fenômenos ainda que a sociedade científica ocidental é incapaz de explicar ou não pode explicar.

Nos tempos atuais vivemos numa teia de conhecimentos onde um conhecimento é dependente do outro. É cada vez mais difícil produzir conhecimento independente de outros fatores que interferem na vida ou no funcionamento de um determinado objeto e para nós, nossos benzimentos e rituais fazem efeito devido ao território que habitamos, onde se encontra todas as energias necessárias para que funcionem.

Lembro-me quando minha mãe começou a vender kinhãpira, no então restaurante a margem do rio Negro que tem o nome de Alemazonas onde funciona também um clube. Minha mãe teve a ideia de vender a comida caseira mais frequente na mesa dos povos do Alto Rio Negro. Sentia-me no início, constrangida em oferecer e as pessoas sentiam-se tímidas talvez de pedir e aos poucos quando fomos perceber nosso público havia aumentado. O que queremos demonstrar é que um alimento nosso muito simples de fazer e frequente nas nossas mesas e só nós sabemos como preparar, ganhou notoriedade porque passou a ser divulgado, mostrado para os visitantes e demais pessoas que estão de passagem (nos referimos a servidores públicos federais, militares que vem trabalhar dois ou quatro anos no município e depois são transferidos para outros lugares do Brasil) e torna-se então apreciada e valorizada por nós mesmos e aqueles que passam por aqui levam lembranças da nossa cultura. É considerada a melhor Kinhãpira da cidade. É um patrimônio que expressa o nosso modo de fazer e que foi herdado das mães, assim como também preparamos para nossos filhos e esperamos repassar aos nossos netos.

Assim, vemos na cultura indígena todo um arsenal de conhecimentos, de vivência e preservação dos modos de ser indígena. Existem muitos conhecimentos exclusivos das nações indígenas do Alto Rio Negro que ainda não foram inseridos na comunidade científica e nós a utilizamos e sabemos seu segredo. Porém, há de se respeitar estes conhecimentos como legados dos povos indígenas. Não como conhecimentos descobertos pelas sociedades ocidentais, mas como conhecimentos oportunizados pelo povo indígena e não devemos ter medo de reivindicar como propriedade.

Estes são procurados pelos não indígenas que só consideram conhecimento aquilo que está escrito, que é resultado de pesquisa, que na cultura indígena são repassadas por via oral de geração a geração por muitas vezes em segredo para que não sejam cobiçados e roubados pelo novo colonizador (comerciantes, militares, pesquisadores, turistas) que adquiriram novo rosto e novo perfil.

O Alto Rio Negro representa uma biosociodiversidade invejada e cobiçada por muitos países e apresenta-se intacta por representar um território pluricultural e para isso a construção de alternativas de desenvolvimento que valorizem e protejam o nosso patrimônio devem ser efetivadas com urgência.

Somente a partir do conhecimento adequado e do nível de estruturação sobre o patrimônio é que poderemos nos sensibilizar e sentirmos motivados a valorizá-lo traçando assim meios para que estes sejam preservados e tragam benefícios aos povos desta região.

Para o povo do Alto Rio Negro o patrimônio representa tudo àquilo que foi herdado de nossos pais e avós ao longo dos anos como: costumes, tradições, danças, benzimentos, a língua, os rituais, utensílios e alimentos em geral, bem como nosso modo de fazer que se conecta diretamente com a cultura.

Constituem bens e conhecimentos herdados que norteiam nossas vidas, sustentam nossas famílias com valores, costumes, tradições e rituais de passagem que nos preparam para cada fase da vida e que vem se modificando ao longo dos anos e que simbolizam nossos sonhos, nossos ideais, nossas lutas do dia-a-dia.

Para nós não há separação de material do imaterial, cada rio, serra, cachoeira tem seu significado conforme a origem, conforme regras e normas de comportamento, resultando na geografia mítica e no conceito de patrimônio, narrados há séculos pelos habitantes deste território e que hoje muitos estão sendo escritos em livros para que seja repassado para os filhos e netos a exemplo da coleção “Narradores indígenas do Rio Negro”, apoiado pela FOIRN (apesar de contemplarem na sua maior parte saberes da família linguística Tukano Oriental) representa hoje uma forma de perpetuar nossa história.

Para quem as vive como é o caso dos povos do Alto Rio Negro, o material e imaterial são indissociáveis. A ciência ocidental formulou o conceito separando o material do imaterial que vem sendo novamente reformulada observando a percepção dos vários povos.

A infinidade de riqueza estampada na paisagem, nos rios, no subsolo e nos modos de vida desta região há de ganhar notoriedade pelas políticas culturais implantadas ao longo dos anos que devem fortalecer a capacidade de gerenciar os recursos em benefício comum aos que vivem nesta área, ou seja, o patrimônio.

É como Gilberto Vital, Baniwa, 48 anos, falante de nhengattú (2012) nos declarou sobre patrimônio:

...isso é riqueza da natureza, as montanhas que tem significado diferente pra cada povo [...] a montanha pra Baniwa, tem algumas montanhas no rio Negro que tem alguns símbolos que são significativos para o povo, pra os mais antigos representa uma importância do ponto de vista cultural, religioso, sagrado.

O patrimônio dos povos indígenas do Rio Negro está atrelado aos recursos naturais que ganham vida, significado, seja uma laje ou bloco de rochas, seja um lago, um rio, um igarapé, ou a intensidade dos raios do sol ou da lua. Tudo é vislumbrado como cosmovisão, uma previsão da natureza, um acontecimento para o futuro. São carregadas de simbolismos e constituem a nossa cultura.

É o que João Bosco Marinho, Tukano, 58 anos (2012) relata:

Os povos indígenas se relacionam bem com a natureza. Patrimônio é geograficamente, vem a ser um ponto geográfico. É uma casa sagrada que deve ser respeitado, preservado. Seja água, morro, serra, cordilheira, um lugar santo. [...] Todas as serras tem seus nomes onde temos nossa referência espiritual. [...] Lugares que conhecemos relacionando sua importância pra nossa vivência, nossa vida.

O povo Tukano recebem os ensinamentos de acordo com a fase da vida, bem como para os Baniwa, Tuyuca, Tariano, Baré e outros que são expressos e territorializados em uma cachoeira, rio, serra, rocha etc.

Estes ensinamentos foram repassados nas conversas do dia a dia, na “boquinha da noite” (entardecer) quando seus pais descansavam mastigando o Padú, de manhã cedo, na madrugada ou mesmo na hora do almoço, nos benzimentos ou em percursos e trajetos feitos de casa para roça ou para outras comunidades. Como há tempos atrás não tínhamos tanta influência dos meios de comunicação nas comunidades, esta hora consistia numa hora de lazer, de contar histórias para os jovens e crianças indígenas.

André Fernando, Baniwa, 41 anos (2012) afirma que:

Patrimônio, uma coisa de valor, não de moeda, de dinheiro. Sentido de aquilo que é seu, não quer que alguém bagunce, desrespeite, fale mal dela, você não quer que alguém use indevidamente pra coisas que não são destinadas. Você protege, tem que cuidar, utilizar da melhor maneira possível, sentido mais permanente que o patrimônio cultural indígena. Exemplo esse gravador, um dia acaba, você joga, compra outro e leva tempo para aprender a manusear de novo. O patrimônio indígena, ela já foi processada, tem sentido completo, é a base de tudo. São bens do povo indígena. Conhecimentos imateriais, você não vê, mas tem conhecimento, depende das pessoas.

O patrimônio é representado pela riqueza construída há gerações. São conhecimentos estruturados dentro da cosmologia indígena que é valorada como coisas não de valor econômico que seja facilmente substituída por outra, mas por seus significados. São construções e saberes herdados nas nossas memórias que são vividas e repassadas e quando há perda de algum avô ente querido, vai-se um pouco da nossa riqueza.

Vejamos que com a separação de conceitos propostas pelo IPHAN não satisfazem o modo de olhar do povo do Alto Rio Negro, como nos diz Madalena Paiva, Baniwa, 40 anos (2013):

Vejo que cultura e patrimônio são ligados, são dois irmãos, duas coisas que se completam. Cultura são nosso convívio, são a vida da gente. Na cultura da gente é a convivência, exemplo: comida. Tudo aquilo que a gente vive e é nossa riqueza.

Nota-se que o conhecimento indígena é considerado um conhecimento científico, ou seja, um conhecimento comprovado a gerações dentro da cultura. São a cada dia comprovadas pela sociedade ocidental como eficazes e percebidas sempre como um conjunto indissociável de material e imaterial.

Desta forma Ilzanilde França, Baré, 42 anos (2012) relata que:

Patrimônio é o conjunto de bens materiais e imateriais como a arte indígena, a floresta amazônica, mitos, lendas, danças, o conhecimento científico que são heranças culturais passado de geração a geração.

Assim podemos complementar com as palavras de Rosângela Melgueiro, Baré, 40 anos (2012):

São bens culturais materiais como artesanatos, instrumentos, e outras variedades. Também o imaterial como a língua, costumes, crenças, tudo adquirido dos antepassados e transmitidas para seus sucessores.

O patrimônio é indissociável do imaterial, a natureza apresenta-se como um ente que tem vida e estabelece normas de convivência. E estas normas estão sendo esquecidas ou sendo modificadas ao longo da convivência, mas que constituem a essência de vivência e que precisam ser revividas ou resgatadas para sua permanência:

É como nos relatou Edneia Pimenta, Baré, 42 anos (2012):

Para mim o patrimônio é um objeto, um lugar que serve de referência para as pessoas, a exemplo dos lagos, rios matas, lugares sagrados que possuem significado de vivência, de comportamento das pessoas. Muitas riquezas de nossos antepassados que não foi preservado (...). Possamos fazer algo para ser preservado e respeitado.

De qualquer forma são heranças. São saberes que são repassadas de pai para filho ao longo de gerações como nos relatou Terezinha Fernandes, Baré, 45 anos (2012):

São os saberes culturais, danças sagradas, lugares que são passados de pais para os filhos. Como o morro da Boa esperança, Pedra da Fortaleza.

Estão impregnados na cultura. São manifestações da identidade. São as histórias de vida. Como nos relatou Maria do Rosário Martins, Baniwa falante de nhengatú, 32 anos (2012):

É um conjunto de bens culturais, formado pelos direitos e pelas obrigações de um povo. São nossas danças, comidas, vestimentas, histórias, mitos de origem. O patrimônio de uma cultura é algo vivo de sua memória. A importância dela faz com que um povo ou uma etnia preserve sua identidade cultural, sua memória dos antepassados.

Esses saberes, conhecimentos não são repassados para qualquer pessoa. São repassados para os filhos que vão se preparar para ser pajé, benzedor, para as esposas que chegam para fazer parte da família. Nas palavras do Tukano Maximiliano Menezes, 51 anos (2012):

Patrimônio cultural material e imaterial, os lugares sagrados, nossas tradições e valores como a música, língua, danças, lugares sagrados, lendas do nosso povo. É importante sempre valorizar, preservar a língua, culinária, história, registrando. Na medicina Tukano, todo

conhecimento tem que ser preservado, o conhecimento do clã passados por casamento, para a pessoa que você confia, escolha de parentes que se preparem para receber os conhecimentos.

No contato com os povos ocidentais as riquezas culturais estão sujeitas a mudanças, muitas vezes bruscas. É uma das preocupações que entristecem os idosos indígenas que vêm a cada dia seus valores se perderem no meio de tanta informação dada não só aos jovens, mas também as crianças indígenas. Cada vez mais informados não conseguem discernir o que seja melhor para suas vidas. De certa forma é essa maneira de pensar o que seja melhor para o nosso povo que devemos preservar e manifestar através do patrimônio. Não para todo o mundo, mas para os povos do Rio Negro que vem esquecendo aos poucos a riqueza que temos.

Muitas intervenções na natureza de maneira severa, como o desmatamento intenso trazem também mudanças severas para os povos que aqui vivem. A sensação de interdependência homem/natureza entra em desarmonia.

È essa uma das preocupações que encontramos no depoimento de Domingos Barreto, Tukano, 45 anos (2012).

O patrimônio é a história dos povos, sua origem, lugares sagrados, a língua, o artesanato, o que relaciona natureza e povo, a etnia com a natureza. São os valores de uma cultura. Podemos citar ilha Adana, que pela parte cultural ela é história, tem sua originalidade, lugar tido como perigoso. Serra do Curicuriari, ilha de Camanaus (Duraka)(...) Tem um valor, lugar sagrado, desde o início dos antepassados dos indígenas. Assim como os benzimentos, como curar as doenças, como se proteger. Funciona como uma bateria, positivo com positivo, negativo com positivo, se você respeita ela vem para o bem se não pode trazer coisas negativas. Hoje muitos lugares estão sendo desrespeitados, derrubada de árvores que podemos atribuir a problemas sociais, como os suicídios por exemplo.

São evidenciados também no depoimento de Clovis Maia, Tukano, 47 anos (2012) a preocupação de deixar no esquecimento o próprio povo:

O patrimônio é uma coisa importante, são os locais, materiais e espaços que tem nossa origem, nossa língua, nossa cultura. Estão nas pedras, cachoeiras, rios. É importante para dizer que aquele povo viveu, mostra que você tem cultura. Se não conhecer como vamos preservar. Porque quando novo não dávamos valor e hoje é importante para darmos valor.

Isso perpassa pela valorização da própria cultura, como retrato da nossa própria identidade. Se nós não nos valorizarmos como povo indígena com costumes e língua diferentes quem poderá nos perceber e como deveremos proceder se acabarmos por adotar completamente o que vem de fora, será o fim do nosso território? O Tuyuka Erivaldo Cruz, 36 anos (2012) falante da língua Tukano nos adverte que:

É o nosso conhecimento. Várias coisas como o urutu, cumatá, tipo o pajé o seu patrimônio é o seu dom. Bayá (dança) pajé (curador). Registro dos lugares na memória é a sua sabedoria. São o material: cariçu, artesanatos, dança, histórias, língua. É a nossa identidade. Se não soubermos contar nossa história, não é mais nossa identidade. Devemos valorizar nossa cultura, nosso dom.

Percebe-se também ao longo da vida de pesquisa e observações que os jovens indígenas, apesar da resistência aparente aos valores da própria cultura, ainda as valorizam muito, pois ao longo do contato com a sociedade ocidental vão reprogramando suas ideias de acordo com o seu cotidiano e de certa forma, são influenciadas por seu sistema cultural.

Nas palavras do Jovem Baniwa Ribamar Fontes, 25 anos (2012):

Cultura são todas as coisas que fizemos no dia-a-dia, como vivemos, caçamos, fazer roça, fazer dabucurí, fazer ritual na primeira menstruação da mulher e formação de meninos para adolescentes...isso é nossa cultura.

Nas escolas formais é que se inicia o processo devastador da cultura. Onde já iniciamos aprendendo outra língua como oficial para sermos reconhecidos como povo brasileiro e sem o domínio dela seríamos considerados meros indivíduos sem cor e sem valor, bem como são cobrados na universidade. Jovens de hoje já veem um pouco de aceitação, sem muito preconceito, mas ainda acontecem muitas discriminações principalmente nas escolas sede do município.

Nestas escolas nos deparamos com comentários como “esses jovens não querem nada com a vida”, como se suas vidas devessem estar sempre atreladas aos valores da sociedade moderna. Percebemos que para os jovens o estudo deveria estar condicionado às necessidades básicas das comunidades, como a caça, a coleta de alimentos, o respeito às tradições. E para os adultos e idosos são as ausências dos rituais de passagem para preparar o menino e a menina para a vida adulta que faz com que nosso povo se torne refém dos costumes oriundos da cultura colonizadora que acabam sufocando-a.

Esses rituais ainda são celebrados, mas de maneira tímida e despercebida, como o benzimento e preparação da menina para a adolescência, onde o ritual de passagem apesar de incompleto mantém a sua essência que é de protegê-la de seres mal intencionados. E até mesmo as danças e rituais hoje são apenas demonstrações encenadas que não mostram a essência dos rituais, mas existem ainda de maneira ofuscada.

Apesar do desinteresse no acúmulo de riquezas, nos deparamos com o choque de culturas e valores bem diferentes que levam ao território problemas sociais ligadas a bebidas alcoólicas, drogas e de identidade como a grande incidência de suicídio entre adolescentes e jovens do município, que se veem marginalizadas perante a sociedade.

São povos que ainda mantêm sua estrutura ligada aos valores fundamentais da cultura como a simplicidade, o respeito, a dignidade, a solidariedade que são valores considerados ultrapassados pela cultura ocidental e seus estilos de vida não se encaixam como padrão ideal e esse choque cultural causa certo desconforto.

São Gabriel da Cachoeira, não deixa de ser uma cidade que enfrenta os mesmos problemas sociais das demais cidades brasileiras. Sendo que é preciso mobilizar-nos para que nos sintamos responsáveis pelo território de origem. O não indígena é que determina ainda as regras. Nós não percebemos a força que temos. Somos maioria e há um domínio nosso sobre esse território e precisamos ser encorajados a tomar o poder de decisão nas mãos. Não se percebeu que o desenvolvimento ideal deve ser perseguido e ditado pelos povos que pertencem a este território.

O Estado na sua perspectiva de integrar os povos indígenas do Alto Rio Negro ao restante do território teve que reconhecer o direito destes povos ao seu território, articulando modos de se fazer fiscalizar e controlar essa região. Percebemos que os artifícios utilizados são diversificados. São inúmeros projetos de revitalização, preservação, manutenção da cultura, que dizem basear-se no respeito à diversidade cultural, porém na realidade não é bem assim que está acontecendo (como se percebe a atuação do IPHAN). Sobretudo porque, para os povos indígenas, é na terra que ocorre a realização e manutenção da vida. E as modificações que acontecem nas mais diversas esferas ainda preconiza o lucro, o se dar bem que não se baseia de modo algum nos ideais de simplicidade, cumplicidade e divisão do bem viver destes povos.

Constatamos junto aos jovens indígenas das etnias aqui levantadas que ainda percebem o patrimônio como valores da sua cultura, mas que não são totalmente vivenciados na atualidade pelos mesmos. Veem-se como uma mesclagem da cultura indígena com a modernidade. O respeito existe, mas quando se é jovem o mundo apresenta diversas alternativas de escolha nem sempre ideais, mas essa escolha está impregnada no ser indígena, independente da vontade. Nascem dentro dessa cultura, vivem no meio dela e aprendem com ela, a exemplo dos benzimentos, das ervas medicinais usadas tanto para cura física como para cura espiritual.

É o que encontramos no depoimento dado por Bráz Freitas, jovem Baré, 17 anos (2012):

Patrimônio para mim é a cultura da minha etnia, como benzimento, a dança do cariçu e do dabucuri. E lugares com histórias, como pedra da fortaleza, mas não tenho conhecimento da história dela.

Bem como nos relatou também o jovem Tukano Igor Ferreira, 18 anos (2012):

Segundo a minha concepção são o que nós indígenas praticamos como os benzimentos, o dabucuri, também danças como o mauaco, cariçu. O benzimento é o patrimônio mais conhecido. Tem lugares também como a pedra Traira(...) o benzimento é importante para a cultura é que quando ficamos doentes não precisamos ir no hospital, mas sim benzer.

Este território foi construído a gerações. Constituem lembranças históricas da formação dos povos desta região. Como nos relata o jovem Tariano Charles Almeida, 17 anos (2012):

É um lugar que foi conhecido por acontecimentos que foram testemunhadas coisas extraordinárias ou é um local que é lembrado por pessoas que ensinam sobre o lugar de geração em geração.

São reconhecidas pelos jovens como propriedades dos povos deste território. São indissociáveis de seus valores, de suas crenças que se construiu ao longo da vida de seus pais e que são repassados para os mesmos ainda hoje. Tal como deve ser. Geane Santos, jovem Baré, 17 anos (2012) nos declarou que:

São bens materiais ou morais pertencente a um indivíduo. São as nossas danças, lendas, conhecimentos, as serras que é um patrimônio sagrado para a minha etnia, pois todas as vezes que pensamos em subi-la devemos pedir permissão para o espírito dos povos, animais que ali habitam. É importante para esse povo ficar na lembrança e ser lembrado por todos ao longo dos tempos. Tem muita importância pois isso é a nossa vida, nossa cultura, nosso patrimônio.

A língua também não deixa de ser vista como um dos maiores patrimônios e que vem sendo reconhecido. O que se torna motivo de orgulho desta, como é o caso da língua Baniwa que faz com que os jovens se sintam mais a vontade de se comunicar com ela, seja na escola, na igreja ou nos lugares mais descontraídos de sua vivência. Assim nos descreveu o jovem Baniwa Nelson Silva, 24 anos (2012)

Patrimônio é a língua Baniwa. É uma língua utilizada e reconhecida antigamente e atualmente. Alguns brancos nesta região já sabem falar pelo Baniwa, aprende como Baniwa se convive. Já vi pastor que sabe falar língua Baniwa bem certinho (...) é importante pra cultura Baniwa é que ela é valorizada. É transmitida por nossos pais e bisavós.

De qualquer modo os jovens conhecem algum lugar considerado sagrado e que fazem parte da cultura por estabelecerem regras de convivência que devem ser respeitadas. Vemos também que apesar da língua ser considerada o primeiro patrimônio e referência da identidade, muitos jovens não estão mais aprendendo sua língua materna. Como expressado por Ribamar Fontes, jovem Baniwa, 25 anos, falante de Português:

São coisas que existe na nossa região como: cachoeira, serra, lagos entre outros. Ex: Uapuí-Cachoeira, onde se originaram, o Juruparí. A história do Kuetami, lá você não pode comer ou tomar água sem antes tomar banho, que lá se originaram os peixes. A serra de pedra, também lá é a mesma coisa, que lá coração do povo ou clãs Inambú-tapuaia entre outros. Eles são importante pois com os patrimônios ou lugares sagrados entre outros nós aprendemos ou vivemos na nossa comunidade. Para mim é importante, pois assim eu posso conhecer a minha realidade, pois sem o conhecimento da realidade você não é nada, não adianta falar que você é indígena.

Percebemos que os costumes, as tradições são elementos vivos da cultura indígena jovem. São lembranças dos antepassados. Muitos jovens percebem-se como membros de seu povo tradicional. No depoimento da jovem piratapuya Roberta Miranda, 18 anos (2012):

São bens materiais ou morais pertencentes a indivíduos ou instituição. São cariçu, colares. É importante na cultura para mostrar como os antigos viviam. E saber como era antigamente e como meus antepassados viviam.

No depoimento da jovem Arapaso Diana Cipriano, 19 anos (2012), percebe-se os costumes tradicionais elementos distantes da realidade na cidade, mas que existem como forças transformadoras da identidade indígena:

Bem eu acho que o patrimônio é as famílias e que cada família tem seu patrimônio, ou seja, é o lugar onde mora e trabalha para a sua sobrevivência. São varias histórias conhecidas como lá pra cima no alto rio negro waupés que as meninas menstruam elas levam surra para elas virarem mulher de verdade, tanto pra meninas como meninos. É uma cultura que tem como importância de transformar.

Portanto, o patrimônio e a cultura são elementos indissociáveis impregnados em todo o território. Tudo na natureza tem uma história da organização do nosso povo ou do modo de agir em relação à determinada fase da vida, ou do território. Se formos levantar histórias de cada rio, de cada rocha, de cada ponta d'água, de cada cachoeira iremos encontrar normas de comportamento estabelecidas a gerações.

Não podemos mais nos deixar dirigir pela vontade do Estado ou outros colonizadores como ONG'S e empresas, que ditam normas de convivência e sobrevivência. Sempre ocupamos este território. É nele que construímos nossa nação. Nele estão nossas riquezas, nossos valores, nossa vida e nosso futuro. E somos capazes sim de escolher o que é bom para o nosso povo. Apesar de não termos regras escritas, o que vale é a nossa vivencia, experiência e vontade de melhorar e construir um futuro de ser junto com a natureza mãe que nos acalenta e nos protege de todo mal, da fome, da miséria e da injustiça. Que a nossa cultura seja reconhecida e valorizada de verdade, não deve ser considerada mera utopia.

2.2 – A territorialização do patrimônio: a Geografia indígena

Grande foi nossa surpresa ao depararmos com um assunto da qual a sociedade ocidental sempre se esquivou a atribuir a determinadas nações indígenas. Falar sobre patrimônio, onde estão como se estabelecem para os povos indígenas? Sempre me peguei pensando que nós como indígenas não tínhamos nada de patrimônio monumental como vestígios de grandes construções em rocha como os Maias, Incas ou Egípcios etc. Não atentando que tínhamos e temos outro tipo de tesouro nas mãos, baseados em conhecimentos e saberes transmitidos de forma oral. No entanto, poucos de nós valorizamos como é o caso da nossa cultura. Não valorizamos no sentido de ainda percebermos que tem menos valor que outras consideradas mais avançadas e parecem mais cheias de significados. Um tipo de pensamento originado pelo contato com a cultura ocidental colonialista.

Verificamos que nossa cultura é prática e vivencia. Deve ser mais disseminada no nosso território, nas nossas comunidades e nas escolas para que se fortaleçam sempre. Precisamos resgatar e fortalecer nossas lembranças e memória de nossos antepassados que só podem ser revitalizadas se nós nos propusermos a querer fazê-lo. Só assim estaremos reascendendo as lembranças vivas em nossas memórias e passar a contar a nossa versão da história.

Para os povos desta região não existem a fronteira territorial reconhecida pelo Estado, para nós a terra tem sentido de uso e enquanto a terra tiver recursos disponíveis para a sobrevivência é nesse lugar que se instalam sem maiores preocupações. Para nós a livre circulação entre a tríplice fronteira são parte de nossos hábitos e costumes e que são fundamentados nas histórias de origem, pois acreditamos que o Criador do mundo determinou esses lugares de ocupação ao longo da vida de nossos ancestrais.

O Sr. Henrique Vaz, Desana, 56 anos, 2013 expressou território como lugar de vida:

depende de como você pode interpretar. No sentido cultural etnológico é aquela área por onde você está vivendo, você está convivendo por onde jaz teus antepassados sua cultura, suas tradições, tudo aquilo que é referente à sua vida cultural. No sentido geográfico é aquela área de abrangência que você está vivendo, desenvolvendo no qual você pode atuar sem nenhuma restrição.

Madalena Paiva, Baniwa, 40 anos (2013), expressou território como região de vivência e convivência onde tudo foi determinado por seus antepassados:

Habitação de um povo, da gente. Somos de uma região que estão localizados como Tukano, Curripaco, Baniwa, no geral seria nossa terra, nosso espaço porque quando se fala território ele é imenso [...] e lá temos nossa família, nossos parentes, nossa caça, nossas roça, nosso ambiente, na verdade lá dentro agente é subdivididos em regiões, coisas que são nosso patrimônio. Conheço mais minha região. Nós lá do Içana pra quem mora da foz do Içana, de Boa Vista até Assunção é uma região, são Baniwa mas são falantes de nhengatú. De Assunção, no caso de Nazaré até Tunui, são outros parentes também [...] falam Baniwa, com sotaque um pouquinho diferente. Nós que moramos de São José até Aracú-Cachoeira também é o nosso pedaço, é nossa região. Esse pedaço é onde podemos andar, pescar, não que seja proibido, mas faz parte daquela região. Lá pra cima são dos Curripaco. Essa divisão veio desde a história, que são repassados pra gente, esse pedaço é nosso [...] Tudo isso é território.

O Sr. Higino Tenório, Tuyuka, 58 anos (2013) nos declarou que o território sempre foi limitado na memória de nossos ancestrais:

Território é uma palavra nova e complicada. Muita gente vê como espaço delimitado geográfico, não entendemos direito. É bom fazer uma análise. Entendo que nossa terra mãe é tanto limites imaginários, os pajés fazem esse limite de terra ancestral, contorno de uma montanha, rio, um lago. Não é limite de terra tantos hectares, ele contorna as montanhas simbólicos que representam a identidade cultural, os pajés que tem conhecimento. Os indígenas nunca organizaram fronteiras, mas através da sabedoria, das visões faziam o povo a conhecer aquele limite tal. Território é complicado, onde os brancos vieram confundir. [...] O patrimônio seria o próprio território onde estão as casas mitológicas de transformação bem como as danças, as formas de alimentação, formas de expressão artística, bem como a língua.

Diante disso, a cultura está impregnada no patrimônio que sempre se mostrou indivisível, tudo é. E o patrimônio determina nosso território que abrange muito mais que limites territoriais, mas as nossas histórias de origem e valores morais e espirituais.

De certa forma os patrimônios reativam a memória, quando percorremos os rios e florestas visualizamos na paisagem toda a nossa cosmologia.

Passaremos a descrever o que identificamos como patrimônio territorializados no entorno da cidade de São Gabriel da Cachoeira e outros que consideramos importantes relatos dentre os povos entrevistados durante nossa pesquisa e vivencia e que foi denominada de geografia mítica que corresponde à Geografia indígena, onde aspectos naturais retratam nossas histórias de vida e valores. (Figura 06)

A identificação dos patrimônios aconteceram através das entrevistas e conversas com moradores mais antigos e pesquisas bibliográficas. Destacamos como contadora de história e um acervo humano a professora Celina Menezes Cruz da etnia Baré que nos forneceu grande parte dos relatos que vem coletando e registrando durante seu trabalho como educadora.

Podemos notar que as narrativas passaram por alterações devido ao contato e as transformações da modernidade, mas a sua essência permanece e representam verdadeiros oráculos e fontes de informações valiosas para sobrevivência e principalmente o respeito à natureza.

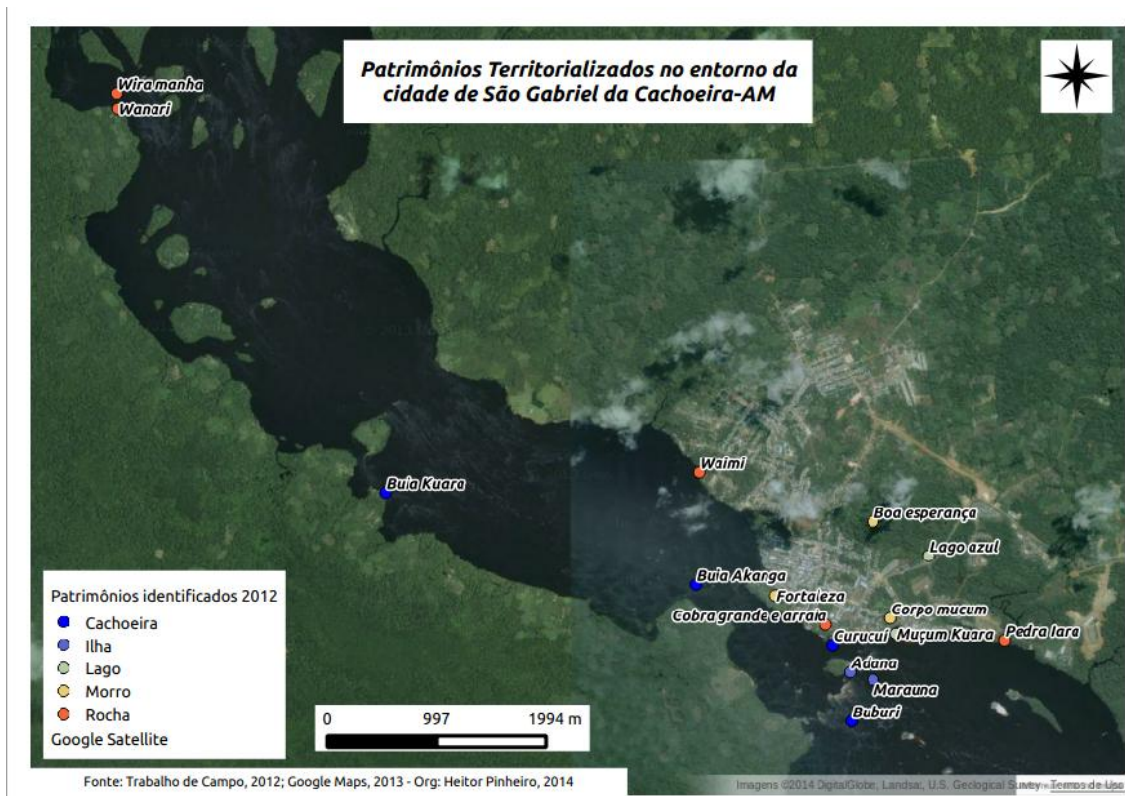


Figura 6 - Mapa Patrimônios territorializados no entorno da cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM.

Curicuriarí: conjunto de serras que unidas por uma ilusão de ótica é vista da cidade em forma de uma linda jovem deitada. Representa um dos principais cartões-postais da cidade e do município. Carregada de interpretações históricas das várias etnias da região. Denominada de Base-bó pelos Tukanos, Curicuriarí pelo povo Baré, por sermos Baré adotamos este nome para identificá-la.

Nas narrativas Tukano a serra representa a casa dos alimentos, ou do senhor das plantações. O ser que é responsável pela origem dos vários alimentos que temos nesta região. Tanto que segundo Sr. João Bosco (Tukano, 58 anos) nos contou que quando o dia está ensolarado nota-se que a serra nos dá a impressão de um enorme forno do qual jorra a farinha de tapioca alvíssima, também denominada como morro da tapioca.

Bem como se acredita que se a cachoeira parar de cantar com certeza a bela despertará do sono profundo.



Figura 7 - Serra de Curicuriarí. São Gabriel da Cachoeira. Foto Eliezer Marinho, 2012

Cabarí: Serra a montante da cidade na margem direita, vista da parte de cima da cidade, lindo quando se dá o por do sol, pois é aí que o sol despede-se todos os dias da cidade. Corresponde a parte da história do morro da Boa Esperança narrada mais adiante onde o indígena gigante foi desafiado pela segunda vez por Mapinguarí, para que não pudesse ultrapassar esses limites e completar sua missão.



Figura 8 - Serra do Cabarí (morro na frente). Serra Wanarí (atrás) São Gabriel da Cachoeira.
Foto Eliezer Marinho, 2012

Wanari: Serra a montante da cidade a margem direita, mais distante de quem avista da cidade aparece por detrás do Cabarí formando lindo mosaico de serras. (figura 09)

O Sr. Antonio Brandão Amorim (1865) relata que:

Havia em tempos remotos nas cabeceiras do rio Ucaiari, um homem bonito casado, pescador de nome Wanari. Todas as manhãs ele ia pescar na cachoeira e pescava toda qualidade de peixe. Já noite costumava chegar em casa.

Sua mulher costumava ir encontrá-lo no porto e ajudá-lo a carregar o peixe. Ela também era bonita e todos os homens se agradavam de olhar para ela.

Uma manhã depois de seu marido ir pescar, apareceu-lhe um moço bonito e pedindo para fugir com ele, dizendo que na sua casa também tinha peixe de toda qualidade, prometendo uma vida boa a ela. Mesmo assim a mulher se recusou e ameaçou contar ao seu esposo se ele não parasse com tal tolice.

O homem foi embora, e maldizendo que um dia ela iria se arrepender do que estava dizendo.

Duas luas depois esse moço voltou de outro jeito. Belo e alegre era seu rosto. Todas as moças daquela terra gostaram dele e o rodeavam de todas as maneiras para que ele as pedisse em casamento.

A mulher de Wanarí ao vê-lo, sentiu seu coração palpitar por ele. Sem perceber que era o mesmo moço que tinha rejeitado. Então propôs que se ele quisesse fugiria com ele para ser sua amante se assim ele quisesse pois seu marido Wanari era pajé e haveria de matá-los se os encontrasse.

Assim combinaram de fugir, ao se despedirem com um abraço ela sentiu no seu corpo um mal cheiro de urubu. Wanarí ao chegar sentiu o mal cheiro desconfiado, mas não disse nada. Após comerem fez comentários do comportamento da mulher, porém ela negou.

No outro dia quando Wanari saiu para pescar o moço chegou e a levou para sua cidade. Chegando lá viu que havia muita, muita gente. E sentiu então a catanga forte de urubu e percebeu que aquela gente era gente urubu. E essa gente comia só peixe podre, cheio de bichos. Ela lamentou-se que na sua terra passava muito bem e agora haveria de morrer de fome. Então ela mesma foi pela beirada do rio pegar uns peixinhos para matar sua fome. O homem a comunicou que na lua de rosto grande iriam para a cabeceira do rio pescar e ela ficaria.

Wanari ao chegar a casa naquele dia já sabia o que tinha acontecido. Porém, para que sua mulher aprendesse a lição esperaria um tempo para ir buscá-la e depois vingaria seu coração.

Duas luas depois Wanarí foi para as cabeceiras pela beirada do rio e ao chegar à terra dos Urubus transformou-se em um velhinho. Todos se perguntavam o que um velhinho fazia por aquelas bandas para ser zombado por todos. Ele só respondia que por não ter parente andava por toda parte e encontraria quem o quisesse acolhê-lo em sua casa.

A sua mulher logo sentiu dó do velhinho e o levou para sua casa. E contou que estava sozinha porque seu amante havia ido a cabeceira fazer dabucurí.

Depois de a mulher dormir ascendeu o seu cigarro para não dormir e quando o dia amanheceu já havia se tornado moço novamente. A mulher ao vê-lo tremeu e começou a chorar e lamentar porque o havia abandonado e por isso ele iria ter nojo dela. Ele porém não disse nada.

Já ao meio dia disse:

_Vamos embora depressa porque não quero que macaimbara de teu amante me pegue.

Eles desceram imediatamente o rio numa canoa. Uma lua depois chegaram à cabeça de uma correnteza (acima da cidade de SGC) e na beirada havia uma árvore com mel e como estavam com muita fome Wanari se pôs a derrubá-la com dificuldade e a mulher reclamou:

_Desgraçado, pouco depressa derruba esse pau! Depois queres fazer mulher andar para a fazeres sofrer de fome! Tola fui eu que depois de saber teu costume ainda voltei contigo!

Wanari ao ouvir isso só rodou o seu machado, cortou de decepar o pescoço da sua mulher. A cabeça da sua mulher pulou, foi bater no pau, o pau virou logo pedra, ficou conhecido neste mundo como Tronco do mel.

Quando urubu voltou do dabucurí não achou mais sua amante. Correu logo para a sua Zarabatana por onde via todas as coisas e viu sua amante já sem cabeça. Mandou mamanga ir buscar sangue de sua mulher para se vingar. Mamanga buscou uma gotinha de sangue e voltou.

Wanari carregou o corpo que foi de sua mulher, foi enterrá-lo no meio da pedra, depois foi para a lage da parte de baixo, aí chorou, onde chorou ficou sinal de lágrimas.

Mamanga entregou o sangue da mulher morta ao moço. Ele misturou esse sangue com carajuru e o entregou a mamanga dizendo:

_Volta depressa e joga esta pedra naquele matador de mulher! Quero que agora mesmo faça isso para eu amanhã comer a carne dele!

Mamanga bem como uma flecha veio, quando chegou perto de Wanari jogou nele a puçanga do urubu. A puçanga do urubu transformou-lhe em serra.

Quando o dia chegou toda a gente viu aquela serra enorme, um urubu pousava em cima.

A serra de Wanari ao ser vista sozinha apresenta o perfil do rosto de um homem. E bem defronte do sitio Wanari tem uma enorme rocha em forma de uma colmeia que a chamam de "Wira-manha".



Figura 9 - Serra Wanari. São Gabriel da Cachoeira. Acervo da autora, 2012

Adana e as corredeiras do Buburí e Curucuí: Ilha em frente da cidade considerada um dos trechos mais encachoeirados e perigosos do Rio Negro. Conta os narradores indígenas Baré que alí adormece a linda indígena Adana e seus dois guardiões Buburí e Curucuí que foram dois indígenas que se apaixonaram pela beleza de Adana. Do lado esquerdo o indígena Buburi e a direita o indígena Curucuí na forma de corredeiras amedrontadoras.

Em visita a este patrimônio constatamos o quanto as cachoeiras são amedrontadoras. Ela é toda margeada por rochas e entremeada por corredeiras velozes que formam uma espécie de muralha que torna difícil o acesso a ilha. Realmente a própria natureza se encarrega de protegê-la. São como contam as narrativas indígenas. Ela tem seus guardiões.

Celina Menezes Cruz, Baré, relata a narrativa herdada de seu pai conhecida como “Adana”.

Há muitos anos atrás nas margens do Rio Negro existiam muitas tribos indígenas como os Tupis, os Kuewanos, os Tarianos, os Baré e outras. As tribos da margem esquerda eram rivais das tribos da margem direita.

O Tuxaua da margem esquerda da tribo Pupure, na sua família nasceu uma linda cunhatãe (menina) a qual deram o nome de Adana, a filha do mais célebre de todos os tuxauas das tribos. Desde ainda pequena já era

comprometida para casar-se com um índigena robusto guerreiro da mesma tribo.

A linda indígena cresceu e tornou-se a cunhã-puranga (moça linda) mais bela das moças da aldeia. Na outra margem também havia um jovem belo e muito valente. Ele gostava de pescar. E um dia, numa tarde das suas pescarias viu a cunhã-poranga e ficou fascinado por sua beleza, aproximou-se dela e começaram a conversar. E todas as tardes o jovem fazia a mesma coisa.

Adana teve que falar a ele que já era comprometida com o jovem guerreiro de sua tribo, porém não gostava de seu futuro esposo. Assim, com o passar do tempo os dois se apaixonaram. E com o passar do tempo, mais próxima chegava o dia em que Adana iria selar seu comprometimento de casamento com o jovem guerreiro.

Adana não pretendia casar-se porque estava apaixonada por outro índio valente de outra tribo. Então combinaram que durante a festa ele a raptaria de lá.

Chegadas à festa todos bebiam, dançavam e se divertiam muito felizes. Mas antes do pedido de casamento o índio valente pegou a sua canoa e foi para a festa. Chegando lá despercebido, procurou por Adana e a encontrou numa oca sozinha, carregou-a e a levou escondida para a canoa. Logo depois, o índio guerreiro chegou a sua procura e não a encontrando, correu para o porto e avistou os dois na canoa no meio do rio Negro. Zangado, pela afronta, pegou sua canoa e foi atrás. Ao aproximar-se do casal que fugia, os dois indígenas começaram a lutar no meio do rio. Adana ficou perto do indígena valente. Enquanto eles lutavam as canoas começaram a encher de água, encheu tanto que se alagaram no meio do rio. Ambos nadaram cada um para uma margem do rio e Adana afundou-se no meio do Rio Negro.

O indígena valente nadou para a margem esquerda e o indígena guerreiro para a margem direita e sumiram. Transformaram-se em grandes cachoeiras, na direita a cachoeira do Pupuri (água fervendo em nhengatú) ou Buburi e a esquerda a Cachoeira do Curucuí, e entre as duas cachoeiras surgiu uma ilha, que acredita-se que seja Adana.

Agora a ilha Adana, dizem os narradores indígenas, que os três permanecem juntos e os dois indígenas são os guardiões da linda Adana. Assim todos os anos os povos iam a ilha chorar a perda da cunhã-poranga Adana e depois faziam o Dabucurí de luto na praia de Curucuí. Até hoje continua estampada na paisagem e na lembrança, a indígena mais bela do Rio Negro, Adana.



Figura 10 - Adana e as Cachoeiras do Curucuí (à esquerda) e Buburi (à direita). São Gabriel da Cachoeira. Foto Eliezer Marinho, 2012

Buia Acanga: significa “cabeça da cobra” em língua Nheengatú. Corresponde à parte da cabeça da cobra grande jogada neste local e que fez deste trecho do rio Negro um dos mais violentos, pois constitui uma parte da narrativa da história da cobra grande que descreveremos mais adiante. Corredeira bastante forte na cabeceira do trecho mais estreito do Rio Negro, pouco acima do Morro da Fortaleza. Constitui um atrativo quando barcos maiores fazem o percurso, pois é o trecho mais demorado a ser vencido. Trava-se uma luta entre as correntezas do rio e a força da embarcação. Pode prolongar-se por horas para conseguir vencê-la.



Figura 11 - Buia Acanga. São Gabriel da Cachoeira. Acervo da autora, 2012

Buia Kuara: significa “buraco da cobra” em Nhengatú; trecho encachoeirado próxima a ilha de São Joaquim Mirín, a montante da cidade, próxima a margem esquerda. Apresenta corredeiras fortíssimas e difícil a ser ultrapassada, corresponde a mais uma das partes da cobra grande que foram jogadas nos arredores da cidade de São Gabriel da Cachoeira conforme a história da cobra grande relatada adiante.



Figura 12 - Buia Kuara. Acervo da autora. SGC, 2012

Muçum-kuara: significa “buraco do Muçum” em Nhengatú. Compreende um enorme lago na principal praia da cidade. Acredita-se que ali mora uma cobra enorme, por isso esse lago nunca seca. Dizem os narradores indígenas que um dia ela vai acordar e derrubar a construção feita pelos militares hoje denominado Cimarne (Circulo Militar do Rio Negro) porque é lá que encontramos seu corpo adormecido e aguardando novas vítimas. Como segue a história:

Há muito tempo atrás, na praia do Táwa, quando moravam poucas pessoas, ou seja, havia apenas uma aldeia indígena. Aconteceu que uma menina na aldeia ao menstruar pela primeira escondeu de seus pais para não fazer o ritual da passagem de criança para ser moça. Então ela foi para a beira do rio tomar banho sozinha, quando veio se aproximando dela uma cobra escura e a devorou. Seus pais a procuraram e não a encontraram. Fizeram rituais para saber do seu paradeiro e não descobriram nada. Após três dias ela retornou, porém já encantada. O Muçum entrou na areia como uma faísca e se escondeu. Dizem os benzedores que onde o CIMARNE foi construído, embaixo

daquele morro existe um grande Muçum, que quando está com fome, sai em busca do seu alimento, e toda vez que uma pessoa morre na água ele suga os olhos da pessoa e o seu sangue. O muçum Kuara (lugar) é considerado um lugar sagrado e deveria ser respeitado. Porém nos dias atuais ninguém mais respeita.

Atualmente a mais ou menos quatro anos, onde fica o lugar do Muçum kuara, houve uma espuma abundante, como se fosse uma máquina batendo sabão. Nós não temos fotos para provar, mas tem pessoas que registraram esse acontecimento. Coisa que os povos desta cidade estão deixando acabar pouco a pouco, por não fazermos registros dos acontecimentos vividos aqui. (CRUZ, 2013)



Figura 13 - Muçum Kuara. Foto: Eliezer Marinho, SGC, 2012

Ilha do Maraúna: Maraúna é o que chamam de agouro ou mal presságio. Ilha próxima às corredeiras do Buburi. Lá encontramos a jovem sereia lara que encanta os homens pelo canto lindo e sedutor nas noites de luar. Corresponde a bancos de areia branquíssimas e finas.



Figura 14 - Ilha do Maraúna. Foto Eliezer Marinho. SGC, 2012

Pedra da Iara: a margem do rio Negro tem o que conhecemos de pedra da Iara, também conhecida como pedra do Maraúna, que é uma rocha suspensa em forma de um mini-palco rodeada de árvores na qual a linda sereia canta nas noites de lua cheia. Essa narrativa conhecida como YASI MIRA (IARA-mulher-lua).

Na pedra chamada Maraúna (agouro), que fica próxima a margem esquerda do Rio Negro, existe uma linda moça que um dia por teimosia foi encantada.

Quando uma menina passa a ser moça, precisa de resguardo, para que espíritos da floresta e dos rios não façam mal a ela, coisa que ela não fez, (antigamente o ritual de passagem era sacrificante) então dizem os mais velhos que Muçum (Monstro em forma de uma cobra gigante de cor marrom) a encantou, levou-a para o seu palácio que fica debaixo onde foi construído o CIMARNE (Circulo Militar do Alto Rio Negro). É um morro que tem vista para a bela praia e o Rio negro. Os seus pais e o povo de sua aldeia a procuraram e não a encontraram. Os pajés fizeram seus rituais e descobriram que ela não

estaria longe, mas que por esse encanto a menina-moça voltou como uma linda sereia que mora nas pedras do Maraúna.

Dizem que na noite de luar ouve-se o seu canto ao longe que os atrai, principalmente homens que ficam fascinados por sua voz. (CRUZ, 2013)



Figura 15 - Pedra da lara. Foto acervo da autora, SGC 2012.

Morro da Fortaleza: Não só é conhecido por seus aspectos históricos de ocupação e defesa do território brasileiro, pois neste lugar fora construída um forte pelos portugueses, mas principalmente constitui um dos lugares onde é conhecida a narrativa do pé de anjo, e do quarto de anta. Na nossa crença acreditamos que a moça ao pôr os pés e encaixar bem naquela pegada, não demorará a arrumar um pretendente.

Narramos essa história, que está ligada a fé e crença dos povos do Alto Rio Negro por Celina Menezes Cruz, Baré:

Antigamente no morro conhecido atualmente como Morro da Fortaleza existia uma tribo muito numerosa, que tinham suas casas construídas na margem do Rio Negro, ao pé deste morro. Cada nascimento de criança faziam grande comemoração com ofertas e danças em agradecimento a mais uma criança que chegava a tribo. E assim viviam bem felizes.

Um dia a união e a felicidade acabaram. As pessoas começaram a adoecer bastante. As mulheres não podiam sair para buscar raízes e os homens não podiam sair para caçar e nem pescar. As mulheres ainda tentavam sair para caçar seus alimentos, mas não conseguiam. Seus remédios não mais os curavam, muito menos suas pajelanças. Muito crentes em Tupã (Deus) que os curasse e dessem a eles alimentos, porém muitos ainda morreram de doenças e de fome. De tanto pedirem e implorarem a Deus por alimento, numa linda manhã de sol com o povo reunido para orar, apareceram-lhes do nada uma linda senhora que veio trazer-lhes alimentos e curá-los de suas enfermidades. Estava ela trazendo uma anta, que seria morta e sua carne seria distribuída a todo o povo da aldeia. Assim foi feita e o que restou transformou-se em pedra, neste mesmo lugar jorrou de um pequeno buraco água muito branquinha, e os que beberam desta água ficaram curados. Então a linda Senhora afastou-se e desapareceu deixando apenas a marca de seu pé ao lado da fonte.

O povo ficou tão feliz com o acontecido e para lembrarem sempre, fizeram uma linda imagem de barro e construíram uma capela de Nossa Senhora da Conceição “a protetora”. Lá eles iam rezar, agradecer e pedir graças. Um dia esse povo foi perseguido e se afastaram deste lugar e foram habitar outros lugares distantes.

Dizem que atualmente a pessoa quando quer saber se ela vai ter sorte põe o pé naquela marca. Do mesmo modo a moça que quer saber se vai casar e ter um bom casamento põe o pé na marca do pé do anjo. Se couber perfeitamente terá sorte e um bom casamento.



Figura 16 - Morro da Fortaleza. Foto Brigada Aérea SGC, 2006.



Figura 17 - 1. buraco de água branca. 2. Quarto de anta. 3. Pé de anjo. Foto Eliezer Marinho, 2012

Morro da Boa Esperança: Segundo a narradora Celina Cruz (Baré) é também conhecida como morro do Rigante ou Gigante. Segundo seu pai a história remonta a conquista desta região pelos colonizadores portugueses.

Antigamente antes dos brancos chegarem até aqui e aprisionar os indígenas, nasceu um menino gigante numa família indígena lá por Manaus. Então ele cresceu. Isso foi antes de acontecer o massacre contra indígenas no Rio Negro. Ele se tornou um mensageiro, pois recebeu a missão de avisar a todas as tribos do Alto Rio Negro da invasão dos brancos e teria que chegar até o Cassiquiari na Venezuela, para alertá-los do perigo.

O mensageiro passou por vários municípios desde Barreirinha, Barcelos, Tapuruquara (Santa Isabel) até chegar no Tawa (São Gabriel da Cachoeira).

Chegando no Tawa no Alto Rio Negro encontrou outros dois gigantes que já moravam aqui e eram os guardiões desse lugar, e não deixavam passar ninguém para Colômbia e Venezuela. Fez de tudo para passar e não conseguiu.

Para conseguir alcançar sua meta ele lançou um desafio aos guardiões deste lugar. Aquele que conseguisse carregar as rochas maiores mais rápido

até o topo do morro teria direito a decidir sobre seu destino. Se ele ganhasse teria o direito de seguir o seu trajeto.

Foi assim que o mensageiro conseguiu vencer os guardiões, pois conseguiu carregar em pouco tempo os maiores blocos de rocha até o topo. Por isso que no topo do morro existem enormes blocos de rocha uma sobreposta a outra onde as maiores foram levadas pelo gigante desafiador que assim conseguiu sua passagem para o Cassiquiari, pois os guardiões reconheceram que há muito tempo morando nesse lugar nunca haviam conseguido carregar aqueles blocos tão grandes e que formam hoje cavernas que enfeitam o topo do morro e de onde se avista as mais belas paisagens de Tawa.

Subindo mais um pouco encontrou outro obstáculo, o Mapinguarí (Ser protetor das matas). E então resolveu lançar o mesmo desafio de carregar blocos de rochas imensas, e assim também foi formado o morro do Cabarí, uma das muitas vistas mais belas do Alto Rio Negro.

E o mensageiro gigante completaria então a sua missão de alerta aos povos indígenas do Alto Rio Negro. (CRUZ, 2013)



Figura 18 - Topo do Morro Boa Esperança. Foto Eliezer Marinho. SGC, 2012



Figura 19 - Morro da Boa Esperança. Acervo da autora SGC, 2012

Lago Azul: Diferente das histórias de cinema o lago azul compreende o lago onde a grande cobra Muçum ainda aguarda e aprisiona suas vítimas. Localizada por detrás do morro do Cimarne é uma outra saída onde ela aguarda a próxima vítima.



Figura 20 - Lago azul. Acervo da autora, SGC 2012.

Rochas encantadas:

Velhinha que fuma: (Waimí, em nhengatú quer dizer velha ou idosa)
Rocha encantada que prevê chuva. Ela gosta de presente como alimento e fumo. Sempre que alguém se aproxima dela é preciso pedir licença e cumprimentá-la. Fica as margens do Rio negro com aproximadamente três metros de altura quando vazante.



Figura 21 - Waimí (entrega do fumo). Acervo da autora, SGC 2012

Wira-manha (mãe-abelha na língua nhengatú) Rocha encantada a montante da cidade de SGC em forma de uma colmeia gigante perto da margem do rio. Esta rocha encantada acredita-se que tenham a percepção de prevê certos acontecimentos, como a chuva, o sol, a seca. Sempre que se passa por seus arredores tem que se pedir licença para que não venha a ocorrer acontecimentos negativos. Compõe parte da história de Wanari narrada anteriormente.



Figura 22 - Wira-manha. Acervo da autora, SGC 2012

Wanari (estrela): Em frente ao sítio do mesmo nome a montante da cidade de SGC. Compõem-se num mosaico de rochas em forma de estrelas. Ela é a estrela guia que guiou os três reis magos a Belém onde nasceu Jesus, pois apresenta esse perfil no total de duas. Porém, em nossa visita encontramos apenas a marca da estrela enquanto as rochas que as formavam anteriormente foram arrancadas bruscamente e jogadas mais a margem do rio negro, pois se acreditava que debaixo delas haveria vestígios de ouro que infelizmente levou os seus moradores a destruírem uma e a metade de outra.



Figura 23 - Wanari. Acervo da autora, SGC 2012

Cobra grande: Essa narrativa tem uma representação muito forte no modo de vida dos vários povos do Rio Negro. Acredita-se que ao obter uma porção dos vestígios e levá-lo a sua comunidade estas partes tem o poder de multiplicar os peixes, bem como o seu desrespeito pode acarretar castigos como doenças e malefícios à saúde de quem o faz. Possui outras versões das etnias do Alto Rio Negro.

Localizada na parte central da cidade próxima a Catedral, na Avenida 31 de março. (Figura 24 e 25)



Figura 24 - Cobra grande. Foto acervo da autora, SGC 2012



Figura 25 - Arraia. Foto acervo da autora, SGC 2012

Em certos tempos quando aconteciam fenômenos estranhos com as pessoas, em uma aldeia aqui perto, existia uma mulher que não acreditava em nada, duvidava das forças da natureza. Passou-se um tempo e ela não tinha marido e apareceu grávida. Quiseram saber quem era o pai do bebê que ela esperava e ela nunca revelou, porque ela não conheceu homem nenhum. O dia em que ela ganharia bebê chegou. Sua mãe preparou tudo e esperaram a hora. Na hora do nascimento em vez de nascer bebê, nasceram duas cobrinhas e a mãe desmaiou. Então a outra pegou as cobrinhas e colocou-os dentro de um pote novo e lá ficaram durante cinco anos e os bebês cobras quando sentiam fome choravam, não como crianças, mas sim parecia um piado que dizia assim: - mãe, mãe, mãe,...(meiíí,meiíí,meiíí...) e assim cresceram. Quando grandes a mãe não conseguia mais escondê-los e pediu para um barqueiro levá-la para o baixo Amazonas aonde ela viria a soltar as duas cobras. A cobra macho era calmo, mas sua irmã era valente e destruidora, virava barcos e em seguida os destruía. Quando foi um dia ela resolveu voltar para casa de sua mãe, mas o irmão quis impedi-la e ela o matou. Então ela veio subindo o Rio Negro até chegar em Camanaus e lá começou a perseguição. Os indígenas queriam matá-la, mas ela era esperta e sabia como se esconder e fazer túneis para passar e chegar ao seu destino.

Mas os indígenas a cercaram de todos os lados com flechas, tacapes, arpões e outros artefatos indígenas. Até que com a ajuda de uma arraia conseguiram dominá-la. Chegando no lugar onde hoje é a cidade de São Gabriel da Cachoeira ela subiu nas pedras e ainda conseguiu desviar da arraia próximo onde é a Catedral. Aí ela escavou um buraco tentando subir o rio, mas acabou retornando abrindo assim o igarapé Maxiacá, ela retorna novamente até chegar ao lago do padres (chamado assim porque era o lago onde os padres criavam peixes) lá se deparou com as armadilhas feitas pelos indígenas e assim teve que desviar novamente ,mas acabou voltando ao mesmo local onde a arraia se encontrava e então a arraia conseguiu espetá-la com o seu ferrão e assim os indígenas aproveitaram e a cortaram conseguindo matá-la. E jogaram seu pedaço longe um do outro. A cabeça fica acima da cachoeira da Fortaleza, o lugar chamado de Buya akanga (cabeça da cobra), outro pedaço fica perto da Matriz (Catedral) juntamente com a arraia. Dizem os mais idosos que quando uma pessoa sonha mal e pisar na cobra acontece algo com a pessoa do sonho ou com alguém da família.

Acredita-se que a mulher menstruada não pode atravessar os vestígios da cobra que dá uma sensação de choque elétrico e pode fazer algum mal como dor muscular ou mal estar. Bem como levar um pequeno grão dessa rocha (que são suas escamas) para o lugar que se vive, não faltará peixes e se torna um excelente pescador.

Em São Gabriel da Cachoeira, o trecho mais encachoeirado e de difícil acesso a embarcações maiores do Rio Negro é a que começa no porto de Camanaus até as proximidades do vestígio da cabeça da cobra grande,

justamente o percurso da perseguição da cobra-grande. (Buya Akanga) (CRUZ, 2013)

Potira Capuão: “Ilha das Flores” em Nhengatú. Pelos relatos refere-se desta forma pela concentração antiga das mais lindas moças indígenas nesta ilha. E de certa forma é um dos trechos mais lindos do Rio Negro, pela enorme concentração de corredeiras deslumbrantes. Apresenta enormes redemoinhos de água. Constitui um trecho perigoso porque ocorre muitos “alagamentos”⁵ e mortes nestas proximidades.



Figura 26 - Potira Capuão. Foto Eliezer Marinho, SGC 2012

Cachoeira de Ipanoré: A cachoeira de Ipanoré é considerada o lugar de origem das várias etnias do Alto Rio Negro e também do próprio branco. Localizada no rio Waupés. Lugar onde a cobra Canoa emergiu trazendo os

⁵ naufrágios

vários povos que formam os povos do Rio Negro, definindo a hierarquia, conforme a descida dos mesmos dela.

Cachoeira de Tunuí: Localizada no alto Rio Içana. É uma cachoeira notável pela sua magnitude. Na realidade todo o rio Içana é caracterizado por cachoeiras deslumbrantes, que constituem por sua própria natureza a tarefa de defesa desse território. Pois constituem cachoeiras que dificultam a entrada de embarcações de grande porte. Nos contou Sr. Orlando Oliveira, Baré, 60 anos, que já foi proposto aos indígenas deste lugar a destruição de uma rocha desta cachoeira para facilitar a passagem de embarcações, mas que foi totalmente rejeitada por considerarem lugar sagrado dos seus antepassados. São considerados os guardiões dessa região. Madalena Paiva, 40 anos (2013) nos relatou que neste lugar existem rochas que não podem ser tocada porque pode ocorrer chuva torrencial e pelos relatos levantados isso acontece realmente.



Figura 27 - Tunuí Cachoeira. Foto Zelinda Saldanha, 2012

Serra de Cucuí: Serra localizada na fronteira do Brasil com a Venezuela a margem esquerda do Alto Rio Negro. É um serra com 462 m de altura. Olhando-a do lado brasileiro os Baré a veem como chuva de flores, já do lado venezuelano seus parentes o veem como a boca do criador. A seguir narramos resumidamente à história do Indígena Cucuí:

Nas narrativas indígenas contam que Cucuí foi um tuxaua Baré que instalou vários povoados ao longo do rio Negro para o seu povo e um dos últimos ao pé dessa serra. No penúltimo deixou Curucuí como tuxaua.

Nesta região viviam os povos Gente formiga de fogo liderado pelo tuxaua Kauará que o autorizou a instalar um povoado nestas redondezas.

Cucuí tinha costume estranho de comer gente e tinha várias esposas. Após guerrear com alguma tribo, capturava as indígenas virgens e com elas dormia, após três luas passadas aquelas que engravidavam dava a seus guerreiros para esposa e as outras que não haviam engravidado dava muchiba para engordarem e depois as matava para servir de alimento. Quando não tinha moças sem filho para comer mandava matar uma de suas mulheres.

Em um desentendimento com o tuxaua Kuará, matou seu povo e suas mulheres e o levou-o para morar na sua cidade.

Mas uma das vezes que não tinha o quinhão da lua, foi guerrear com os Uerikenas e Koeuanas e aprisionou belas moças.

Em meio a elas veio uma moça que era filha da Lua e Cucuí se encantou por ela e a levou para casa e fazia todas as suas vontades porque ela tinha no corpo o sangue da lua, feitiço com o qual pôde estragá-lo.

Assim os Tárias (Tarianos) madaram dizer que queriam comer a cabeça de Cucuí e desta vez ele ficou com medo.

Contam que os Tárias ao chegarem mataram todos os seu guerreiros. No meio da noite Cucuí fugiu com suas mulheres para rio abaixo, chegando na cidade onde Curucuí era tuxaua. Lá mandou sua filha mais velha que se chamava Adana ir para uma ilha e preparar puçanga no caxirí diante dos Tárias e tentar atraí-los para a ilha com sua cantiga e fingia chorar a morte de seu pai. Porém os Tárias desconfiaram. Na madrugada invadiram a cidade de Curucuí e mataram todos.

Cucuí mais uma vez fuge por um igarapé por detrás da cidade. Na ilha, Adana já não cantava, agora chorava forte. No dia seguinte os Tárias voltam a seu povoado levando com eles Adana.

Contam que Cucuí voltou a sua cidade sem esposa e sem filha. Só chorava a morte delas para Kauará que lhe perguntava onde estavam essas lágrimas que não via quando matou todas as mulheres que lhe suplicavam

para não morrerem. Assim, foi flechado pelo tuxaua Kauará nos braços, que como costume de sua tribo usava flecha envenenada para matar seus inimigos. Depois de uma lua, contam, Cucuí morreu com porção de feridas. (AMORIM, 1987)



Figura 28 - Serra de Cucuí, Rio Negro. Foto Ivani Faria, 2007

Estes relatos históricos dos povos indígenas do Alto Rio Negro configuram a territorialização do nosso patrimônio. De certa maneira o respeito que temos pelos lugares faz com que sejam preservados. Muitos destes relatos não estão descritos em nenhum lugar, mas o repasse oral, do demonstrar, do viver está presente fortemente na nossa cultura. É através desse viver que existem. Com modificações estabelecidas ao longo dos séculos, pois a cultura

é dinâmica, não se pode esperar sua preservação sempre do mesmo modo ou intacto. Estas (re)significam-se constantemente de acordo com o nosso momento histórico vivido. Não podemos esperar que a nossa memória conseguisse guardar os conhecimentos adquiridos tal qual foram repassadas, mas adaptando-nos as mudanças frequentes. Tanto que em relatos como Yasí-mira e morro da Boa esperança encontramos personagens conhecidos da cultura brasileira como o nome Iara e Mapinguari que se inserem atualmente.

Só porque não foram registradas, não quer dizer que não existam. De certo modo, os indígenas não podem escrever tudo da própria cultura, mas a vivenciam.

Todos estes lugares têm significados e fazem parte da cultura dos vários povos do Rio Negro identificados como patrimônio demonstrando o que Faria (2003) definiu como geografia mítica naquele momento. A autora hoje ao considerar que os “mitos” são histórias para os povos indígenas reviu este conceito, redefinindo-o como uma verdadeira geografia indígena. Uma geografia definida a partir dos valores de nossas culturas, de nossas cosmologias confrontando os princípios da Ciência e das culturas ocidentais.

Não há como separar o inseparável. Não há como classificar, dividir patrimônio e Território. Para os povos indígenas a geografia é uma só. Não existe Geografia Humana e Geografia Física, dicotomia tão postulada pelos pesquisadores e acadêmicos que consideram a ciência ocidental a única fonte de conhecimento.

Segundo Faria (2013) é a verdadeira geografia tão almejada pelos que reconhecem que o mundo não pode ser visto por uma única lógica, mas como uma multiplicidade de culturas, valores, métodos e ciências sem divisões e classificações.

Uma única e verdadeira geografia onde a natureza e a sociedade são integradas sem hierarquia.

CAPÍTULO III – POLÍTICAS PÚBLICAS E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO DO ALTO RIO NEGRO

Neste capítulo pretendemos apresentar como as políticas culturais sobre o patrimônio poderiam contribuir para o fortalecimento do patrimônio na região do Alto Rio Negro que aos poucos se perdem por ausência de instrumentos para a preservação e valorização. Bem como identificar suas atuais formas de uso.

Os povos indígenas do Alto Rio Negro ainda não descobriram sua força política como verdadeiros conhecedores e detentores das riquezas deste território. Estas precisam ser compartilhadas com as novas gerações indígenas nos mais diversos instrumentos de comunicação. Porque registros sobre a diversidade cultural existem até significativamente, porém como estes poderiam fortalecer a nossa cultura é o que nós buscamos.

Em estudos feitos por Faria (2007) sobre a viabilidade do ecoturismo em terras indígenas, encontramos sua preocupação em preparar estes povos para a gestão do seu território. Porém é preciso levar em consideração a realidade de nosso povo pela valorização territorial e cultural que estão fundamentados nos patrimônios territorializados.

Afirmamos a possibilidade de promover nas escolas a educação patrimonial e ambiental, coisa que já vem sendo discutida nas diversas instâncias municipal, estadual e federal. Mas é preciso ações imediatas, não se pode mais ficar esperando por projetos piloto, pois o território está sujeito a alterações a cada dia mais preocupante com a entrada de instituições públicas e privadas projetando leis para conservação do patrimônio. É a ideologia colonizadora dominadora ainda presente de forma arrebatadora sobre o território disfarçada de democracia.

3.1 - Políticas públicas culturais e salvaguarda do Patrimônio

A preocupação mundial com a questão da preservação e valorização do Patrimônio cultural vem desde 1972 quando aconteceu a 17ª sessão da

Conferência da Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e a Cultura-UNESCO, a Convenção sobre a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, no qual se privilegiou apenas bens móveis e imóveis, conjuntos arquitetônicos e sítios urbanos e naturais.

O que levou alguns países a solicitarem um maior estudo sobre a questão da inserção das manifestações da cultura tradicional e popular cujo objetivo era apontar formas jurídicas de proteção às manifestações da cultura tradicional e popular, reconhecidas como importante aspecto do patrimônio cultural da humanidade.

Tivemos como resultado desses estudos, em 1989, durante a 25ª Reunião da Conferência Geral da UNESCO, a Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular denominada Recomendação de Paris.

Em 1985, na Conferência mundial sobre políticas Culturais estabeleceram-se na Declaração do México princípios fundamentais para reger as políticas culturais em todo o mundo. Assim determina que a cultura:

[...] pode ser considerada atualmente como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. Concorda também que a cultura dá ao homem a capacidade de refletir sobre si mesmo. É ela que faz de nós seres específicos humanos, racionais, críticos, e eticamente comprometidos. Através dela discernimos os valores e efetuamos opções. Através dela o homem se expressa, toma consciência de si mesmo, se reconhece como um projeto inacabado põe em questão as suas próprias realizações, procura incansavelmente novas significações e cria obras que o transcendem. (IPHAN, 1985)

E ainda complementa:

Todas as culturas fazem parte do patrimônio comum da humanidade. A identidade cultural de um povo se renova e enriquece em contato com as tradições e valores dos demais. A cultura é um diálogo, intercâmbio de ideias e experiências, apreciação de outros valores e tradições; no isolamento, esgota-se e morre. (IPHAN, 1985)

Fica claro que diferentes culturas estão constantemente se renovando e aperfeiçoando-se, mas é preciso haver políticas públicas que lhes deem suporte e fortaleçam essa diferença. Uma diferença também de viverem intensamente num território gerenciado por eles e para eles, porém o que temos visto frequentemente são experiências frustradoras que não mostram a que vieram. No alto Rio Negro existe apenas um grupo de intelectuais e indígenas que tentam implantar atividades isoladas sem uma divulgação ou conhecimentos dos povos, uma ação tímida porque não se sensibiliza e mobiliza os demais.

Em 2003 foi promulgada pela UNESCO a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Nela considera-se a cultura tradicional e popular como patrimônio universal da humanidade e recomenda que os Estados-membros apliquem as disposições necessárias para sua salvaguarda.

Constituiu-se um primeiro passo para a construção de um documento legal que firmasse as diretrizes do trabalho de salvaguarda no plano internacional. Em abril de 2006, o governo brasileiro ratificou, por meio do Decreto nº 5.753, essa convenção, que assim define “patrimônio cultural imaterial”:

“as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e de continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (IPHAN, 2006, p.15-16)

Mário de Andrade é considerado um dos mentores da fundação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1937 que foi a primeira instituição governamental responsável pela proteção do patrimônio cultural do Brasil. Ele foi o primeiro a ter a preocupação de registros sobre o

Patrimônio Cultural e Imaterial Brasileiro, andando por diversos lugares do Brasil em busca de registrar os costumes, modos de ser e agir dos brasileiros.

Nos anos 80 a realização de seminário nas cidades históricas de Ouro Preto e Diamantina (Minas Gerais), Cachoeira (Bahia) e São Luis (Maranhão), sob a liderança de Aloísio Magalhães, promoveu a implementação de onze ações, dentre elas destacamos: 1) debate sobre a questão da propriedade intelectual de processos culturais coletivos; 2) inclusão das culturas locais no processo de educação básica; 3) proteção da qualidade cultural de produtos artesanais nos programas de fomento governamental à atividade; 4) reconhecimento, como patrimônio, de bens da cultura indígena e afro-brasileira; 5) documentação da memória oral das frentes de expansão territorial e dos povos indígenas ágrafos.

Essas ações e a reflexão sobre a importância dos bens culturais imateriais contribuíram para sensibilizar o Congresso Nacional a incluir o assunto, de maneira decisiva e afirmativa, na Constituição Federal promulgada em 1988, que estabeleceu:

Art. 216. Constitui patrimônio cultural brasileiro os **bens de natureza material e imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo 1. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (IPHAN, 2006, p.12)

Consistiu em uma contribuição importante para que as ações dos povos indígenas tomassem vigor em detrimento dos longos enfrentamentos ocorridos por séculos no seu território, delegando ao Estado a responsabilidade de reconhecer a diferença e a importância de preservação, manutenção e valorização da nossa cultura.

A Constituição Federal 1988 dispõe sobre o direito dos povos indígenas, oferecendo garantias fundamentais a sua sobrevivência:

Art. 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

O que tem ocorrido é que o Estado acaba impondo alternativas de desenvolvimento que afetam profundamente nossas formas de vida. Impõe modelos para que estes possam ser moldados para servir aos interesses do capital, com aceitação de símbolos que são alheios a nossa cultura. (BOURDIEU, 1996)

Deve-se estar alerta a estas alternativas de desenvolvimento impostos pela sociedade ocidental, amostras estas que são consumidos sem nenhuma reação ou dúvidas, são tidas como normais da modernidade e que levam estas sociedades a assimilarem estes modos de vida e que trazem muitas vezes consequências desastrosas que causam cada vez mais desigualdades entre as nações (GIDDENS, 1991).

Mesmo assim, percebe-se que na prática os bens materiais e imateriais que vem sendo reconhecidos nas terras indígenas torna uma contradição visto que as terras indígenas são protegidas por leis específicas. Não seria então uma maneira do Estado sobrepor seus direitos acima dos povos indígenas como forma de violar direitos destes ao seu território? O que se percebe na realidade é que as leis servem muito mais como instrumento de dominação que de liberdade de ação. Tem servido para legitimar a vontade do mais forte, do Estado.

Para os povos indígenas o patrimônio corresponde ao território onde ocorrem todas as formas de expressão e valores próprios da cultura. Nós o consideramos nossa riqueza não do ponto de vista econômico, como define a sociedade ocidental, mas do ponto de vista cultural onde estão impregnados todos os nossos valores. Não existe só patrimônio material tudo é ao mesmo tempo material e imaterial como constatadas nas entrevistas, não existe a separação como faz a sociedade ocidental.

Outro fato seriam os registros fora das terras indígenas, como é o caso da cidade de São Gabriel da Cachoeira, que não deixa de ser território indígena, onde encontramos patrimônios identificados em nossa pesquisa que sofreram intensa descaracterização e se forem reivindicados pelos povos indígenas terão todos os direitos, visto que constituem seu patrimônio não apenas no aspecto material, mas principalmente no sentido simbólico. A cidade está situada entre terras indígenas e sob valores indígenas, como foi o caso da construção do CIMARNE (Figura 29) que representa um dos lugares sagrados do nosso povo, acreditamos que este lugar é a casa da cobra Muçum, que é o guardião da extensa praia da cidade de São Gabriel da Cachoeira. É um dos pontos mais altos da cidade e os militares apropriaram-se desse espaço.



Figura 29 - CIMARNE. Foto: Brigada aérea SGC, 2006

Em 1997, o seminário internacional, promovido pelo IPHAN em Fortaleza, para discutir estratégias e formas de proteção ao patrimônio imaterial que foram efetivamente implantados, o que se pretendia com a constituição. Foi gerado o documento “A carta de Fortaleza”. Como recomendação principal visava o aprofundamento do debate sobre o conceito de patrimônio cultural imaterial e o desenvolvimento de estudos para a criação de instrumento legal, instituindo assim, o ‘Registro’ como principal modo de preservação e de reconhecimento de bens culturais dessa natureza.

Esta Carta repercutiu de imediato e criou-se uma comissão com o objetivo de elaborar proposta visando à regulamentação do acatamento do patrimônio cultural imaterial e junto com esta o Grupo de trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI).

Assim em 4 de agosto de 2000 o Decreto Nº 3.551 instituiu “o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que se constituem patrimônio cultural brasileiro” e criou “o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”.

Quatro anos depois, em 7 de abril de 2004, o Decreto nº 5.040 criou o Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan (DPI), ao qual se subordinou o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), em funcionamento desde 1958. Assim:

Passaram a ser missões básicas desse novo espaço institucional:

- 1) respeito à diversidade cultural do Brasil;
- 2) valorização da diferença;
- 3) ampliação do foco da proteção conferida pelo Estado ao patrimônio cultural brasileiro;
- 4) valorização do patrimônio protegido visando à sua preservação e melhor inserção na vida cotidiana;
- 5) ampliação do acesso ao patrimônio cultural como direito de cidadania e base para o desenvolvimento sustentável do país.(IPHAN, 2006, p.14)

Isso vem somar e promover o direito dos povos indígenas sobre o território que ocupam e ao mesmo tempo notamos formas de apropriação do Estado a esse território como meio de subordinar as políticas públicas cada vez mais ao desenvolvimento econômico vigente. O bem viver (GUDYNAS, 2011) projetado pelos povos indígenas desvia o foco para um desenvolvimento

alternativo, em que a igualdade, a dignidade e bem estar sejam um dos princípios norteadores. É este desenvolvimento que os povos do Alto Rio Negro buscam e lutam; a de satisfazer as necessidades básicas no que se refere à educação, saúde, moradia, alimentação, etc. de acordo com nossos valores culturais.

É assegurado pela Lei 6.001 de 19 de Dezembro de 1973 no Estatuto do índio sobre Patrimônio Indígena:

Art. 16. Integram o patrimônio indígena:

I - os direitos originários sobre terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a posse permanente dessas terras e das reservadas;

II - o usufruto exclusivo de todas as riquezas naturais do solo, dos rios e dos Lagos existentes nas terras indígenas, incluídos os acessórios e os acrescidos e o exercício de caça, pesca, coleta, garimpagem, faiscação e cata;

III - os bens móveis e imóveis das comunidades indígenas, que vierem a adquirir na forma da legislação civil;

IV - o direito autoral e sobre obras artísticas de criação das próprias comunidades indígenas, incluídos os direitos de imagem;

V - os direitos sobre as tecnologias, obras científicas e inventos de criação das comunidades indígenas;

VI - os bens imateriais concernentes às diversas formas de manifestação sócio-cultural das comunidades indígenas;

VII - outros bens e direitos que sejam atribuídos às comunidades indígenas.

Esta lei foi rediscutida pelos indígenas ao longo de 20 anos, ora denominada de Estatuto dos Povos Indígenas, mas não foi aprovada pelo Congresso Nacional devido a divergências em seu conteúdo entre indígenas e o Estado. Porém a luta continua. É cada vez mais significativa às conquistas das nações indígenas sobre direitos sobre sua cultura e o direito ao território.

Além da luta pela demarcação das terras dos povos indígenas, os mesmos atualmente encaram outros desafios, como sobreviver na terra já demarcada e proteger seus conhecimentos e patrimônio material e imaterial da ideologia capitalista da sociedade ocidental onde tudo se transforma em mercadoria, em capital (FARIA, 2007).

No ano de 1992 sob a Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento, evento que ocorreu ao mesmo tempo e paralelamente a RIO-92, foi elaborado pelos povos indígenas de

diversos países a Carta da Terra e a Declaração da Aldeia Kari-oca. Nela encontramos importantes reivindicações dos povos indígenas sobre a cultura e seu território. Esta declaração trás no seu preâmbulo: *Nós, Povos Indígenas, caminhamos em direção ao futuro, nas trilhas dos nossos antepassados!*

A carta da Terra dispõe:

25. Os Povos Indígenas devem ter assegurado seus direitos e sua ciência, linguagem, cultura e educação, incluindo aspectos biculturais e bilíngues através do reconhecimento formal e informal com a participação da família e da aldeia assegurado.

(...)

32. Os nossos territórios sempre viveram total e em permanente relação vital, seres humanos e natureza. Estar neles representa o desenvolvimento de nossas culturas. Nossa propriedade territorial deve ser inalienável.

66. O conceito de "desenvolvimento" significou a destruição de nossas terras. Rechaçamos qualquer argumento que esse "desenvolvimento" tenha sido benéfico para nossos povos. Não somos culturas estáticas e mantemos nossas identidades através de permanente recriação de nossas condições de vida, e isso tem sido obstaculizado com o argumento desse "desenvolvimento".

Cabe aos povos indígenas desenvolverem formas de registrar seu patrimônio junto ao IPHAM responsável pelo tombamento e registro destes, quando for o caso, solicitado por estes e com legislações específicas. Cabe a nós cobrarmos do poder público suporte e instrumentos de salvaguarda desses patrimônios e fiscalização dos mesmos, pois uma vez expostos podem trazer consequências negativas, como é o caso dos conhecimentos sobre plantas e ervas que geram infinitas discussões na atualidade e mesmo sobre o trabalho de faiscação (extração simples feita com as mãos ou uma batéia) de ouro de sua terra a muito discutida em assembleias e seminários.

As discussões em torno do patrimônio cultural, ao redor do mundo, introduziram e legitimaram a ideia de que patrimônio material e patrimônio imaterial não podem ser discutidos de forma separada. São vistos como “conjunto único e coerente de manifestações múltiplas, complexas e profundamente interdependentes dos inúmeros componentes da cultura de um grupo social” (IPHAN, 2006, p. 17).

Do mesmo modo percebe-se a visão das sociedades indígenas Alto Rio Negro, onde o patrimônio material funde-se com o patrimônio imaterial um depende do outro, são únicos que se complementam e são considerados o patrimônio. (FARIA, 2011).

A UNESCO e diversos países, considerando as iniciativas que se produziram desde a Convenção do Patrimônio Mundial até agora, tiveram que rever e ampliar a visão basicamente monumentalista vigente. Tiveram que assumir um enfoque mais global e antropológico em relação ao patrimônio cultural, ou seja, “a oralidade, os conhecimentos tradicionais, os saberes, os sistemas de valores e as manifestações artísticas se tornaram expressões fundamentais na identificação cultural dos povos” (IPHAN, 2006, p.17)

Considera-se aqui principalmente a língua como o primeiro patrimônio dos povos indígenas do Alto Rio Negro. Um dos fatores essenciais para evidenciar a identidade e diversidade.

Mesmo sabendo que as normas internacionais são instrumentos criados pelos Estados e para os Estados, é preciso reconhecer que há uma progressiva preocupação pela situação e pela proteção dos povos indígenas no sistema das Nações Unidas. É um fato que os povos indígenas passaram a ser reconhecidos pela comunidade internacional não mais como objeto e provavelmente como sujeitos do Direito Internacional.

Esta crescente preocupação, evidentemente, foi marcada pelas pressões feitas pelos povos e organizações indígenas, inclusive nos Fóruns da ONU. É por isso que a Declaração inclui aspectos relevantes sobre os direitos culturais e étnicos coletivos; o direito à terra e aos recursos naturais; a manutenção das estruturas econômicas e os modos de vida tradicionais; e o direito coletivo à autonomia.

O mais relevante nesta crescente preocupação pelos direitos humanos dos povos indígenas é a mudança de ênfase dos “direitos universais individuais” para os “direitos humanos coletivos”.

Mesmo com as devidas reservas por tratar-se de normas desenvolvidas pelos governos e para os governos - esta atenção aos direitos coletivos, a desejada aprovação da Declaração Universal sobre Direitos Indígenas (1993),

A sua ratificação pelos Estados subscritores configuram um novo espaço internacional no qual os povos indígenas poderão continuar a luta tanto para melhorar quanto para mudar a situação de discriminação e opressão a que têm estado submetidos nos últimos séculos no seio dos diferentes Estados Nacionais.

A Declaração Universal dos direitos dos povos indígenas (1993) dispõe:

Art.7- Os povos indígenas têm o direito de reviver e praticar sua identidade e tradições culturais, incluindo o direito de manter, desenvolver e proteger as manifestações de suas culturas, passadas, presentes e futuras, tais como os sítios e estruturas arqueológicas e históricas, objetos, desenhos, cerimônias, tecnologia e obras de arte, assim com o direito à restituição da propriedade cultural, religiosa e espiritual retiradas deles sem seu livre e informado consentimento ou em violação às suas próprias leis.

Art.8- Os povos indígenas têm o direito de manifestar, praticar e ensinar suas próprias tradições espirituais e religiosas, costumes e cerimônias; o direito de manter, proteger e ter acesso em privacidade aos sítios religiosos e culturais; o direito ao uso e controle de objetos cerimoniais; e o direito à repartição de restos humanos.

Art.9- Os povos indígenas têm o direito de reviver, usar, desenvolver, promover e transmitir às futuras gerações suas próprias línguas, sistemas de escrita e literatura, e designar e manter os nomes originais de comunidades, lugares e pessoas. Os Estados tomarão medidas para assegurar que os povos indígenas possam atender e serem entendidos nos procedimentos políticos, legais e administrativos, quando seja necessário, através da provisão de intérpretes ou outros meios efetivos.

Encontramos na Declaração universal dos Direitos Linguísticos mais um instrumento legal elaborado por instituições e organizações não governamentais reunidas em Barcelona de 6 a 9 de junho de 1996 de garantia de políticas públicas ao território do Alto Rio Negro, visto que somos uma área com a maior diversidade linguística do Brasil. É o maior patrimônio que temos a língua. A declaração em suas considerações finais dispõe:

[...] Considerando que a Declaração Universal dos Direitos Coletivos dos Povos, realizada em Maio de 1990 em Barcelona, declara que todos os povos têm direito a exprimir e a desenvolver a sua cultura, a sua língua e as suas normas de organização e, para o fazerem, a dotarem-se de estruturas políticas, educacionais, de comunicação e de administração pública próprias, em quadros políticos diferentes; Considerando a Declaração Final da Assembleia Geral da Federação Internacional de Professores de Línguas Vivas, aprovada em Pécs

(Hungria) em 16 de Agosto de 1991, que recomenda que os direitos linguísticos sejam consagrados direitos fundamentais; (1996, p.14)

O direito à diversidade linguística. Este direito está expressamente previsto ou embasado nos arts. 231 e 210 da CF; no art. 27 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966; no art. 13 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas; no art. 12 da Convenção 169 da OIT; nos artigos II e XIX da Declaração Universal dos Direitos do Homem; no art. 13, n. 1 do Pacto de São José da Costa Rica

Em São Gabriel da Cachoeira, ocorre um choque cultural muito grande quando nós indígenas nos deparamos com valores provenientes da sociedade ocidental, como é o caso dos mais variados suicídios por enforcamento que levam os jovens a sentirem-se despreparados para enfrentar estes desafios trazidos pela cultura ocidental, pois na realidade muito de nossos valores como o ritual de preparação para a vida adulta está perdendo vivacidade, estes jovens não passam ou passaram pelos rituais de iniciação indígena que deveriam reger sua vida como membro de seu povo e então sentirem-se preparados para enfrentar os novos desafios do mundo moderno.

O Estado na sua perspectiva de inserir os povos indígenas do Alto Rio Negro ao restante do território tendeu forçadamente a reconhecer o direito destes povos ao seu território, articulando modos de se fazer fiscalizar e controlar essa região, porém nem sempre buscando o respeito a sua diversidade cultural. Sobretudo porque para os povos indígenas são na terra que se dão os diversos tipos de realizações, quais sejam: a produção da cultura material e imaterial, a organização social e política, as atividades econômicas, todos articulados entre si numa relação de interdependência e complementaridade.

O município de São Gabriel da Cachoeira por abranger grande parte destas terras se viu também na obrigação de traçar políticas públicas que estabelecesse normas que respeitem a vivencia nas terras indígenas e conforme a lei municipal nº 209 de 21/11/2006 que instituiu o plano diretor participativo do município estabeleceu a macrozona das terras indígenas.

Em seu artigo 17, estabelece o objetivo da Macrozona das Terras Indígenas (Figura 26), onde se diz o seguinte:

Art. 17. O objetivo da Macrozona das Terras Indígenas, [...] é incorporar, neste plano diretor, os direitos indígenas assegurados pelo ordenamento jurídico nacional.

§ 1º Os índios possuem direito ao usufruto exclusivo dos recursos localizados a Macrozona das Terras Indígenas.

§ 2º A Macrozona das Terras Indígenas pertence à União Federal, mas é destinada à posse permanente dos índios.

§ 3º A Macrozona das Terras Indígenas é inalienável e indisponível, e os direitos sobre ela imprescritíveis.

§ 4º É proibido que índios, não-índios e Poder Público façam qualquer transação comercial e negócio jurídico que prejudique o direito de posse permanente e usufruto exclusivo dos índios das áreas localizadas na Macrozona das Terras Indígenas.

§ 5º Havendo sobreposição de Unidades de Conservação na Macrozona das Terras Indígenas, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações indígenas residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e os locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações (2006).

Embora a lei assegure o usufruto das terras indígenas elas têm restrições que prejudicam de certa forma os modos de vida destes povos, como é o caso do direito a caça, a pesca. Nos dias atuais nós indígenas acabamos por incorporar na nossa dieta alimentar enlatados e congelados e faz com que exista um comércio ilegal e superfaturado de animais selvagens para o consumo, pois a lei infelizmente funciona apenas para alguns, conforme conveniência própria.

Em seu Artigo 36 e 37 do plano diretor estabelece respectivamente a zona especial de interesse histórico-cultural e a zona comunitária indígena onde a primeira tem como objetivo proteger, recuperar e dar visibilidade aos locais, edificações e áreas de importância histórico-cultural e a segunda cujo objetivo é garantir a permanência das formas de uso e ocupação do solo segundo costumes, usos e tradições das comunidades que vivem nos locais.

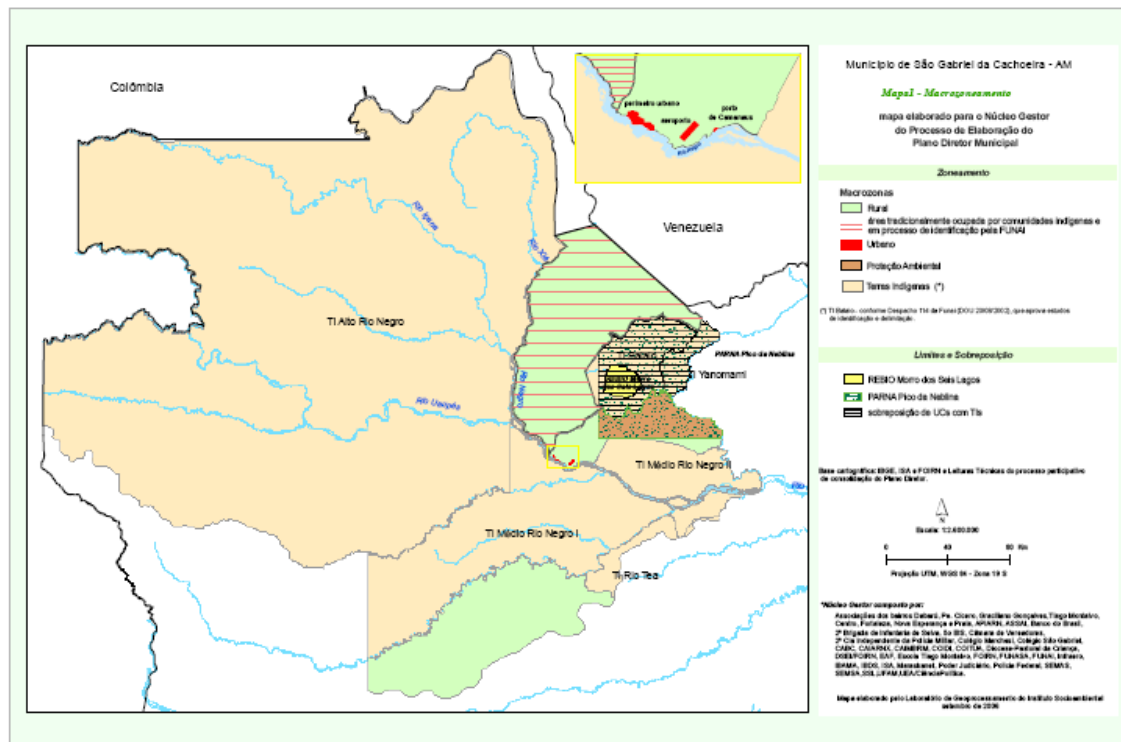


Figura 30 - Mapa Macrozoneamento do Município de São Gabriel da Cachoeira. Base digital Prefeitura Municipal de SGC, 2006

Observamos que esta lei não é respeitada. Os lugares de importância histórico-cultural nesta cidade não estão sendo protegidos, ao contrário, cada dia mais as novas gerações perdem o acesso a esse conhecimento, pois não há nenhuma sinalização nos lugares considerados sagrados mostrando sua importância. A cada dia estão sendo descaracterizados por construções modernas que atendem a ideologia capitalista.

A coleção de narradores indígenas em seu 5º volume traz como um de seus objetivos a valorização dos lugares por seus avós ancestrais, comunidade pioneira do povo Tukano no rio Tiquié. A cachoeira de Ipanoré, localizada no médio Uaupés, constituem um lugar sagrado, o lugar de emergência do povo Tukano, conhecido como o buraco de transformação (FOIRN, 2003).

As histórias de origem são essenciais para o entendimento da organização social destes povos que para Gallois (2008, p.9) “são sociedades que optaram por uma formação sócio-política na qual a existência de um poder centralizado e hierarquizado como o Estado foi descartada histórica e filosoficamente.”

As políticas públicas são eficientes apenas no papel, deixando as ações a desejar em vários aspectos, uma vez que são planejadas em gabinetes. Por isso precisamos buscar uma forma de acompanhar o desenvolvimento dessas ações sem fechar os olhos e nem desprezar o olhar crítico que assegura o direito dos povos indígenas. Precisamos nos perguntar a quem interessa realmente o registro desses patrimônios, que benefícios trarão e quem serão os responsáveis por essas questões para que possamos nos unir a ela, nos defender e enfrentá-las se for o caso.

Outro fator que devemos destacar presente na coleção narradores indígenas do Alto Rio Negro é o relato da chegada dos missionários, proibindo qualquer tipo de manifestação da cultura dessa região, bem como objetos e ornamentos que foram roubados e levados para países estrangeiros, causando um processo devastador da cultura. É contra este tipo de políticas que precisamos lutar, pois as políticas atuais estão repletas de obscuridade que ofuscam o olhar mais atento.

O IPHAN se encontra cada vez mais presente nesta região por meio de projetos de revitalização, mas de maneira bem distante do cotidiano destes povos, como projetos isolados ligados a apenas um povo, como, por exemplo, os Tukano que possuem sua cultura mais representativa em relação a outros povos, como: o apoio à reconstrução de malocas; identificação de ornamentos sagrados, e a criação de ponto de cultura na FOIRN em 2008, que possuem leque de ações ainda em fase de detalhamento. Porém acreditamos que estas ações já poderiam estar dando resultados de maneira mais dinâmica em todo o Rio Negro. Ouvimos sempre frequentemente pesquisadores preferirem trabalhar com povo Tukano pois já possuem um sistema próprio organizado. Difícil é, por exemplo, trabalhar com os Baré, que já encontram inseridos num sistema mais complexo. Acreditamos que todos os povos deveriam ser contemplados de maneira particular de acordo com suas expectativas para que não ocorram privilégios.

O Estado ao se propor através do IPHAN a registrar os patrimônios indígenas não fornecem garantias de que o território terá algum benefício com tal atividade. O Estado proporcionará a manutenção e/ou conservação destes patrimônios depois de registrados como protegidos pelos povos indígenas? Até

então são os povos indígenas que se ocuparam desta tarefa até hoje e lutam por ela, a partir dos direitos e autodeterminação sobre o território.

Se formos observar hoje as leis em favor dos povos indígenas podemos dizer que não é por falta delas, mas possivelmente pela ausência de fiscalização das leis e recursos públicos que está nas mais diversas esferas do Governo, pois cada instituição se utiliza dos recursos conforme lhe convém.

A cultura é vivenciada na prática, nas ações, na vivência do dia-a-dia, que sempre foram registradas na memória dos povos do alto Rio Negro. A diversidade cultural é notória, a natural também o é. Estratégias de salvaguarda devem estar se adequando as atividades destes povos que envolvem relações bem complexas como a preservação do meio ambiente, o turismo, a propriedade intelectual e outros.

Que possamos nos fundamentar nestas leis que não são recentes é mais de dez anos que nos fornecem os instrumentos reivindicados e esperados por nós há séculos e que nos garantam um desenvolvimento saudável e equitativo levando-se em consideração nossa cultura e nossos direitos linguísticos e a garantia de transmissão e perpetuação do nosso legado as futuras gerações indígenas. Precisamos cobrar políticas públicas mais práticas e com urgência.

3. 2 – Impactos socioambientais sobre os patrimônios

Nasci e me criei nessa imensa região e conheço crenças e costumes que direcionam nossos modos de vida e uma das riquezas muito significativas que temos é que cada formação física geográfica na região possui uma história que regem muitas de nossas ações e que por isso são respeitadas e preservadas. Nós, povos que conhecemos estes costumes, acreditamos nelas sentimo-nos convencidas que o desrespeito pode causar algum dano à vida ou comprometer a saúde.

Como vimos há várias interpretações para um mesmo patrimônio localizado no território, que não pertence só a um povo, mas a todos que fazem parte deste território. O IPHAN parece não levar em consideração essa

realidade do Alto Rio Negro. Lutaram-se anos para a demarcação do território contínuo. Agora os registros dos lugares sagrados passam de certa forma a fragmentar o território com a característica de individualismo que não apresenta lógica para nós, pois há contradições. Verificamos em muitos livros que foram escritos estão privilegiando alguns povos como uma maneira de tornarem-se proprietários de alguns saberes que são de todos os povos do Alto Rio Negro.

O processo de registro da cachoeira da Onça promovida pelo IPHAN gerou de certa forma uma polêmica entre os povos Tariano e Tukano, que após várias discussões e levantamentos resolveram declarar como pertencentes às várias etnias, mesmo assim alguns povos ainda não se conformaram com o registro que foi feito, que de certa forma privatizou a cachoeira.

Se formos seguir o sistema da sociedade capitalista de individualizar e particularizar tudo pode ocorrer desentendimentos internos entre os povos desta região e incentivar a divisão que pode trazer danos irreparáveis. O Estado acaba incitando de forma comum esta prática nesta região, como também o caso dos cestos Baniwa, recentemente da pimenta Baniwa. Cada povo parece estar criando uma marca como forma de inserção e destaque na sociedade capitalista. Se alguém visita esta região e tem o privilégio de conhecer os diversos povos perceberá que compartilham dos mesmos costumes e tradições com algumas variações.

O levantamento para identificação de áreas significativas não só é importante de forma escrita, mas por fotos, vídeos e documentários da nossa vida e principalmente uma intensa divulgação da diversidade cultural como povos que construíram uma verdadeira civilização e decididas hoje a construir um patrimônio maior por meio da divulgação cultural, não para fora, mas principalmente entre os próprios povos do Rio Negro, claro que com todas as cautelas necessárias para sua preservação.

Pois “quem não luta por seus direitos não é digno deles” (RUI BARBOSA).

Em nossas observações direta e participante em campo verificamos os impactos socioambientais sobre o patrimônio não somente no aspecto físico, mas principalmente em seu aspecto social como valores éticos e morais.

Alguns patrimônios territorializados nas proximidades da cidade de São Gabriel da Cachoeira estão sofrendo impactos socioambientais que os descaracterizam:

A Ilha Adana e as corredeiras do Biburí e Curucuí encontram-se em excelente estado de conservação do ponto de vista físico. Mas do ponto de vista social, encontra-se com vestígios de lixo, principalmente nas rochas em seu entorno, porque moradores usam esse local para pescaria. É certo que sempre a utilizaram, porém agora os impactos tendem a agravar-se, pela facilidade de acesso com voadeiras que encontramos em maior quantidade na cidade com a qual é mais fácil ultrapassar as corredeiras violentas. Socialmente é uma história pouco conhecida pelos habitantes da cidade.

O Mussum-kuara é um dos patrimônios mais conhecidos e de fácil acesso por localizar-se na imensa praia da cidade. Evidentemente pela frequência de banhistas que a frequentam e por atletas que fazem caminhadas e moradores. O acúmulo de lixo é intenso, moradores atracam suas embarcações por ser a parte mais tranquila, ou seja, onde o rio é mais calmo. É uma história conhecida e com constantes afogamentos e morte, atribuída justamente a enorme cobra que acreditamos morar neste lugar. Por mais alta que seja a vazante é difícil o buraco secar totalmente. Infelizmente a quantidade de esgoto que são jogados diretamente no rio poluem esta área e a orla da praia apesar de estar próximo a corredeiras.

Ilha do Maraúna aparece somente quando há uma vazante média. Formada por uma areia muito branca e plana com afloramento de rochas graníticas entremeadas por vegetação arbustiva. Lugar em bom estado de conservação. Mas pouco conhecida o seu significado.

A Pedra da Iara por sua proximidade com a margem da cidade, encontramos vestígios de latas de refrigerante e lugar de fogo na qual visitantes preparam suas refeições. Quase que totalmente despercebida dos povos desta região e é um patrimônio que incorporou nome oriundo da cultura popular brasileira bastante respeitada pelos povos desta região.

Morro da Fortaleza é de fácil acesso por vias urbanas que sobe o morro e por ser hoje plano. Os moradores mais antigos relataram que já foi mais alto,

onde as freiras juntamente com as internas iam buscar terras para sua horta. Também foi utilizado no passado como local estratégico para defesa do território brasileiro com a construção de uma fortaleza. Por isso a denominação de morro da fortaleza. Os vestígios nas rochas encontram-se marcadas por tinta branca que os descaracterizam. Encontra-se instalado neste local a empresa de água que abastece a cidade (Figura 30). E no ano de 2012 foi construído pela prefeitura municipal um observatório lunar (Figura 31). E ainda existe uma espécie de jardim ou recanto feito por evangélicos (Figura 32). É um local muito utilizado para pescaria nas margens que apresenta corredeiras grandiosas.

Decisões em assembleias indígenas já solicitaram a retirada da caixa d'água do local, o que não aconteceu e continua sem providencias.

A pegada na rocha vem deixando de ser conhecida. Os jovens de São Gabriel da Cachoeira não têm acesso porque os pais não contam. A história que conseguimos registrar das narrativas do povo Baré trás personagens da história bíblica que hoje estão associadas profundamente dentro da cultura dos povos do Alto Rio Negro.



Figura 31 - Impactos sobre o Morro da Fortaleza: caixa d'água. Foto Eliezer Marinho, 2012



Figura 32 - Observatório lunar. Foto Eliezer Marinho, 2012



Figura 33 - Jardim. Foto Eliezer Marinho, 2012

Morro da Boa Esperança apresenta impactos marcantes em razão de ser um referencial de fé da igreja católica onde estão as estações da via sacra onde é realizada a procissão da via crucis todos os anos na sexta-feira santa. Encontramos intenso desmatamento e erosão ao longo do percurso e o acúmulo de lixo. Na sua base é rodeada pelo bairro da Boa Esperança, onde moradores locais usam-na como banheiros a céu aberto, além da instalação de antenas utilizadas por empresas de telecomunicações e empresários locais ligados a este tipo de serviço. No seu cume também há um intenso desmatamento. Acredita-se que quem sobe este morro sempre retornará um dia para a cidade, pois sua subida exige um esforço físico intensivo. Nela encontramos também cavernas que são de difícil acesso. Ouvimos relatos de que estes constituem outra realidade, que se a pessoa não é acostumada e não conhece, é melhor não se aventurar, existem espíritos que protegem o local.

O Lago Azul já foi bastante modificado devido ao aterro feito pela empresa de combustível Naverio. Pouco se conhece da sua história, mas que dizem os mais antigos que lá foi um lago de águas límpidas e azul, porém muito temido. Pelos levantamentos feitos só os mais velhos conhecem a história.

A Cobra grande com o corpo petrificado que determinou a ocupação das espécies de peixes das águas do negro é um dos patrimônios que acabou por tornar-se quase invisível aos olhos, pois boa parte foi coberta por asfalto onde passa a Av. Dom Pedro Massa e também construção de moradias na cidade e cada dia desaparece um pouco de seus vestígios. Um morador mais antigo nos relatou que na época de internato existiam rochas maiores no formato de enormes pedaços de cobra e que com o passar dos anos estas foram quebradas para serem usadas talvez em construções. A história é bastante conhecida. Há uns cinco anos atrás eu e mais uma estudante de trabalho fizemos uma apresentação com alunos no dia em comemoração aos povos indígenas. Logo depois fomos convidados a fazer outra apresentação na FOIRN.

A Serra de Curicuriarí é um dos cartões postais mais conhecidos do município. É um lugar de difícil acesso, mas que sofrem impactos de visitação

de forma clandestina de turista que chegam à região em busca de aventura. Os moradores da comunidade de São Jorge, comunidade mais próxima não tem infraestrutura necessária para receber turistas e sofrem por ela ser utilizada de maneira clandestina e não deixar nenhum benefício para a comunidade.

As Rochas encantadas encontram-se intactas, porém hoje pouco conhecidas e respeitadas. Como é o caso da rocha da velhinha (waimí) que fuma e da Wira-manha.

A Wanari (estrela) de difícil acesso por isso apresenta-se intacto. Mas os vestígios de rochas que formavam estrelas as margens do sítio do mesmo nome já sofreram alterações bruscas. As rochas que formavam um mosaico de estrelas foram parcialmente arrancadas e jogadas nas margens, pois se acreditava que debaixo destas rochas poderiam encontrar ouro em abundância. Existe uma crença no rio negro de que a pessoa de sorte conseguirá encontrar um pote de ouro debaixo de rochas se esse for a sua sorte por isso muitas rochas foram destruídas. Nas proximidades deste sítio na qual tivemos a professora Leonísia Gama (Baré) como guia, a mesma nos mostrou outros lugares que tem histórias, mas que ela não lembra e que determinam normas de comportamento e deve ser respeitada, bem como lugares que são verdadeiros oráculos.

A Ilha Potira Capuão por ter um povoado a montante da cidade de São Gabriel da Cachoeira apresenta-se com poucas modificações. Apesar de não ser mais constituída totalmente de sua vegetação original é uma área bem conservada e temida pelas muitas histórias de perdas de vida nesta área, que sabemos que tem uma história significativa para os povos indígenas, mas por enquanto não conseguimos informante de sua história.

A Cachoeira de Tunuí é uma cachoeira totalmente intacta. Pois os próprios povos indígenas a utilizam como uma forma de defesa do seu território. Visto que acima dela já existiram áreas de intensa garimpagem que atraiu garimpeiros dos mais diversos lugares do Brasil. É uma comunidade também que é contemplada por serras muito altas e que tem suas histórias, que muitos comentam, mas não sabem contar ela completamente, mas que existe toda uma tradição em torno da mesma. A cachoeira é intransponível por

embarcações maiores em épocas de vazante dos rios, precisam-se arrastar as canoas e voadeiras se quiser prosseguir a viagem rio acima.

A Pedra de Cucuí é um lugar intacto, por ser de difícil acesso. Mas pouco se conhece de sua história, sabe-se que foi a moradia do indígena Cucuí, mas não da sua história de vida.

Estas histórias sagradas estabelecem valores de vida dos povos indígenas do Alto Rio Negro e acreditamos que devem ser conhecidas não pelos imigrantes ou turistas, mas por nós e pelos nossos herdeiros que de certa forma se encontram totalmente vulneráveis a perder estes conhecimentos permanentemente. Quem serão os futuros guardiões deste território se esquecermos de nossos patrimônios que garantem legitimidade sobre o mesmo?

É procurado pelos não indígenas que só consideram conhecimento aquilo que está escrito, que é resultado de pesquisa, que na cultura indígena são repassadas por via oral de geração a geração por muitas vezes em segredo para que não sejam cobiçado e roubada pelo novo colonizador (comerciantes, militares, pesquisadores, turistas) que adquiriu novo rosto e novo perfil.

A infinidade de riqueza estampada na paisagem, nos rios, no subsolo e nos modos de vida desta região deverão ganhar notoriedade pelas políticas culturais implantadas que devem fortalecer a capacidade de gerenciar os recursos em benefício comum aos que vivem neste território.

3.3- Alternativas para a valorização e conservação:

Diante disso propomos ações para a valorização e conservação do nosso patrimônio.

Há necessidade de divulgação e implantação de educação patrimonial e ambiental nas escolas e um programa de registro e fortalecimento patrimonial nas comunidades.

Para a preservação destes patrimônios territorializados é recomendável ações de salvaguarda que envolvem situações bem complexas. De acordo com as definições oficiais difundidas pela Unesco, entende-se por "salvaguarda" as ações que procuram assegurar a viabilidade e durabilidade do patrimônio cultural imaterial, incluindo sua identificação, documentação, investigação, preservação, além de sua proteção, promoção, valorização, transmissão – efetuada através do ensino formal e não formal – e a revitalização desse patrimônio em seus diferentes aspectos.

Propomos que os dados a serem registrados devem incluir:

Os nomes do patrimônio na língua dos diversos povos que o reconhecem, incluindo os nomes usados pela sociedade nacional, incluindo linguistas e demais pesquisadores.

- Identificação das riquezas, tradições, artesanatos e costumes da região do Alto Rio Negro.
- Localização e identificação dos povos que conhecem as histórias sagradas.
- Identificar como ocorre a transmissão desses saberes na língua materna e em outras faladas na região.
- Levantar os estudos, publicados ou não, sobre os patrimônios ou riquezas desta região.
- Levantar as muitas gravações existentes da variedade de histórias e a localização das mesmas.
- Identificar o grau de manutenção das tradições dos povos deste lugar, em especial das tradições orais.

Em princípio, o levantamento seria dos saberes dos povos dessa região. Depois destes levantamentos, passar para ações práticas cotidianas, pois acreditamos como evidenciamos em nossas entrevistas e relatos de vida com os povos desta região, que somente na prática e na vivência poderemos de fato fortalecer nossa cultura. Entre as sugestões podemos adotar:

- Implementação da educação patrimonial/ambiental nas escolas do município;
- Capacitação de educadores indígenas que trabalhem com projetos de revitalização e o gerenciamento dos recursos financeiros disponibilizados;
- Valorização do uso da língua indígena no seio familiar por meio de políticas de valorização da língua;
- Criação e implantação de centros que promovam trocas culturais para auto-sustentabilidade econômica;
- Confecção de materiais didáticos acessíveis de nossas histórias nas línguas maternas;
- Promover eventos culturais de divulgação de nossas histórias de origem, crenças, danças e costumes, principalmente através das línguas indígenas;
- Reconhecimento dos lugares considerados sagrados, não da forma promovida pelo IPHAN, seu registro por si só não garante sua continuidade, mas de forma vivenciada pelos povos desta região, repasse oral e respeito.
- Determinar uma data festiva para divulgação da cultura indígena do Rio Negro, coisa que existe de forma folclórica que é o Festibal, que não reflete a realidade;

Acreditamos que não vale a pena promover discursos esplendorosos mas principalmente implementar ações práticas e eficazes. Contudo, para isso precisamos do poder público, de lideranças, gestores e de indígenas que estejam realmente comprometidos com os ideais de re-construção de nossa identidade cultural. Com certeza temos muito que mostrar dos nossos recursos e reconhecimento do nosso território por instrumentos mais autênticos da nossa cultura.

Como pontos positivos da valorização cultural esperamos:

- Articulação mais sólida de estratégias para divulgação da nossa cultura no nosso meio e para outros povos;
- Valorização e vivência da nossa identidade cultural;
- Contribuição da melhoria das condições de vida do bem viver; Fortalecer e resgatar a nossa maneira de viver, produzindo para viver bem; diminuindo a dependência de produtos oriundos de outros lugares;
- Articular ações concretas de políticas culturais para a juventude de modo a sensibilizá-los como promotores da nossa cultura;
- Fortalecimento cultural e territorial, isto é, o território que vivemos é o lugar ideal para construção do nosso bem viver, dentro dos nossos padrões culturais.

Nesse sentido, através da sensibilização e valorização da identidade cultural do nosso povo, possamos promover estratégias de desenvolvimento que fortaleça a identidade cultural e territorial, trazendo assim instrumentos adequados para reduzir impactos indesejáveis sobre o território.

Desconstruir a ideia de que tudo que exógeno é bom para o nosso povo. Ou que assimilar costumes de outras culturas não nos faz menos indígenas ou menos pertencente ao nosso território, como é visto pela sociedade ocidental. Mostrar à sociedade nacional, não só porque assimilamos alguns padrões de vida ocidental perdemos os direitos sobre nossas terras, nossas crenças, nossa identidade. Precisa-se acabar com a mentalidade de que o indígena deve viver na floresta e que deixamos um dia de ser indígena por estarmos inseridos na sociedade ocidental. Podemos até ter estas características, porém nossa identidade cultural nos faz diferente.

Por mais distante que estejamos do nosso convívio territorial não deixamos de crer nas nossas ervas, nossas plantas medicinais; usamos nosso alimento como a farinha, o tucupi, o caribé e frutos próprios do nosso território, onde quer que estejamos fazem parte do nosso dia a dia.

Devemos nos identificar como tal para mostrar que temos capacidade, como muitos de nós que assumiram e assumem cargos importantes para

criação de políticas públicas condizentes com nossa realidade. Vivemos no mundo dos “brancos” e nem por isso deixamos de ser indígenas, como se os indígenas que vivem nas comunidades fossem totalmente ignorantes.

Vemos publicações muitas vezes que só mostram o lado negativo da vida dos povos indígenas. Sempre vivemos nessas terras dependendo totalmente dela para a sobrevivência. Mas como não estamos mais isolados e com a presença constante de instituições federais, estaduais e municipais, ONG'S que resolveram decidir o que é melhor pra nós. Não podemos mais permanecer emudecidos, não podemos mais ficar a mercê de decisões impostas por alguns. Esta deve ser uma luta constante, porque alguns falam por nós, mas sempre envolvendo interesses próprios.

Como dito anteriormente, podemos nos preparar de maneira mais crítica as mudanças ocorridas frequentemente e bruscamente dentro de nosso território através dos instrumentos oferecidos pela cultura ocidental. Utilizando dos instrumentos propostos pela educação diferenciada a tanto buscada. Uma bandeira de luta constante em nosso território tendo como parceiros a UFAM, FOIRN, IFAM, ISA, IPHAN e outros. Porém queremos a cara das nações indígenas. Não como políticas vindas de cima para baixo, como muitas vezes estão sendo propostas. Se os povos indígenas não se conscientizarem e nem se comprometerem de fato com a causa indígena de valorização cultural, de nada adianta projetos e recursos para beneficiar nosso povo.

Não basta fazer levantamentos da nossa cultura. É preciso vivenciá-la. É imprescindível ação e razão para reconhecer a diferença e lutar por essa causa, oferecendo condições favoráveis para a sobrevivência com dignidade.

Tanto nós precisamos de políticas públicas sérias para que possamos fortalecer nossa cultura e protegê-la da ideologia dominante, como eles precisam de muitos conhecimentos dos povos indígenas para a medicina e cura de doenças graves que só nosso povo conhece.

É hora de nós nos manifestarmos, deixando também de sermos manipulados por uma minoria de parentes que se renderam ao interesse econômico vigente cada dia mais intenso neste lugar. Parentes que muitas vezes são contemplados com cargos públicos capazes de fazer a diferença e

não o fazem. Mostram-se envolvidos com a realidade não indígena, no contexto do sistema dominador que corrompe, mata, marginaliza, discrimina e enfraquece a cultura muitas vezes associada a pessoas incapacitadas e sem preparo de liderança e sem compromisso com a causa indígena.

Muitas vezes não damos credibilidade a aquelas pessoas que fazem a diferença entre nós, só acreditamos muitas vezes no discurso do mais esperto e manipulador.

Participamos de alguns seminários, assembleias e discussões sobre políticas públicas para a revitalização cultural, porém o que foram muitas vezes decididas nestas assembleias não foram postas em prática. Constituem apenas discursos vazios que não trazem ações concretas

Existem outros projetos em andamento promovidos pelo IPHAN em parceria com o ISA e FOIRN de revitalização e mapeamento de áreas consideradas sagradas no Alto Rio Negro. É uma ação voltada muito mais aos povos do Uaupés e Içana, outros povos devem e precisam ser inseridos nesse processo.

Outra principal ação deve ser de capacitar indígenas na elaboração e gerenciamento de projetos de revitalização da cultura principalmente na vida familiar, nas comunidades. Não como meras demonstrações folclóricas ou registros a serem guardados em museus, pois isso já existe em quantidade suficiente. É preciso vivencia, é preciso prática, é preciso sensibilizar os povos indígenas principalmente lideranças e juventude indígena. Pois conforme Gallois (2008) “participar não significa “assistir” ao processo de revitalização”

Cada dia os adultos e Idosos indígenas são vistos como sábios pelos jovens indígenas, pois guardam consigo experiências e conhecimentos que parecem distantes da vida atual destes. São vistos como conhecimentos do passado, mas que de certa forma interferem na formação do caráter e na ética de conduta destes, que ao invés de serem apenas admirados deve haver uma política de continuação, repasse e formação do indígena a estes conhecimentos que são importantes para a perpetuação da cultura.

Os adultos acreditam que os rituais de passagem devem ser novamente revividos para formação do caráter dos jovens indígenas que se encontram cada

vez mais em condições marginais da sociedade ocidental. Estão facilmente sendo influenciados pelos valores negativos da sociedade ocidental, como droga, prostituição, roubo e até homicídios.

Para isso é preciso sensibilizar os povos indígenas para essas mudanças. Acreditar no fortalecimento da nossa cultura como armas necessárias para enfrentar os desafios de forma positiva e mais condizente com a realidade de todos.

As políticas públicas culturais contempladas pelos Estados nas mais diversas esferas nacionais e internacionais nos oferecem esse suporte de resgate, preservação e direito a cultura. O que falta são ações concretas nas aldeias, comunidades e na cidade com percentual majoritariamente indígena como é o caso de São Gabriel da Cachoeira.

As políticas culturais devem contemplar mudanças começando nas comunidades, fortalecendo a vida cotidiana. Muitos projetos implantados tiram as lideranças e jovens do convívio familiar por um período muito grande e que acabam se vislumbrando pela vida na cidade e abandonam o sonho de luta pelo fortalecimento cultural nas comunidades. Para isso as políticas que deverão ser implantadas devem começar no seio familiar. Constitui um aspecto essencial da cultura indígena que é a troca constante de saberes, de continuidade, de transformação e de seguimento de uma história coletiva.

Como revitalizar a cultura se tudo que é planejado na maioria das vezes fazem lideranças e jovens se deslocarem do convívio familiar sem ter a preparação base de conscientização e fortalecimento cultural? Pois desde criança são projetados para melhorarem de vida saindo do seio familiar seguindo o modelo da sociedade capitalista ocidental.

Devemos dedicar uma especial atenção aos indígenas da cidade de São Gabriel da Cachoeira, “índios Urbanos” (BERNAL, 2009) como foram citados anteriormente. São indígenas que lutam pela causa, aprenderam o ofício dos “brancos” e artifícios da leitura, do discurso, da internet, mas que são vistos de modo preconceituoso tanto pelos “brancos” como pelos próprios povos indígenas das comunidades. Como se uma vez em contato com a sociedade ocidental deixassem de ser indígenas.

As ações de salvaguarda envolvem não apenas registro, mas principalmente o envolvimento da comunidade interessada. Pois constantemente estarão lidando com tensões políticas dentro da comunidade bem como a relação com sociedade mais ampla, que pode envolver todo um jogo de interesses.

Portanto, não basta apenas o registro em livros, CDs, vídeos, etc. para que o patrimônio cultural seja de fato preservado, pois o que muitas vezes se escreve para um público externo é diferente do que realmente prevalece para a vivência nas aldeias e comunidades. Os registros podem constituir sem dúvida uma memória a mais para o resgate cultural, porém por si só não constituem força para sua revitalização e salvaguarda. Tratam-se apenas de registros da memória passada destes povos.

Trata-se, portanto do envolvimento de nosso povo no interesse pela preservação cultural, onde poderá com o inventário conhecer mais profundamente a cultura e estabelecer ações mais viáveis para a revitalização cultural se assim for decidido. Certo de que não trarão resultados imediatos e nem muito visíveis, mas trata-se de ganhos intelectuais em longo prazo.

De certa forma nestes patrimônios encontramos práticas de manejo de peixes, de produtos da floresta, de condutas de respeito em relação à natureza. Elas estabelecem leis de convivência com outros povos e com a mãe-natureza.

Não basta apenas registrar qualquer coisa, porque assim determina os órgãos do governo para sua preservação. Preservação e salvaguarda envolvem procedimentos mais complexos e que exigem muito mais do que simples registros, mas uma arma significativa para possibilidade de transformar nossa realidade preservando o que escolhemos para o nosso futuro, respeitando nosso ritmo e o ritmo da natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos indígenas sempre tiveram seus territórios demarcados por acidentes geográficos como rios, serras, morros, igarapés, curva de rio, laje ou rocha, cachoeiras que regeram e regem seus modos de vida. Por certo que sofrem alterações e ressignificações dependendo do contexto e momento histórico que vivemos.

Porém nos parece o momento dos valores indígenas igualarem-se aos valores da cultura ocidental de modo a colocar em pauta nossa vontade, nossa maneira de perceber o mundo de acordo com nossos anseios e tradições.

A luta pela demarcação de um território contínuo constituiu por si só a luta em busca da sobrevivência física e cultural, porém a luta continua em busca da autodeterminação e afirmação da nossa identidade cultural.

A territorialização do patrimônio do Alto Rio Negro constitui a legitimação do território, onde constatamos que nosso povo recria costumes e tradições associada à natureza que nos rodeia. As histórias de origem e os nossos códigos de manejo e tradições materializam-se no território expressando nossa vida, nossas lutas, nossas conquistas e o nosso futuro.

Segundo Cristovam Buarque (2008 apud COE, 2010) há duas maneiras de fazer política: uma é pelo poder, a outra é pela história. Esperamos fazer política pela história, onde poderemos dispor dos recursos naturais como sempre nos dispomos para bem viver, onde natureza e homem vivem em harmonia constante. Nossas referências culturais estão no nosso território, agora demarcado, porque representam hoje apenas uma parte do que abrangeu o território indígena há mais de 500 anos de resistência.

A Legislação sobre direitos indígenas, do ser diferente, nos dá garantias à língua, aos costumes e às tradições; estão sendo projetadas das mais diversas formas, também pelo engajamento de representatividade indígena que se destacam nas mais diversas esferas, que de certa forma surtem efeitos positivos de disponibilização de recursos e leis específicas. O que causa preocupação é a ausência de políticas públicas que atendam as demandas sociais e políticas dos

povos indígenas, seja qual for o lugar que tenha sua vida social, seja na comunidade, sítio ou cidade.

Hoje não são somente lutas sobre garantia territorial, mas, e principalmente, pela afirmação cultural. Onde nossos modos de vida estão representados em toda extensão do vasto território. São nossas referências culturais. E para que sejam hoje preservadas, não basta acatarmos resoluções ditadas por instituições governamentais. Precisamos adotar posturas mais concretas e visíveis. Nossas ações dizem mais do que discursos esplendorosos. Memórias que não foram escritas estão vivas dentro de nós e poderemos nos dispor dos instrumentos materiais legais para guardarmos nossa história e memória de nossos antepassados com mais vigor e a certeza de nossas histórias vividas.

O Sr. Higino Tuyuka (2013) afirma que: “é difícil transmitir nossos conhecimentos aos nossos filhos hoje, porque passam a maior parte do tempo na escola e quando chegam vão direto para frente da TV”. Para isso nossa proposta de revitalização cultural passa primeira pela educação patrimonial/ambiental nas escolas e nas comunidades, no seio familiar. Repassando as normas e valores no dia a dia, nos rituais, nas festas, no percurso da comunidade para outra comunidade. Da comunidade para a cidade. Enfim, nossa cultura precisa ser vivida para ser valorizada sempre. Atualmente os instrumentos tecnológicos como: gravadores, cd's, DVD, máquinas fotográficas, etc, precisam ser otimizadas para a divulgação da nossa cultura no nosso meio que ficamos fascinados por tudo que os “brancos” produzem porque não para a divulgação das nossas danças, cantos, ritos, patrimônios com suas devidas histórias, etc.

Estes instrumentos podem nos ajudar a retomar a nossa história que por muitos séculos foram esquecidas porque não foram escritas por nós. Os livros e cd's que existem precisam ganhar visibilidade no nosso meio para que possamos lançar nossas opiniões a favor ou contra. São instrumentos da modernidade que precisam ser aproveitados para a continuação e perpetuação da nossa história.

Valter Benjamim (1992) apud Giovanaz (2007) destaca que é necessário resgatar do esquecimento aquilo que poderia fazer da nossa história outra

história. É necessário que tomemos à memória e tudo aquilo que foi esquecido como armas necessárias para tirar do silêncio um passado que a “história oficial” enterrou, que celebra apenas seus grandes feitos, ou seja, a sua forma de contar a história de vencedor sobre a tradição dos vencidos. O autor diz que a história é sempre um olhar do presente em direção ao passado, mas é também o presente que ilumina o passado, pois os acontecimentos do passado ou os seus fragmentos só ascendem a uma legibilidade em um tempo e espaço determinados. Benjamin propõe a possibilidade de abrir o passado reingressando nos dados esparsos, nos fragmentos remanescentes para reconstituí-los segundo uma interpretação que só tornada possível no presente. Esse olhar que vem do presente busca a preservação da memória nossa e de nossos antepassados, e surge principalmente quando ela se encontra em perigo. Os momentos de memória resgatam identidades que estão de alguma forma ameaçada de esquecimento. Uma memória carregada de (re)significações.

Assim, as legislações de preservação de um patrimônio cultural só terá eficácia na medida em que seja amplamente revitalizada e conhecida pelos grupos que a compõem e que as comunidades e os povos indígenas tenham condições de estar mobilizadas para a prática permanente, para a transmissão e aprendizado de saberes, a pesquisa, documentação, apoio e reconhecimento da riqueza cultural indígena, de maneira mais crítica e participante.

Destacamos então de fundamental importância o papel da família, da escola, e dos educadores em geral na valorização da diversidade cultural com respeito e tolerância; no estímulo permanente à curiosidade pela própria cultura, divulgando-as para que sejam conhecidas e reconhecidas na própria comunidade e na sociedade abrangente de modo que seja preservada a vontade de apreender, compreender, vivenciar, transmitir e reinventar as tradições com liberdade, criatividade e senso de justiça social. Pois a superação das desigualdades sociais nas mais diversas esferas é um dos principais desafios da nossa atualidade e que só poderá ser mudada através da educação.

Desta forma, o patrimônio indígena territorializado transforma-se em uma geografia indígena onde sociedade e natureza, o material e o imaterial são indissociáveis, pois representam os códigos, simbolismos e regras de conduta e

de valorização e manutenção da identidade e da cultura indígena que está presente na vida dos povos indígenas do Rio Negro, mas necessita de instrumentos para seu fortalecimento principalmente entre os jovens. Neste sentido o papel da família e da escola é fundamental. Para os indígenas a escola está atrelada à comunidade e se transformou em sua arma em favor desta luta onde representa o projeto político de um povo. O que se espera para o futuro tem que planejar hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUDELOS, Domingos Sávio Camico – Baniwa. Entrevista concedida à autora em 12 de Novembro de 2012.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. (org). Terra das Línguas: Lei Municipal de Oficialização de Línguas Indígenas. São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Manaus: PPGSCA-UFAM/DUND. FORD, 2007.

ALMEIDA, Charles Carrasquilha – Tariano. Entrevista concedida à autora em 26 de Setembro de 2012.

ANDRELLO, Geraldo. ,MARTINI André. ,ALVES Renata A., OLIVEIRA Ana Gita de. Mapeando Lugares Sagrados Patrimônio imaterial, cartografia e narrativas em Iauaretê. IN: ANDRELLO, Geraldo (Org.) Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do rio Negro. São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN-Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, 2012.

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. Relações entre cultura e patrimônio: um estudo de caso. Cd-rom Anais do seminário de geografia cultural Dimensões históricas da relação entre espaço e cultura. União Geográfica Internacional/Comissão sobre enfoque cultural na geografia. Rio de Janeiro, 10 a 19 de junho de 2003.

AMORIM, Antonio Brandão de. Lendas em Nheengatu e em português. Coleção “Hileia Amazônica” v. 6-Fundo Editorial ACA, Manaus, 1987.

BARRETO, Domingos – Tukano. Entrevista do Diretor da FUNAI-SGC concedida à autora em 13 de Setembro de 2012.

BERNAL, Roberto Jaramillo. Índios Urbanos Processo de Reconformação das Identidades Étnicas Indígenas em Manaus. Tradução: Evelyne Marie Therese – Manaus, AM: Editora Universidade Federal do Amazonas/Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.

BORDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Tradução: Marisa Corrêa – Campinas, SP: Papyrus, 1996.

CALBAZAR, Aloísio e RICARDO, Carlos Alberto.(editores) *Povos indígenas do rio negro: Uma Introdução à diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia Brasileira*. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro/Instituto Sócio- ambiental. 3ª Ed. São Paulo, 2006.

CANEDO, Daniele. “Cultura o que é?” Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes Públicos. V ENECULT – Quinto Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. 27 a 29 de maio de 2009.

CARTA DA TERRA. disponível em <<http://www.culturabrasil.org/cartadaterra.htm>> acessado em 15/06/2013.

CIPRIANO, Diana nogueira Cipriano – Arapaço - Entrevista concedida à autora em 27 de Setembro de 2012

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

CLAVAL, Paul. “As abordagens da geografia Cultural. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César e CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.) *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1997.

COE, Frank Azevedo. HUTTNER, Édison. RAMOS, André Raimundo Ferreira (Orgs.) *Séculos indígenas no Brasil: catálogo descritivo de imagens [recurso eletrônico]* 2. Ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL. Disponível em <http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf231a232.htm> acessado em 20/06/2013.

CRUZ, Erivaldo Almeida – Tuyuka. Entrevista concedida à autora em 21 de agosto de 2012.

CRUZ, Celina Menezes– Baré. Coletânea pessoal escrita e oral concedida à autora em 7 de Janeiro de 2013.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. 2ª Ed. Bauru: EDUSC.1999.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS POVOS INDÍGENAS. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/indios/decindio.htm>> acessado em 20/06/2013.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUISTICOS. Disponível em <www.dhnet.org.br/direitos/.../a.../dec_universal_direitos_linguisticos.pdf> acessado em 20/03/2013

DEMO, Pedro. *Pesquisa Participante: Saber pensar e intervir juntos*. 2ª Ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

DUTRA, Israel Fontes. *Pari-cachoeira e Trinidad: convivência e construção da autodeterminação indígena na fronteira Brasil-Colômbia*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

DURGAN, Carlos César, et all. *Fibras de Índio. Arte e Cultura no Médio Rio Negro*. Manaus: Fundação Vitória Amazônica – FAPEAM, Manaus, 2006.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. tradução Pola Civelli. 6ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FARIA, Ivani Ferreira. *Território e Territorialidades Indígenas no Alto Rio Negro*. Manaus: Editora Universidade Federal do Amazonas, 2003.

_____. Ivani Ferreira. Ecoturismo Indígena Território, sustentabilidade, multiculturalismo: princípios para a autonomia. Tese (Doutorado em Geografia Física) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

_____. Ivani Ferreira. Entrevista concedida à autora em 20 de maio de 2013.

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO/INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL. Coleção Narradores indígenas do Rio negro. São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN, 2004.v.5

FERNANDES, Terezinha de Jesus – Baré. Entrevista concedida à autora em 15 de Setembro de 2012.

FERNANDO, André- Baniwa. Entrevista concedida à autora em 01 de novembro de 2012.

FERREIRA, Igor Garcia – Tukano. Entrevista concedida à autora em 27 de Setembro de 2012.

FIGUEIREDO, Paulo Roberto Maia. Desequilibrando o convencional: estética e ritual com os Baré do alto rio Negro (AM). Tese (Doutorado em Antropologia Social) Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

FONTES, Ribamar Brasão – Baniwa. Entrevista concedida à autora em 07 de novembro de 2012

FONTOURA, Ivo Fernandes. Formas de transmissão de conhecimentos entre os Tariana da Região do Rio Uaupés – AM. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

FRANÇA, Ilzanilde Teixeira – Baré. Entrevista concedida à autora em 15 de Agosto de 2012.

FREITAS, Bráz J. Rodrigues Freitas – Baré. Entrevista concedida à autora em 26 de Setembro do 2012.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Estatuto do Índio. Disponível em <www.funai.gov.br> Acessado em 26/04/2012.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Texto atualizado da 3ª parte da brochura "Povos indígenas e patrimônio cultural imaterial" - São Paulo, 2008.

_____. Dominique Tilkin. Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas: Exemplos do Amapá e norte do Pará. São Paulo: Iepé, 2006

GEERTZ, Clifford, 1926- A interpretação das culturas / Clifford Geertz. - l.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro : LTC, 2008. 323p.

GIDDENS, Antony. *As conseqüências da Modernidade*. tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIOVANAZ, Marlise. Pedras e emoções: os percurso do patrimônio. Vol. 13, nº 2, 2007. Em questão comunicação e informação. UFRGS. Seer.ufrgs.br acessado em 20/06/2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. (Orgs) Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. DP&A: Rio de Janeiro, 2003.

GUDYNAS, EDUARDO. Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo. América Latina em Movimento - ALAI, nº 462: 1-20; fevereiro 2011, Quito.

HAESBAERT, Rogério. O território em tempos de globalização. 2007.

_____. O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Senso 2010. Disponível em <www.censo2010.ibge.gov.br> Acessado em: 15/03/2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Dossiê IPHAN 7 – Cachoeira de Iauaretê: Lugar sagrado dos povos indígenas do Uaupés e Papurí (AM)*. Brasília, DF, 2007

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Gestão do Patrimônio Arqueológico Amazônico. Manaus, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: Trajetória da salvaguarda do Patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília artes gráficas: Brasília, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Declaração do México. IPHAN:1985.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Recomendação de Paris. IPHAN:1989.

JUNQUEIRA, Carmem. CARVALHO, Edgard de A. Antropologia e indigenismo na América Latina. São Paulo: Cortez, 1981.

_____, Carmem. Antropologia Indígena: uma introdução, história dos povos indígenas no Brasil. São Paulo: EDUC, 2002.(Série Trilhas)

LARAIA, Roque de Barros. Cultura um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar .Editor, 2002.

LEFF, Enrique.(coord.) A Complexidade Ambiental .tradução de Eliete Wolff. _São Paulo: Cortez. 2003.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Série antropológica. Brasília, 2002

MAIA FIGUEIREDO, PAULO ROBERTO Desequilibrando o convencional: estética e ritual com os Baré do alto rio Negro (AM)/ Paulo Roberto Maia Figueiredo. Rio de Janeiro, PPGAS-MN/UFRJ, 2009. 315 pp.

MAIA, Clóvis Batista – Tukano. Entrevista concedida à autora em 16 de agosto de 2012.

MARINHO, João Bosco Aguiar – Tukano. Entrevista concedida à autora em 27 de Agosto de 2012.

MARTINS, Maria do Rosário Piloto – Baniwa. Entrevista concedida á autora em 11 de Setembro de 2012.

MATTOS, Olgária. Memória e História em Walter Benjamim. In: O DIREITO à Memória. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

MAURO, Victor Ferri. Territorialidade e processos de territorialização indígena no Brasil. Disponível em <[www.neppi.org/anais/Gestão Territorial e sustentabilidade](http://www.neppi.org/anais/Gestão_Territorial_e_sustentabilidade)> Acessado no dia 09/04/2012.

MEIRA, Márcio. Povos Indígenas no Brasil. ISA. 2002. Disponível em <pib.socioambiental.org> acessado em 18/06/2012.

MELGUEIRO, Edilson Martins. Sobre a natureza, Expressão formal e escopo da classificação linguística das Entidades na concepção do mundo dos Baniwa. Dissertação (Mestrado em Linguística) Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2009.

MELGUEIRO, Orlando – Baré. Entrevista concedida à autora em 10 de Janeiro de 2013.

MELGUEIRO, Rosângela Gonçalves – Baré. Entrevista concedida à autora em 16 de agosto de 2012.

MENEZES, Maximiliano Correia – Tukano. Entrevista do diretor da FOIRN concedida à autora em 11 de Setembro de 2012.

MIRANDA, Roberta Lima – Piratapuya. Entrevista concedida à autora em 26 de Setembro de 2012.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de (org.) *Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos*, Campinas, SP: IPOL/Mercado das Letras, 2003.

OLIVEIRA, Gilvan Muller. MORELLO, Rosangela. Uma política patrimonial e de registro para as línguas brasileiras. Revista Eletrônica do IPHAN. 06/01/2006. Acessado em 10/07/2013.

OLIVEIRA, Orlando José de Oliveira – Baré. Entrevista concedida à autora em 19 de Janeiro de 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT - Brasília: OIT, 2011.

PAIVA, Madalena Custódio – Baniwa. Entrevista concedida à autora em 15 de Janeiro de 2013.

PERUZZO, PEDRO PULZATTO. Direitos humanos, povos indígenas e interculturalidade. Dissertação (Mestrado em Direito) São Paulo:Universidade de São Paulo, 2011.

PIMENTA, Ednéia de Souza – Baré. Entrevista concedida à autora em 15 de agosto de 2012.

PORTO-GONÇALVES, CARLOS WALTER. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Editora UFPR 25

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, Justino Sarmiento. Escola Indígena Municipal utāpinopona Tuyuca e a construção da Identidade Tuyuka. Dissertação (Mestrado em Educação) - Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco. 2007

SAHLINS, Marshall David 1930- Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

_____, Marshall David. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I) Mana vol.3 n.1 Rio de Janeiro Apr. 1997 <http://www.scielo.br>

SANTOS, Boaventura de Sousa. Descolonizar el Saber, reinventar el poder. Montevideo: Ediciones Trilce, 2010

SANTOS, Geane Silva dos – Baré. Entrevista concedida à autora em 26 de Setembro de 2012.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros passos; 110).

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. Plano Diretor do Município, Lei Nº 209 de 21 de Novembro de 2006. 2007.

SAQUET, Marco Aurelio. Os tempos e territórios da colonização italiana. Dissertação (mestrado) Porto Alegre, 2002.

SILVA, Luiz Laureano da – Baniwa - Entrevista concedida à autora em 29 de Setembro de 2012.

SILVA, Nelson José da - Baniwa. Entrevista concedida à autora em 07 de Novembro de 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 4ª edição. 1993

TENÓRIO, Higino Pimentel Tenório – Tuyuka. Entrevista concedida à autora em 14 de Setembro de 2012.

VAZ, Henrique Veloso - Desana. Entrevista concedida à autora em 14 de janeiro de 2013.

VIANA, Letícia. *Celebrações e Saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, críticas, perspectivas*. Rio de Janeiro: Funarte, Iphan, CNFCP, 2004.

_____, Letícia. PATRIMÔNIO IMATERIAL: NOVAS LEIS PARA PRESERVAR... O QUÊ? Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/FUNARTE. SALTO PARA O FUTURO / TV ESCOLA WWW.TVEBRASIL.COM.BR/SALTO. Acessado em 18/06/2012.

VITAL, Gilberto - Baniwa. Entrevista concedida à autora em 01 de novembro de 2012.